

GEORGEANA BARBOSA DE FRANÇA

**BARRAGENS E BARRAGEIROS: UM ESTUDO SOBRE OS  
PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS EM  
UMA ÁREA DE EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS**

CURITIBA

2007

GEORGEANA BARBOSA DE FRANÇA

**BARRAGENS E BARRAGEIROS: UM ESTUDO SOBRE OS  
PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS EM  
UMA ÁREA DE EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Gustavo Macagno

CURITIBA

2007

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná e ao grande aprendizado oferecido nas disciplinas dos professores Edilene Coffaci de Lima, Sandra Stoll, Liliana Porto, Ricardo Cid Fernandes, Christine de Alencar Chaves e Lorenzo Macagno.

Ao Professor Lorenzo, orientador desta dissertação, dedico um agradecimento especial. Sua grande generosidade e dedicação fizeram com que todos os nossos encontros de orientação fossem sempre estimulantes. Obrigada por seu apoio e confiança, que foram fundamentais para mim durante este processo.

Aos Professores Ricardo e Christine, pelas valiosas sugestões e questionamentos que me foram feitos não apenas no exame de qualificação como também durante o restante do curso.

À Professora Maria José Reis, por ter aceitado participar de minha banca examinadora e por seus textos que muito me inspiraram no decorrer deste tempo de pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que me concedeu a bolsa de estudos para a realização do curso de mestrado.

Ao Museu Paranaense, especialmente à arqueóloga Cláudia Inês Parellada, pelo grande incentivo e pela possibilidade de acompanhar parte do Salvamento Arqueológico das UHEs de Santa Clara e Fundão. À Veridiana Angélica dos Santos, Diogo Maia e Diego Ribeiro, por nossas conversas sempre divertidas e estimuladoras.

À ELEJOR, especialmente à Nilson de Paula Xavier Marchioro e Luis Eduardo Wolf, pela gentileza e paciência com que me receberam em diversos momentos deste trabalho.

À Alexandre Silva, da Copel, agradeço pela atenção com que me recebeu em diferentes períodos e por seu valioso auxílio na obtenção de materiais para esta pesquisa.

Aos colegas Joseane, Judit, Juliana, Julio, Jussara, Moara, Simone, Raphael, Patrícia e Zélia, por possibilitarem que o tempo do curso ficasse mais descontraído.

Em Candói, muitos são meus agradecimentos. Sou grata a todos aqueles que me receberam em suas casas, contaram-me e mostraram-me suas vidas, dentre os quais Osmar, Dayane, Mari, Furini e Juciel.

Por fim, agradeço ao incentivo incondicional dado por meus familiares, especialmente meus pais, Gécia e Júlio e por meus tios Carlos e Irene.

*Ao meu avô Atílio, com saudades.*

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
INTRODUÇÃO	
I. Candói, as Usinas e o trânsito de pessoas.....	01
II. O trabalho de campo.....	04
III. Usinas Hidrelétricas e o Estado.....	07
IV. Os capítulos.....	13
1. CAPÍTULO I: CANDÓI E OS “DAQUI DA REGIÃO”	
1.1. Candói: cacique ou clareira?.....	16
1.2. Algumas referências históricas.....	19
1.3. Caboclos e Imigrantes.....	28
1.4. Quem são os gaúchos?.....	32
1.5. Os “daqui da região” e os “colonos”.....	40
1.6. Candói e os candoianos.....	46
2. CAPÍTULO II: BARRAGENS E BARRAGEIROS	
2.1. A barragem e o “evento fundador”.....	50
2.2. O “evento fundador” e a resignificação de alteridades.....	52
2.3. Quem são os “barrageiros”?.....	54
2.4. A organização funcional da obra.....	61
2.5. “Barrageiros” e candoianos: usos do espaço urbano.....	65
3. CAPÍTULO III: AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	
3.1. As audiências públicas e o “momento democrático”.....	71
3.2. As atas das audiências, os discursos e o “evento fundador” em Candói.....	73
3.3. Discursos e expectativas.....	76
3.4. “Região de barrageiros e ex-barrageiros”.....	82

4. CAPÍTULO IV: A TERRA, A BARRAGEM E A LIBERDADE	
4.1. Empreendimentos e comunidade.....	88
4.2. Candói e os “estudos de comunidade”.....	98
4.3. A terra, a barragem e a liberdade.....	102
4.4. O trabalho de desmatamento e os peões.....	108
4.5. A divisão do trabalho no grupo doméstico.....	111
4.6. Agricultores fracos e o trabalho temporário de peão.....	114
4.7. As representações da autonomia.....	118
5. CAPÍTULO V: TRÂNSITOS E DINÂMICAS IDENTITÁRIAS	
5.1. A Obra: quem participa e em qual momento?.....	121
5.2. O “barrageiro ”será sempre o “outro”?.....	126
5.3. Estar no Candói e estar em Candói.....	138
5.4. Dinâmicas identitárias.....	140
CONCLUSÃO.....	145
QUADRO DE ANEXOS	
ANEXO I – O Museu Regional do Iguaçu: um espaço híbrido.....	154
ANEXO II – Imagens.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165

# INTRODUÇÃO

## I. Candói, as Usinas e o trânsito de pessoas

No vale do rio Jordão, localizado no centro-sul paranaense, foram recentemente instaladas duas usinas geradoras de energia elétrica, nomeadas de Usina Hidrelétrica de Santa Clara e Usina Hidrelétrica de Fundão<sup>1</sup>, sendo a primeira inaugurada em 30 de setembro de 2005 e a outra em 28 de junho de 2006. Estes empreendimentos, apesar de abrangerem vários municípios da região, permitiram que uma localidade em especial se destacasse, a cidade de Candói.

Este município<sup>2</sup>, com cerca de quinze mil habitantes, comporta 70% de sua população na zona rural e tem sua economia fundamentada principalmente em atividades madeireiras, indústrias de papel, papelão e alimentícia<sup>3</sup>. Além disso, esta localidade é composta por grandes propriedades, onde é feita geralmente a produção agrícola em larga escala, principalmente de soja, e pequenas, que comportam a produção de agricultores que desenvolvem o regime de policulturas, plantando em uma escala reduzida artigos como milho e soja, dentre outras espécies.

Candói está estrategicamente posicionada entre os dois empreendimentos hidrelétricos que foram construídos na área. A cidade mostra-se como um ponto privilegiado para ambas as usinas, pois as entradas para as respectivas estradas secundárias localizam-se, para a UHE<sup>4</sup> Santa Clara, a cerca de 15 quilômetros antes do centro urbano do município, e para a UHE Fundão, a aproximadamente 15 quilômetros depois deste mesmo centro urbano.

---

<sup>1</sup> Estas duas usinas compõem o Complexo Energético Fundão Santa Clara – CEFSC. A UHE Santa Clara está localizada nos municípios de Candói e Pinhão, enquanto a UHE Fundão engloba os municípios de Pinhão e Foz do Jordão (Anexo II, Foto 1 e 2, pág. 160).

<sup>2</sup> As informações obtidas no site do IBGE, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), sobre a população estimada de Candói no início de julho de 2005 apontaram para 15.143 habitantes, dispostos na área que abrange o município, equivalente a 1.513 km<sup>2</sup>. Acesso realizado em 09/02/2007.

<sup>3</sup> Informações obtidas no site do governo do Estado do Paraná, [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br). Acesso realizado em 09/02/2007.

<sup>4</sup> Sigla de abreviatura de Usina Hidrelétrica.



E foi então, na zona urbana de Candói que os trabalhadores destas usinas hidrelétricas se estabeleceram para desenvolver as atividades relacionadas a estes empreendimentos em diversos períodos da execução das obras. Em um curto espaço de tempo o município começou a sofrer modificações, primeiramente pelo trânsito intenso de pessoas chamadas “de fora”, “gente das usinas” ou “barrageiros”<sup>5</sup> e em seguida por alterações na planta da sede municipal, como a construção de novos empreendimentos comerciais e também pelo desenvolvimento de atividades relacionadas à prestação de serviços.

Muitas das “pessoas da região” foram trabalhar nestes empreendimentos, assim como outras que se dedicavam a oferecer infra-estrutura para comportar o cada vez mais crescente número de “gente de fora”, ou mais precisamente, de “barrageiros”, que chegavam sozinhos ou em pequenos grupos para desenvolver trabalhos relacionados às usinas e em alguns casos podiam habitar provisoriamente na cidade. Foi então, no início de 2004, inaugurado um novo hotel, assim como restaurantes e novos pontos comerciais. Mas esses “barrageiros” que circularam e povoaram Candói por um determinado período de tempo já voltaram para suas cidades de origem ou se deslocaram para auxiliar na construção de novas barragens.

Percebe-se que este trânsito não se restringe apenas ao tráfego de maquinário para efetivar a construção ou meramente ao desenvolvimento de atividades econômicas para o município. São grupos de pessoas distintos, de diferentes procedências e que desenvolvem atividades relacionadas às usinas por um período limitado, carregados de concepções de mundo diversas daquelas da população de uma cidade que mantém grande parte de seus habitantes em áreas agrárias e que, mesmo quando residem na sede municipal, carregam consigo uma série de valores relacionados a um modo de vida rural.

E é a partir deste trânsito de pessoas “dali mesmo da região” e dos “barrageiros” que circulam em uma determinada área e do contato entre elas diante de um contexto específico, que é o da construção de empreendimentos hidrelétricos, que se procura compreender como é encadeado o processo de construção de

---

<sup>5</sup> Os termos entre aspas indicam que são categorizações nativas.

identidades coletivas destes grupos em um ambiente que passa por alterações que são implicadas por este tipo de projeto de desenvolvimento.

Desta forma, procura-se apresentar neste trabalho como são construídas as categorias pelas quais estes agentes sociais se representam, se identificam e se relacionam e também entender qual é o imaginário tecido por estes grupos sobre os empreendimentos hidrelétricos construídos na área.

Reconhece-se que as barragens e o contexto que as envolve desperta atenção para inúmeros temas, tais como: conflitos que são constituídos durante e depois da desapropriação territorial; participação de movimentos sociais para reivindicação dos direitos dos atingidos por barragens; interferência do modo de vida da população local; a delicada temática da ocorrência de terras indígenas e comunidades quilombolas no entorno das obras desta natureza; a questão de gênero, tão acentuada e estereotipada em ambientes assim e, dentre outros, o posicionamento da população local e dos “barrageiros” quanto à construção de monumentos, museus e similares que pretendem não somente atender um dispositivo legal, como uma medida mitigadora de impactos, como também o de aproximar as obras das comunidades às quais essas passaram a pertencer.

Porém, dentre todos estes problemas, igualmente relevantes e urgentes de um ponto de vista antropológico, emerge um outro, que diz respeito, desta vez, à onipresença das usinas no cotidiano dos habitantes de Candói. É precisamente sobre tal problemática que este trabalho se inclina: os processos de construção das “retóricas da alteridade” nascidas do fluxo de pessoas que a construção da usina provoca em Candói e em seus arredores.

## II. O trabalho de campo

Conheci Candói no início de 2004, participando como integrante de uma equipe que desenvolvia trabalhos de Salvamento Arqueológico nos locais onde seriam instaladas as Usinas Hidrelétricas de Fundão e Santa Clara<sup>6</sup>. Foi a partir destas saídas de campo regulares antes de minha inserção no curso de mestrado, que foi possível idealizar um projeto de pesquisa que pudesse focar o imaginário popular dos grupos que transitavam na região sobre a temática do patrimônio arqueológico e de que forma estes poderiam se identificar com os artefatos pré-históricos descobertos na área por ocorrência da construção de usinas hidrelétricas<sup>7</sup>.

Entretanto, com a seqüência das saídas de campo que foram realizadas posteriormente ao ingresso no Programa, divididas em diversos períodos, novas questões surgiram a partir de conversas informais, entrevistas gravadas e observação na área de pesquisa, que acabaram por redirecionar este trabalho para os processos de construção de identidades coletivas entre os grupos identificados como “gente daqui” e “barrageiros”, que percorrem ou que estão estabelecidos, em ambientes onde são construídas obras modificadoras do meio ambiente, assim como as suas percepções sobre este tipo de empreendimento. Muitas destas observações e escritas preliminares apareceram, e foram possíveis, pela forma que havia sido inserida desde o início na área da pesquisa e que permitiram que eu tivesse acesso a determinados elementos e lugares e não a outros, se minha entrada no campo fosse diferente<sup>8</sup>.

Todas as vezes que estive em Candói, fiquei hospedada em um mesmo local, o hotel recém-inaugurado do município. Na época, a Usina de Santa Clara já estava sendo propriamente construída, estavam sendo feitas as armações mais pesadas e a área que viria a ser utilizada para a Usina de Fundão estava em processo de desmatamento. Neste hotel, dentre a maioria dos hóspedes, estavam aqueles que a população local costumava chamar de “barrageiros” ou “gente das usinas” e este

---

<sup>6</sup> Coordenados pela arqueóloga do Museu Paranaense, Dra. Cláudia Inês Parellada.

<sup>7</sup> Esta permanência do campo totalizou aproximadamente um mês e meio.

<sup>8</sup> A segunda etapa no campo foi de aproximadamente um mês.

espaço foi sendo ocupado cada vez mais por este grupo de pessoas. Muitas das conversas e também da observação necessárias para esta pesquisa foram realizadas lá e também, de maneira gradual, os hóspedes permanentes e os funcionários do estabelecimento ficavam mais receptivos com a minha presença e com o grupo que eu acompanhava, contando em algumas situações suas próprias histórias de vida e também particularidades relacionadas com o desenrolar das obras.

Durante os dias corriqueiros, dentro da barragem, conversei com inúmeros trabalhadores braçais que eram chamados de “peões” e que faziam parte, em sua grande maioria, ou de Candói ou de cidades próximas; também com engenheiros, oriundos principalmente de Curitiba e São Paulo; fiscais ambientais vindos de várias cidades paranaenses, entre outros. Durante a noite, ou em dias chuvosos, conversava com as pessoas que estavam estabelecidas na zona urbana, principalmente os responsáveis pelo hotel e pelo restaurante vizinho<sup>9</sup>.

Desta forma, durante o tempo em que esta pesquisa foi realizada, pude percorrer por espaços nitidamente demarcados em relação ao acesso da população local, como o interior das usinas<sup>10</sup>, e frequentei outros espaços que eram também ocupados, em sua maioria, por aqueles que se denominam e que são vistos pelos candoianos como “barrageiros”, como o hotel e o restaurante situado ao lado deste empreendimento comercial. Também procurou-se conversar com moradores das zonas rurais, principalmente para compreender quais eram as suas percepções sobre as usinas e sobre o “pessoal das usinas”. Em Curitiba, entrevistas foram realizadas com representantes das empresas empreendedoras destas obras, possibilitando uma nova reflexão sobre alguns episódios vivenciados em campo e também a complementação da bibliografia com um novo e pertinente material.

Ao longo desta pesquisa procurou-se trabalhar com estas categorias de oposição construídas pelos grupos que transitavam em Candói, o de “gente daqui” e “gente das usinas” ou “barrageiros”. Buscou-se compreender de que forma estas

---

<sup>9</sup> Em algumas saídas de campo utilizei o gravador, mas diante da grande mudança de postura dos entrevistados, por timidez ou transformação do discurso para a versão oficial, ou politicamente correta, passei a priorizar as conversas informais e os depoimentos concedidos de forma descontraída, para trabalhar com as informações disponibilizadas em campo.

<sup>10</sup> Anexo II, Foto 3, pág. 161.

categorias eram formuladas e postas em operação por estes agentes sociais através das práticas cotidianas e pela utilização de estratégias, capazes de construir diferentes identidades coletivas que, sendo estas relacionais, são operadas pelos grupos em situações e contextos sociais específicos.

Convencionou-se trabalhar com as identidades coletivas entre “barrageiros” e candoianos a partir da análise proposta por Fredrik Barth<sup>11</sup>, em um processo visto como uma forma de organização social da diferença, onde a identidade se constrói em oposição a outras e devido a interação dos atores em um processo de dicotomização. As noções de identidades culturais são construídas pelas dinâmicas de interação entre os grupos por categorias de auto-atribuição, capazes de inventar e re-inventar a identidade. São os símbolos diacríticos, em permanente modificação, que compõem uma idéia relacional, em que o grupo constrói a sua própria identidade na base da interação com a de outro grupo.

Este autor postulou uma separação decisiva entre etnicidade e cultura. Antes, os traços culturais que compunham a identidade eram vistos como fixos e poderiam ser estudados por um ponto de vista. Entretanto, para Barth, os grupos identitários não são resultados, mas pontos de partida para o estudo da cultura. O foco é deslocado então para a dinâmica da organização social da diferença, em constante transformação, ao invés da análise da cultura como junção de conteúdo. Portanto, a ênfase recai nas fronteiras étnicas e culturais e assim pode-se observar esta dinâmica e também os processos, tais como o motivo pelo qual alguns fazem parte de um grupo ao invés de outro<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> (BARTH, 1997).

<sup>12</sup> Entre os anos 60 e 70 Barth posicionou as discussões sobre identidades culturais e etnicidade para dois pontos principais. O primeiro deles foi o apontamento de que as identidades estão presentes em todos os elementos da vida social, portanto, estas não podem ser compreendidas isoladamente. O segundo é a compreensão de que a sua descoberta deve ser feita a partir de seus limites, mas que estes não são fronteiras substanciais, mas simbólicas e que o processo de construção de identidades requer um relacionamento entre os grupos, que por oposição e contraste, delimitariam a sua própria identidade. Desta forma, a “identidade” é vista como uma construção relacional entre o nós / outros, sendo que essa fronteira simbólica consiste na “necessidade de definir e manter seus próprios limites e negar aos outros grupos” (POUTIGNAT, STREIFF-FENARD, 1998: 153).

### III. Usinas Hidrelétricas e o Estado

Obras de engenharia de grande porte, dentre as quais podem ser consideradas as usinas geradoras de energia elétrica, acarretam na maior parte das vezes em uma modificação da paisagem natural dos ambientes e implicam em inúmeras alterações relacionadas aos ecossistemas de espécies vegetais e animais. Entretanto, existem outras modificações que não as que possam ser vistas em fotografias aéreas e mapas, mas que também alteram de forma significativa o modo de vida das populações que vivem no entorno deste tipo de empreendimento.

Em alguns episódios, devido a utilização da área requisitada para a instalação de uma obra deste tipo, não apenas famílias necessitam ser relocadas, mas contingentes populacionais em larga escala, muitas vezes abrangendo localidades inteiras. Estes podem resultar na formação de assentamentos em locais muitas vezes distantes do pólo de origem destas comunidades e que acarretam em uma atuação engajada por parte movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Em 1979 foi formado um movimento de oposição às construções de barragens na bacia do rio Uruguai, chamado de Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens – CRAB<sup>13</sup>, que visava a conscientização das populações locais de áreas a serem afetadas pela construções de usinas hidrelétricas e também desejava tornar público os projetos e as conseqüências da criação de barragens para a população atingida. Apoiado por líderes locais de diferentes entidades civis de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e também por lideranças da Igreja Luterana e das Comissões Pastorais da Igreja Católica, o CRAB acabou por originar posteriormente

---

<sup>13</sup> “A mobilização popular em reação ao projeto de construção de barragens na Bacia do Uruguai inicia-se no final da década de 70. Os estudos preliminares da ELETROSUL, iniciados em 1976, provocaram rumores a respeito da possibilidade de construção de obras. A partir do início de 79 sucedem-se reuniões com lideranças locais ligadas principalmente às igrejas progressistas (Católica e de Confissão Luterana) e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do oeste catarinense (Chapecó e Concórdia) e nordeste riograndense (Erexim), para discutir a questão. Contando já com a presença de 350 agricultores é criada a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), em reunião realizada em Concórdia a 24 de abril de 1979. Esta Comissão passa a atuar a partir de Erexim” (SCHERER-WARREN, REIS, 1988: 34).

o Movimento dos Atingidos por Barragens, composto em sua grande maioria por produtores rurais chamados de colonos<sup>14</sup>.

Em outros casos, obras modificadoras do meio ambiente abrangem áreas que são dispostas como territórios indígenas, gerando inúmeras disputas e conflitos abertos, como o memorável incidente de 1989, na cidade paraense de Altamira, em que a índia Tuíra, da etnia Kaiapó, encostou um facão para o então diretor da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, quando debatiam questões ligadas a Usina Hidrelétrica Kararaô, atualmente renomeada de Belo Monte<sup>15</sup>. Estes são alguns dos exemplos de disputa, conflitos abertos, reivindicações e planos de metas do Estado, que aparecem em diversos momentos do cenário brasileiro quando se pensa em usinas hidrelétricas e que repercutem até hoje pela magnitude das ações e também pela intensidade das respostas que foram feitas pela população.

Entretanto, dos exemplos citados para a atualidade, quase duas décadas se passaram e neste tempo, surgiram novas visões de como este tipo de empreendimento poderia ser realizado pelo Estado<sup>16</sup>. Surgem então medidas mitigadoras de impactos ambientais, uma maior preocupação com as comunidades do entorno das obras para evitar deslocamentos desnecessários e uma visível redução das áreas propostas para alagamento para formação dos reservatórios de água. Todavia, mesmo em outras situações, como as do contexto desta pesquisa, quando o deslocamento populacional em função das construções das barragens não foi feito em larga escala<sup>17</sup> e as áreas utilizadas para a construção da obra foram menores que as realizadas em períodos anteriores, isso de forma alguma exclui as

---

<sup>14</sup> “Essa mobilização, liderada por diferentes agentes sociais e que constituíram a Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens (Crab), deu origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens, cuja base, formada por pequenos produtores rurais autodenominados de “colonos”, constituía cerca de 90% da população a ser removida da região devido à instalação das hidrelétricas” (REIS, 2001a: 119-120).

<sup>15</sup> Informações retiradas no site do Instituto Socio Ambiental, [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org). Acesso realizado em 09/02/2007.

<sup>16</sup> Leopoldo Bartolomé, aponta para a política desenvolvimentista em vigor até os anos 70 em território brasileiro, em que “esta estrecha asociación entre el desarrollo hidráulico y el desarrollo económico general llegara a formar parte integral de la ideología desarrollista dominante e infundiera a los proyectos de desarrollo un aura ideológica rara vez cuestionada” (BARTOLOMÉ, 1999: 79). E posteriormente, nos anos 80: “debilitada por la predominancia alcanzada por los intereses ambientales, una acrecentada conciencia de los altos costos sociales de estos proyectos gigantes, y por una crisis económica que restringió severamente la disponibilidad de dinero para tales proyectos” (BARTOLOME, 1999: 81). Mesmo assim, o custo atraente desta energia continua a gerar grandes vantagens econômicas. Comparada às outras formas de geração de energia, como a nuclear, carbonífera, gás natural, centrais que queimam petróleo e também aquelas que utilizam a biomassa vegetal, as usinas hidrelétricas apresentam um custo menor. Por outro lado, e apesar das implicações ambientais e sociais, este tipo de fonte de energia não é poluidora do meio ambiente como algumas das citadas acima.

<sup>17</sup> Segundo os empreendedores das obras, apenas seis famílias necessitaram ser deslocadas.

modificações no modo de vida da população local e os arranjos que são feitos entre os indivíduos que transitam e convivem em uma área que passa por este tipo de mudança.

Entretanto, esta nova postura do Estado não impede que ocasionalmente alguns representantes de poderes políticos façam declarações em que, procurando apontar as vantagens energéticas com discursos interpretados como desenvolvimentistas, passem por cima dos interesses das populações afetadas ou as tratem como sujeitos abstratos cujos possíveis problemas possam ser resolvidos com medidas mitigadoras<sup>18</sup>.

Neste sentido, cabe destacar alguns elementos acerca da trajetória e legislação sobre o setor elétrico e também sobre a implantação de usinas hidrelétricas, para relacioná-los com o contexto da área em que a pesquisa está sendo desenvolvida.

Em 1948 o Paraná montou o seu primeiro plano hidrelétrico pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica, projetando cinco hidrelétricas de porte médio nas bacias do rio Iguaçu e Paranapanema. Entrementes a esses planos, o cenário estava delimitado para o surgimento da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, em 1954. Foi o então presidente da República, Getúlio Vargas, que delimitou uma política nacional de energia em seu segundo governo (1950 – 1954), tendo como destaques dessa ação governamental o petróleo, o carvão e a energia elétrica. Já o Plano de Metas, elaborado por Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961), também reforçou os interesses do Estado em investir em infra-estrutura<sup>19</sup>. Foi ainda neste contexto que o presidente Jânio Quadros, em 25 de abril de 1961, sancionou a Lei 3.890/61 A, autorizando a formação da Eletrobrás, Centrais Elétricas Brasileiras S/A. Entretanto, a instalação se deu em 11 de junho de 1962, no

---

<sup>18</sup> Sobre a postura da então Ministra das Minas e Energia do governo de Luís Inácio Lula da Silva, e atualmente Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, Antonaz aponta que “Embora reconhecendo a Ministra que ‘não se podem ignorar’ os danos ambientais e sociais causados por grandes hidrelétricas, acrescenta que podem ser mitigados na execução dos projetos, o que a leva a concluir que: ‘Como se vê, o Brasil busca explorar todos os seus recursos naturais de forma sustentável e priorizando a eficiência energética’. E, a justificativa para a continuidade da construção de grandes hidrelétricas estaria, segundo a Ministra nos ‘milhões de brasileiros que ainda vivem a luz de velas’” (ANTONAZ, 2005: 158)

<sup>19</sup> Para Santos “o Plano destacou seis grandes objetivos econômico-sociais, priorizando os investimentos financeiros nos setores de energia, transportes e indústrias de base” (SANTOS, 2002: 97).



governo do então presidente João Goulart, um ano após a criação do Ministério de Minas e Energia.

A Eletrobrás visava o desenvolvimento de políticas voltadas para a implementação de projetos hidrelétricos e a empresa atuava como um *holding*, cabendo às suas subsidiárias a execução de projetos de geração e também a distribuição de energia, segundo as propostas dos governos militares vigentes na época, de intenção “desenvolvimentista”<sup>20</sup> e seguido, nos anos 70, por um modelo econômico que viabilizava a construção de grandes projetos<sup>21</sup>.

Nos anos 80, organismos internacionais de financiamentos estabeleceram novas orientações para questões sócio-ambientais<sup>22</sup> e também, neste mesmo período, foi definida no Brasil a Política Nacional de Meio Ambiente<sup>23</sup> e foram criados órgãos federais capazes de aplicar estas novas resoluções. No Brasil, como reflexo da “Conferência de Estocolmo”, que foi uma importante reunião de caráter ambiental realizada na Suécia, em 1972, foram criadas políticas ambientais articuladas, ao invés da disposição em instrumentos jurídicos separados, como o “Código das Águas”, “Código Florestal”, “Lei de Proteção a Fauna”, entre outros<sup>24</sup>. Esta Conferência colocou em pauta as políticas de crescimento ilimitado tendo em contrapartida a limitação dos recursos naturais e a impossibilidade de gerenciamento do mercado em regular a exploração em sincronia com a preservação dos recursos<sup>25</sup>.

---

<sup>20</sup> (SANTOS, HENRIQUES, 2001: 57).

<sup>21</sup> “no Brasil dos anos 70, o modelo de desenvolvimento econômico nacional consolidou um padrão de política governamental centrado na combinação entre a recriação de espaços, atribuindo a eles vocações específicas, e a realização de investimentos de grande porte (econômico e tecnológico). Os Grandes Projetos de Investimentos concretizaram, nesses termos, a política de gestão do território do Estado, traduzindo uma das formas oficiais de apropriação e reorganização do território como uma fonte de recursos a serem explorados” (BARBOSA, 2001).

<sup>22</sup> Santos e Henriques destacam que “o Banco Mundial passou a defender a criação de departamentos de meio ambiente junto às empresas do setor elétrico, além de condicionar seus financiamentos a emergência de legislação ambiental mais adequada em vários países” (SANTOS, HENRIQUES, 2001: 57).

<sup>23</sup> Lei 6.938 de 1981, modificada através das Leis 7.804, de 18 de julho de 1989, e 8.028, de 12 de abril de 1990 (HELM, 2001: 72).

<sup>24</sup> Santilli destaca que “Foi só em 1981, com a edição da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras se tornaram legalmente obrigatórios. Foi também a primeira lei a conferir legitimidade ao Ministério Público para promover a responsabilidade civil e criminal por danos ambientais” (SANTILLI, 2005: 29).

<sup>25</sup> Dentre as propostas da Conferência de Estocolmo estava o “aproveitamento racional dos recursos naturais em prol das gerações atuais e futuras, de modo a evitar prejuízos aos ecossistemas em virtude de sua exposição abusiva, ou em decorrência do lançamento no ambiente de substâncias perigosas. O documento destacava a importância de manter a capacidade produtiva da terra, de proteger os ecossistemas naturais, de ordenar o patrimônio de flora e fauna silvestres e de impedir o esgotamento dos recursos não renováveis. Além disso, sugeria um conjunto de medidas coordenadas internacionalmente com o objetivo, principalmente, de produzir

Também na década de 80 surge o Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conama, que pela resolução 001/86 estipulou os requisitos para avaliação de impactos e para o licenciamento de obras modificadoras do meio ambiente, dentre as quais as do setor elétrico<sup>26</sup> e desta forma tornam-se necessários os Estudos de Impacto Ambiental (EIA)<sup>27</sup> e os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA)<sup>28</sup>, salientando que ambos os documentos são públicos e o último deve ser em uma linguagem acessível para o público leigo. Entretanto, as leis formuladas durante a década de 80 ainda apresentavam uma orientação conservacionista, ou seja, mais preocupada com a preservação de ecossistemas e espécies, mas sem englobar a preocupação com a dimensão social<sup>29</sup>. Também é preciso destacar a importância da Constituição Brasileira de 1988<sup>30</sup>, de orientação multicultural e pluriétnica<sup>31</sup>, que foi a primeira a focar as questões ambientais, determinando que a implementação de obras e instalação de empreendimentos hidrelétricos só poderiam ser feitos mediante Estudos de Impacto Ambiental. Já nos anos 90, o setor elétrico brasileiro foi direcionado para a privatização<sup>32</sup>, sendo necessária uma regulamentação pertinente, a fim de garantir a identificação e a re-orientação de projetos

---

conhecimento sobre as alterações verificadas no meio ambiente e seus efeitos sobre o homem” (BARBOSA, 2001: 61).

<sup>26</sup> As atribuições do Conama, resolução nº 001/86, são bastante amplas e, para o Ministério Público Federal “a condução do procedimento de licenciamento requer, quando a obra ou atividade for potencialmente causadora de significativa degradação do meio-ambiente, a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA). Posteriormente, essa exigência ficou estabelecida na Constituição Federal de 1988” (MPF, 2004: 09).

<sup>27</sup> “Trata-se da realização de um diagnóstico ambiental da área de influência de um projeto, numa perspectiva histórica, que sirva de base à previsão e avaliação dos impactos e à proposição, no mesmo documento, de medidas de mitigação e compensação cabíveis” (MPF, 2004: 10).

<sup>28</sup> “A partir daí, novas disciplinações legais emanadas do governo federal, ou dos Estados, procuravam minimizar os efeitos perversos dos projetos hidrelétricos, tendo como eixo de referência o fato desses projetos serem essencialmente conduzidos por empresas estatais” (SANTOS, HENRIQUES, 2001: 60).

<sup>29</sup> Santilli apresenta que as leis editadas nos anos 90 e a partir de 2000 “rompem com essa orientação e passam a prever mecanismos e instrumentos de gestão dos bens socioambientais, e não apenas de repressão a determinadas condutas e atividades” (SANTILLI, 2005: 29-30).

<sup>30</sup> Sobre a Constituição de 1988, “Assim, o processo constituinte brasileiro deu lugar a grandes inovações em relação à tradição constitucional, possibilitando a inserção na Carta Magna de capítulos e de artigos que plantaram as sementes dos chamados ‘novos’ direitos, constituindo também as bases para a evolução do que aqui denominamos ‘direitos socioambientais’” (SANTILLI, 2005: 57).

<sup>31</sup> Sobre o enfoque da constituição, Santilli aponta que “o texto constitucional revela a compreensão de que não basta proteger a biodiversidade: a diversidade de espécies, genética e de ecossistemas, sem assegurar a diversidade cultural que está intimamente relacionada a esta. A síntese socioambiental está presente na interface entre biodiversidade e sociodiversidade, permeada pelo multiculturalismo, pela pluriétnica e pelo enfoque humanista” (SANTILLI, 2005: 93).

<sup>32</sup> Santos e Henriques comentam: “a globalização da economia e o neoliberalismo desarticularam o Estado enquanto ente centralizador dos investimentos econômicos (...) diferentes projetos de novas hidrelétricas estão sendo implementados por consórcios empresariais, com ou sem a participação das empresas estatais (SANTOS, HENRIQUES, 2001: 61).

hidrelétricos<sup>33</sup> que possam causar danos sócio-ambientais para as populações envolvidas.

Seguindo este modelo, estas usinas que foram construídas no rio Jordão, são menores que aquelas desenvolvidas em décadas anteriores, como Itaipu, e supostamente não agridem o meio ambiente na mesma intensidade que os empreendimentos feitos antes da legislação ambiental, amparada pela Constituição Brasileira. São feitas em parceria público / privada<sup>34</sup>, conforme tendência constatada a partir da década de 90, e como medidas mitigadoras de impacto ambiental, referente as UHEs Santa Clara e Fundão, foram propostos 33 programas ambientais, abrangendo itens como “Educação e Comunicação Ambiental”, envolvendo os trabalhadores relacionados à construção das barragens e sociedade ao entorno, quanto a informações sobre desmatamento, poluição, preservação da fauna, saúde no trabalho, entre outros; e também programas como “Reflorestamento e Adensamento da Faixa Ciliar do Reservatório e Entorno”, procurando recuperar áreas afetadas, aumentar os ambientes para fauna terrestre e melhorar a cobertura florestal da região para a manutenção dos solos e “Salvamento do Patrimônio Arqueológico”, visando o estudo do processo de ocupação humana na bacia do rio Jordão. Entre as medidas propostas pelos empreendedores, está também a formulação do Plano Diretor do município, em convênio com a prefeitura de Candói.

De um lado a inserção regional, ou seja, o empreendimento e comunidade, a fim de construir e manter bons relacionamentos na área dos projetos. Por outro, a constatação de que depois de pronta e posta em operação, a usina não gerará empregos para a população local, como lembra um entrevistado de cerca de 50 anos que trabalha em uma das empresas envolvidas, destacando que em certos casos uma usina pode ser operada no local por até duas pessoas, sendo todo o resto feito por centros urbanos com infra-estrutura para operação, como Curitiba.

---

<sup>33</sup> Entre os atores sociais de obras do setor elétrico estão, segundo Rovere (1990), citado por Bloemer: “além das concessionárias da Eletrobrás, diversas outras empresas menores (estaduais e regionais); firmas de engenharia e consultoria que assumem o desenvolvimento dos estudos e a elaboração de projetos de implantação dos referidos empreendimentos; grandes empreiteiras responsáveis pela construção das obras das barragens, e fabricantes de equipamentos, tais como turbinas, geradores, transformadores, geralmente filiais de empresas multinacionais implantadas no país” (BLOEMER, 2001: 104).

<sup>34</sup> Segundo informações obtidas no folder das usinas “A Elejor é uma sociedade de propósito específico constituída para construir e explorar o empreendimento Complexo Energético Fundão e Santa Clara – CEFSC. A Companhia Paranaense de Energia – Copel detém 70% das ações de controle da sociedade. A empresa Paineira Participações S.A. detém os 30% restantes”.

#### IV. Os capítulos

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro deles, intitulado “Candói e os daqui da região”, expõe algumas referências históricas acerca da região de Candói. Desde meados do século XVIII, já apareciam em relatos as correntezas do rio Jordão e a ocupação da área por indígenas, sendo posteriormente esta área foco de correntes migratórias de grupos oriundos principalmente dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Em seguida aponta-se algumas considerações sobre o local onde esta pesquisa foi realizada, quem faz parte deste universo e o que é valorativo para estas pessoas, as categorizações locais de auto-atribuição do grupo e os traços distintivos apontados perante os “de fora”. Desta forma, no decorrer do capítulo identifica-se estas categorias de pertencimento entre a população local, como a utilização de termos como “colonos” e “gente daqui” e em que medida elas se posicionam em oposição aos “de fora”, dentre os quais “gente das usinas” e “barrageiros”. Por fim, buscou-se identificar os traços diacríticos ostentados pelo grupo “gente daqui”, sendo o mais significativo a forte identificação de pessoas desta área com a “cultura gaúcha” e de que forma o “gauchismo” se encaixa nestas diferentes visões de mundo.

No segundo capítulo, chamado de “Barragens e barrageiros”, discorre-se sobre a forma de desapropriação do território que foi realizada para a construção das Usinas de Santa Clara e Fundão e de que maneira este tipo de desapropriação repercutia nas representações que a população local fazia dos empreendimentos e os reflexos que foram constatados na zona urbana do município, dentre os quais o trânsito de “gente das usinas” e as novas construções e serviços para atender um novo público. Procurou-se analisar como é construída a categoria relacional de “barrageiro”, construída por um determinado tipo de trabalho itinerante e que remete a um modo de vida específico. Aponta-se também que esta categoria é percebida de forma diferente por cada um dos grupos, os de “gente daqui” e o dos próprios “barrageiros”, e que, em ambos os casos, possui atributos valorativos, como a imagem de autonomia, e outros desacreditadores, como uma imaginada falta de família. Também salientam-se algumas práticas que são significativas para parte da população, como o ato de “puxar cadeiras” e as formas de sociabilidade que estão

implicadas nesta atitude e alguns espaços que são percorridos por “barrageiros” e candoianos. Neste capítulo também apresenta-se como está disposta a organização funcional para a construção de uma usina hidrelétrica, a partir da disposição das empresas no interior da obra e de suas diferentes atribuições.

No terceiro capítulo, intitulado “As audiências públicas”, analisa-se os discursos formulados pelos diferentes agentes sociais que participaram de uma das etapas de construção de uma grande obra de engenharia, tais como representantes de empresas estatais e privadas, população local e poderes políticos locais. Isso foi feito a partir das atas das audiências e das reuniões públicas que foram realizadas antes do início das construções das Usinas de Santa Clara e Fundão e, neste momento, também são expostas as representações formuladas por estes personagens sobre os diferentes significados que este tipo de empreendimento pode vir a receber. Também procura-se mostrar como podem ser acionados mecanismos e estratégias identitárias pelos agentes sociais a fim de legitimar as ações, fazendo com que o termo “região de barrageiros e ex-barrageiros” possa ser formulado nos discursos que compõem as atas, mas apareça silenciado na fala da população local, durante o tempo em que permaneci no terreno realizando o trabalho de campo.

Já no quarto capítulo, chamado de “A terra, a barragem e a liberdade”, procura-se apresentar como é tecida a relação entre comunidade local e obras que visam a produção de energia elétrica. Desta forma, expõe-se as percepções que ambos os grupos constroem acerca dos empreendimentos localizados próximos a região desta pesquisa através de algumas manifestações dos conflitos que pude presenciar. Neste momento da pesquisa também discorre-se sobre as representações que os trabalhadores braçais que participavam da construção das usinas, chamados de peões, formulavam acerca da noção de “trabalho” e de que forma estas visões de mundo se encadeavam em torno de um modelo de autonomia camponesa.

Por fim, no quinto e último capítulo, identifica-se quem participa da construção da obra, candoianos ou trabalhadores externos, e em qual momento isto ocorre. Também procurou-se apontar como os “barrageiros” se diferenciam dos candoianos, qual é a relação hierárquica que é estabelecida no interior do grupo dos “barrageiros” e a alteridade que envolve esta categoria perante os demais. Em

seguida destaca-se uma diferença na forma de se referir ao município, o “estar no Candói” e o “estar em Candói”, que é empregada de forma diferente para cada um dos grupos.

## CAPÍTULO I

### CANDÓI E OS “DAQUI DA REGIÃO”

#### 1.1. Candói: cacique ou clareira?

Atualmente, Candói<sup>35</sup> é uma das 399 cidades que compõem o estado do Paraná. Este município, com 15.143 habitantes, têm uma população urbana de 30% e está distante da capital do estado, Curitiba, por 320 quilômetros. Até 1993 fazia parte da cidade de Guarapuava, sendo nesta época emancipado, assim como outros da mesma região. A sua economia está fundamentada em atividades relacionadas à indústria alimentícia, de papel e papelão e madeireira, além da construção de usinas hidrelétricas, que não apenas constituem uma atividade econômica para o município, ao englobar mão-de-obra local para o trabalho nas barragens e promovem o desenvolvimento do terceiro setor na zona urbana, como também possibilitam o arrecadamento de divisas para as cidades afetadas, por ocorrência da obra e sua manutenção.

A nomeação Candói pode ter diferentes origens, mas em todos os casos faz menção ao grupo indígena Kaingang. Uma delas, apresentada em 1926 pelo historiador Ermelino Agostinho de Leão, diz que esta é uma palavra da língua Kaingang, empregada pelos Camés, que significa “campo ou clareira aberta no mato”<sup>36</sup>. Já a segunda delas, que se constitui na versão aceita por pesquisadores do grupo Kaingang<sup>37</sup>, e também aparece na historiografia paranaense, refere-se ao Cacique Candoi, do grupo dos Votorões, e ainda hoje é recorrente nas falas dos habitantes do município, quando indagados sobre o motivo pelo qual a área emprega este nome. Algumas crianças relataram que obtiveram esta informação na

---

<sup>35</sup> Informações do ano de 2005 coletadas no site de IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)) e do site do governo do estado do Paraná ([www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)). Acessos realizados em 21/02/2007.

<sup>36</sup> “Candoy. Distrito judiciario do mun. de Guarapuava. A palavra candoy é um vocábulo Kamé, da língua dos kaingangues, vulgarmente conhecidos por ‘coroados’, decompõe-se dos núcleos primários – can – forma nazalisada de – ca – matto; do – , nao, que parece significar campo ou clareira aberta no matto” (LEÃO, 1926: 296).

<sup>37</sup> Comunicação oral feita pelo Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes durante o Exame de Qualificação desta dissertação, em 24/04/2007.

escola ou pelos pais, sendo que estes, por sua vez, disseram que ouviram dos “mais antigos”.

Segundo Azevedo Macedo, salientando as observações feitas por Eurico Branco, por ocasião da moléstia que atacou os índigenas que estavam em Atalaia, entre os anos de 1813 e 1814, e onde aparece a presença do Cacique Candoi:

“A peste concorreu para que os índios fossem deixando aos poucos o aldeamento, até que, em maio de 1813, houve o êxodo quasi geral. E meses depois só havia em Atalaia 25 índios, entre os quais Pahy, sua mulher e filhos.

O temor que lhes causou a mortandade proveniente da epidemia não os fazia voltar ao lado dos expedicionarios, se não fôra outro fato que lhes produziu ainda temor maior e que os compeliu a procurar sua protecção. É que o chefe dos votorões o índio Candoi, que vivia ao lado do rio Igrassú, os ameaçava de exterminio, em vingança de terem matado seu genro Capá. Deste modo, em janeiro de 1814, os camés se arrancharam novamente em Atalaia. E em 1817, os votorões também ali apareciam, consentindo em viver com os seus velhos inimigos – os camés” (AZEVEDO MACEDO, 1951: 140-141).

Próximo a este cenário tem-se a Terra Indígena Mangueirinha, com uma população de aproximadamente dois mil indivíduos, que abrange os municípios de Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida e que é composta por seis aldeias indígenas. Os habitantes, das etnias Guarani M'bya e Kaingang, vivem em uma extensão de 16.375 hectares, sendo que esta área foi reduzida devido ao alagamento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, em 1979. Além disso, duas rodovias e duas linhas de alta tensão cortam a TI<sup>38</sup>. Esta Terra já foi chamada de “Cacique Capanema”, “Campina dos Índios” e também de “Toldo dos Índios”, quando era administrada pelo Serviço de Proteção ao Índio. Atualmente

---

<sup>38</sup> (ISA, 2000).



chama-se Terra Indígena Mangueirinha e é administrada pela FUNAI<sup>39</sup>, representada pela Regional Guarapuava e FUNASA<sup>40</sup>.

Também em Mangueirinha, estão algumas famílias reassentadas do Movimento dos Atingidos por Barragens, que tiveram as suas propriedades desapropriadas em decorrência das construções das Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho, em Santa Catarina na década de 90 e manifestações do Movimento Sem-Terra<sup>41</sup>.

Na zona urbana de Candói, a maior parte dos empreendimentos comerciais, exceto aqueles dispostos para alimentação, como mercados, lanchonetes e sorveterias, são focados na venda de produtos para atividades agropecuárias. São vendas de maquinário, como tratores e outros artigos para colheita e plantação, lojas de artigos para o trabalho rural e para o tratamento de animais. Limítrofe ao perímetro designado como sendo urbano de Candói, estão algumas grandes empresas alimentícias e cooperativas agrárias, assim como empresas madeireiras.

Candói é caminho para cidades maiores, como Pato Branco, e se organizou em torno da rodovia 373. O perímetro urbano do município começa e termina com postos de combustível, sendo que existem construções de concreto dizendo “Bem-vindo a Candói” aproximadamente na altura de cada um destes empreendimentos. Pode-se percorrer a distância entre as referidas placas, fazendo o percurso pela rodovia, em cerca de quinze a vinte minutos de caminhada e, dispostos no meio deste caminho, estão algumas das construções do município, como casas e estabelecimentos comerciais de candoianos. A cidade cresceu para os dois lados da rodovia, mas ainda tem zonas de expansão que já estão sendo disponibilizadas pela prefeitura, com a construção e o asfaltamento de ruas.

De um dos lados, na beira da estrada, está localizada a Sede Municipal, o Ginásio de Esportes, algumas residências, uma Igreja, um galpão, um restaurante e o hotel, finalizando com um dos postos de combustível. O hotel novo foi inaugurado no início de 2004 e, dentre os hóspedes, a maior concentração é a de pessoas que

---

<sup>39</sup> Fundação Nacional do Índio.

<sup>40</sup> Fundação Nacional de Saúde.

<sup>41</sup> Apesar destes grupos não constituírem o objeto deste estudo, saliento-os para efeito de contextualização da área de pesquisa.

desenvolvem trabalhos relacionados à usina, sendo que este está localizado ao lado de um restaurante. Para dentro está o Centro de Tradições Gaúchas do município, outras lojas e mais residências, que no conjunto, se destacam sobre as construídas do outro lado da rodovia.

Já na outra margem da estrada estão as lojas de produtos agropecuários, os mercados, as panificadoras, a rodoviária, uma única agência bancária, outras lojas de serviços variados e mais residências. Também existe um posto de gasolina neste lado da rodovia, que atualmente possui uma loja de conveniência conectada, outros espaços destinados como restaurantes, oficinas mecânicas e colégios.

Foram identificados três estabelecimentos assemelhados a prostíbulos, dispostos na estrada, fora do perímetro urbano do município de Candói e em direção a estrada de acesso para a UHE Fundão. Entretanto, em nenhum momento escutou-se referências à prostituição, tanto por parte de “barrageiros” como também de candoianos. Por outro lado, esta temática aparece como uma das preocupações levantadas pela população local que participou das audiências públicas que precederam a construção das usinas e que constam nas atas destes referidos encontros.

## **1.2. Algumas referências históricas**

Percebe-se então que muito mudou em um período de alguns séculos, quando os colonizadores das frentes organizadas pela Coroa Portuguesa chegaram à região e, apesar da presença de indígenas, chamavam a região de “despovoada” e “inóspita”.

Durante alguns séculos, o sudeste e o centro-sul paranaense foi considerado um lugar hostil para se estabelecer. O primeiro colonizador que adentrou os Campos

de Guarapuava, segundo Sebastião Paraná, foi o colonizador espanhol Dom Alvar Nunez Cabeza de Vaca quando, em 1541, dirigia-se à Assumpção. O então “Território do Guayra”, em função do nome do chefe dos Guarani, Guayra, tentou ser modificado para “Província de Vera”, sendo esta contudo, uma tentativa infrutífera<sup>42</sup>.

Data em 1771 as primeiras incursões aos Campos de Guarapuava requisitadas pela Coroa portuguesa. Na época, o Paraná ainda pertencia à Capitania de São Paulo<sup>43</sup>, e foi o então governador Dom Luís Antonio de Souza que ordenou ao guarda-mór Francisco Martins Lustosa que adentrasse a região para descobrir ouro e proceder com um conseqüente povoamento<sup>44</sup>. Entretanto, Lustosa não foi o único. As informações de Azevedo Macedo apontam para as picadas feitas pela expedição do Tenente Candido Xavier, iniciadas no final de junho do mesmo ano. Em ambas tentativas, relatou-se posteriormente que os índios não foram hostis com os viajantes.

Mas a “descoberta” dos campos não significou necessariamente a sua ocupação e, para tanto, foi designado o Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, secretário do governo da capitania e chefe das expedições a Guarapuava, para percorrer a região. Acima de tudo, esta era uma posição política, que buscava estabelecer pontos no Tibagi e em Guarapuava<sup>45</sup>.

Desta forma, Botelho partiu de Curitiba em 10 de novembro de 1771, acompanhado por 26 integrantes da expedição, dentre os quais os Capitães Auxiliares Lourenço Ribeiro de Andrade, Francisco Carneiro Lobo e José dos Santos Rosa; o Padre Capelão, o Tenente Domingos Lopes Cascais e os sargentos Manoel Gomes Mangazan e José Joaquim César, dentre outros. A bagagem era composta por mantimentos, armamentos leves para caçada de animais e presentes para estabelecer relações de cordialidade com os indígenas, pois não eram esperadas

---

<sup>42</sup> (PARANÁ, 1899: 639).

<sup>43</sup> A emancipação ocorreu em 20 de agosto de 1853, mediante a aprovação do projeto de lei nº 704, recebendo a aprovação imperial no dia 29 do mesmo mês: “Art. 1 / A comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, fica elevada à categoria de província com a denominação de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca” (PILOTTO, 1953: 12).

<sup>44</sup> A expedição de Lustosa teve início em 21 de abril de 1771 (AZEVEDO MACEDO, 1951: 88).

<sup>45</sup> “Havia uma carta régia de 1765 que autorizava ao governador da capitania a conquista do Tibagi. Sabe-se que havia intuito de agressão à província do Paraguai, daí o interesse de criar estabelecimentos nos sertões do Tibagi e de Guarapuava” (PILOTTO, 1953: 05).

reações de hostilidade<sup>46</sup>. No dia oito de dezembro de 1771 foi rezada a primeira missa nos Campos de Guarapuava e, nesta ocasião, os exploradores estavam sendo bem recebidos pelos índios que, segundo historiadores<sup>47</sup>, eram Xoclen, Votorões e Camés<sup>48</sup>. Sobre a relação da expedição com os índios Xoclen, Afonso Botelho apresenta:

“ (...) antes de principiar a missa se forão deixando nos cheios de gostos e alegria pella esperança q. temos de recolher ao grêmio da Igreja este disperso rebanho; hé quanto se tem passado nestes Campos de Varapoava com os Indios da nação *Xuelan* segundo algumas palavras que selhes tem percebido” (PARANÁ, 1899: 67).

Todavia os relatos históricos apresentarem a ocupação dos campos, na região próxima de Candói, principalmente por indígenas do grupo Kaingang, estudos arqueológicos apontam também para a ocupação Guarani. Em pesquisa realizada por Chymz na década de 70, por ocasião do trabalho de salvamento arqueológico na área onde foi construída a Usina Hidrelétrica Salto Santiago<sup>49</sup>, situada no médio rio Iguaçu, pouco abaixo da foz do rio Xagu, foram cadastrados 41 sítios arqueológicos<sup>50</sup>, sendo que também foram registradas evidências da presença de grupos da tradição Tupiguarani, que antecederam os Guarani atuais. As pesquisas arqueológicas nesta área continuaram com o passar dos anos e atualmente tem-se

---

<sup>46</sup> Azevedo Macedo escreve que para Afonso Botelho “No seu entender, não havia a combater outros inimigos, além da natural rudeza e desconfiança dos gentios. E, contra estes, levava duas espécies de armas poderosas. A primeira consistia nas missas e rezas. A segunda nos presentes e agrados que, com as luzes da religião, facilmente converteriam os gentios em amigos dóceis e leais. Ante essas armas, render-se-iam eles, felizes e contentes” (AZEVEDO MACEDO, 1953: 93).

<sup>47</sup> Sebastião Paraná (1899), David Carneiro (1952), Macedo Azevedo (1951) e Osvaldo Pilotto (1953).

<sup>48</sup> A organização social dos Kaingang, que integram o tronco linguístico Jê, é caracterizada pela existência de metades, chamadas de Kamé e Kairu, sendo que “as metades Kamé e Kairu apresentam as seguintes subdivisões: a metade Kamé é composta pelas seções Kamé e Wonhetky; a metade Kairu é composta pelas seções Kairu e Votor” (FERNANDES, 2003).

<sup>49</sup> A área do reservatório desta usina abrange uma área de 225 km<sup>2</sup> e engloba o vale do rio Iguaçu até um pouco acima da foz do rio Jordão, além de vales de rios menores situados no trecho (CHYMZ, 1981: 13).

<sup>50</sup> Nove deles indicam a presença de grupos caçadores-coletores e 32 de grupos agricultores e ceramistas. Todos os sítios cerâmicos são da Tradição Itararé, antecessores dos índios do grupo Jê, sendo classificados na época: 17 da fase Candói, caracterizado pela decoração carimbada, cinco da fase Xagu, com decoração incisa e dez da fase Açungui, com cerâmica simples. Dos sítios pré-cerâmicos, um pertence à fase Bituruna, seis da fase Iguaçu e dois não foram completamente identificados (CHYMZ, 1981: 15).

cadastrados 82 sítios arqueológicos na área das UHEs de Santa Clara e Fundão, identificados por Parellada<sup>51</sup>.

Ainda sobre a ocupação histórica dos Campos de Guarapuava, em 15 de dezembro de 1771, no relato de Afonso Botelho transcrito por Sebastião Paraná, as particularidades das correntezas do rio Jordão aparecem, sendo capazes de derrubar alguns cavaleiros da expedição que buscavam cruzar para a outra margem do rio.

“Marchando-se assim sem provimento algum, pois fazião tenção de voltar no mesmo, ou outro dia, passando o rio na Caxoeira, que fas no mesmo Porto, q. permitia váo com algumas dificuldades pella corrente, q. fas o despencado das agoas, e muito mais pellos caldeiroens e canaes q. tem pellas Lages em q. tropeçando os Cavallos fica evidente o perigo, como succedeo nesta occasião, q. cahindo os cavallos de quatro Camaradas hû se avizinhou a morte por não se poder desembaraçar dos estrivos sendo levados com o Cavallo pello impulso das agoas...” (PARANÁ, 1899: 55).

No dia 23 de dezembro de 1771, Afonso Botelho despachou o Sargento José Joaquim para São Paulo, a fim de apresentar ao governador da província, Dom Luís, os resultados da expedição, dentre os quais a catequese dos indígenas e a expansão portuguesa para o interior. No início de 1772, os integrantes exploravam a região em busca de um local para estabelecer uma fortaleza. Mais uma vez, nos relatos de Botelho, a magnitude das águas do rio Jordão são descritas<sup>52</sup>. No decorrer dos dias, dentre as atividades, eram feitos percursos pelos campos, visando escolher um lugar para a fortaleza definitiva e foi durante uma dessas andanças que os exploradores enfrentaram um primeiro confronto com os indígenas

---

<sup>51</sup> “Os sítios cadastrados configuram principalmente paleo-aldeias de grupos ceramistas e agricultores relacionados a Tradição Itararé, havendo também vestígios de sítios arqueológicos Tupiguarani. Ainda ocorrem áreas de antigos acampamentos temporários de populações caçadoras-coletoras relacionadas a Tradição Umu, onde foram coletados muitos artefatos líticos retocados, até pontas de projétil” (PARELLADA, 2005).

<sup>52</sup> Se constatar-se a posição geográfica em que os exploradores estavam, entre o rio Pinhão e o rio Jordão, percebe-se que o ponto em que se encontravam é próximo do local onde as referidas usinas de Fundão e Santa Clara estão dispostas.

da região. De acordo com registros históricos, parte da expedição utilizou o conhecimento dos índios para facilitar o cruzamento de um rio, sendo que na outra margem um maior número de indígenas atacou os forasteiros, matando alguns. O Capitão Carneiro Lobo, que estava a cavalo, escapou sob flechadas e este episódio ficou reconhecido na época como uma “traição” por parte dos indígenas e posteriormente, como uma reação deste grupo visando a preservação de seu território.

“(…) e para conseguirem melhor o seu fim convidarão a todos com empertinentes rogos, cahirão na imprudente resolução em passar o rio com elles cada hû por sua vez (...) levando-os com muiitos folguedos, e brincos até onde estava a grande moltidão de gentio, q. tinham ficado escondidos, e os fiserão perecer com muitta crueldade (...)” (PARANÁ, 1899: 75).

Mas isto não era tudo. O contingente sofria baixas, os medicamentos estavam se tornando escassos, os mantimentos já eram insuficientes e, principalmente, a viagem não incluía o enfrentamento aos indígenas<sup>53</sup>.

Desta forma, a expedição de Botelho regressou rapidamente, partindo dos Campos de Guarapuava em 11 de janeiro de 1772, sendo que a evitação de confronto com os indígenas eram ordens expressas<sup>54</sup>, porque uma possível guerra poderia facilitar a entrada de espanhóis pelo oeste. Entretanto, a atitude de Botelho possibilitou que, em diferentes pontos do que hoje é o Paraná, estivessem marcos da posse portuguesa. Além disso, sua atitude não expôs seus soldados a riscos, devido a falta de recursos, em um iminente confronto com os indígenas da região.

Durante os cerca de quarenta anos seguintes, os Campos de Guarapuava ficaram parcialmente esquecidos, mas era reconhecida a importância de sua

---

<sup>53</sup> (PARANÁ, 1899: 77).

<sup>54</sup> “Dizia com efeito o parágrafo 20º das ordens dadas por Botelho a Cascais, veiculando as que da metrópole chegaram a D. Luís Antonio por intermédio do vice rei, conde da Cunha: `Se acaso tiverem encontro com índios, não podendo, por bem, ter trato com eles, e se vir que totalmente vêm de guerra, e que não admitirem partido algum de paz, o comandante mandará retirar sua gente, e se desviará dêles o que puder, evitando tôda a ocasião de os molestar, seja pela via que fôr” (CARNEIRO, 1952: 84).

colonização, diante das demonstrações de hostilidade dos indígenas e os chamados “ataques surpresas” que este faziam para aqueles que adentrassem o seu território.

Foi somente em 1808 que os referidos Campos voltaram a constituir interesse da capitania. Em novembro deste ano, foi dirigida uma Carta Régia para o Governo da Província de São Paulo, elaborada por Dom João VI, que ressaltava principalmente a necessidade da ocupação dos Campos de Guarapuava, o combate aos índios e, produzindo como efeitos principais: a legalização da caça e da escravização dos indígenas e a concessão de vastas sesmarias na área, beneficiando um número limitado de pessoas<sup>55</sup>. Para tanto, esta Carta Régia autorizava aos comandantes a tomarem as medidas necessárias quanto ao enfrentamento com os indígenas da região, apesar do governador da Capitania de São Paulo acreditar que a catequese era possível sem o estabelecimento de nenhum confronto.

Foi então criada, em 1809, a “Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava”, tendo como comandante o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que tinha a possibilidade de adentrar na região contando com a força de trabalho dos escravos de fazendas da região para aberturas de estradas, segundo especificações da Carta Régia. Além disso, a referida Carta oferecia vantagens para aqueles que desejassem povoar a área dos Campos de Guarapuava<sup>56</sup>, e também destinava este ponto geográfico como destino de criminosos. Integrando esta Junta estava o Padre Francisco de Chagas Lima, designado para realizar a catequese dos índios.

Em 1810 é fundada Atalaia como sede da expedição<sup>57</sup>, sendo que entre 1812 e 1813, os indígenas se relacionavam com os colonizadores neste aldeamento. Nesta época, houve uma grande epidemia, sendo que muitos destes índios foram dizimados. Apesar de muitos Camés se retirarem do aldeamento por este motivo,

---

<sup>55</sup> (AZEVEDO MACEDO, 1951: 97).

<sup>56</sup> Sebastião Paraná cita, em nota de rodapé que, “foram concedidas 16 sesmarias em Guarapuava, tendo cada uma légua e meia de banda, ou 2 ¼ léguas quadradas” (PARANÁ, 1899: 640).

<sup>57</sup>(PARANÁ, 1899: 639-640). Também sobre a fundação de Atalaia “Segundo o P. Chagas durou oito dias o reconhecimento feito em um raio de dez léguas, depois do que `passou-se a fundar, da parte dalém do rio Coitinho, a povoação de Ataláia, nome que proveio de se ter erigido a primeira obra desta qualidade com elevação de 40 palmos sobre 4 esteios de onde a sentinela podia descobrir grande extensão de campo´. Essa construção era, como explica Macedo Soares, uma tocaia ou mandrugo... para servir de *ataláia* no intuito evidente de evitar qualquer ataque de surpresa da parte dos índios” (AZEVEDO MACEDO, 1951: 134).

houve um retorno à Atalaia, visando proteção militar, pois paralelamente havia o embate com outros grupos. Em 1818 foi criada a freguesia de Guarapuava<sup>58</sup>, sendo que em 1819, a sede da expedição<sup>59</sup> foi transferida para a povoação de Nossa Senhora do Belém, e foi então realizada a colonização entre os rios Coutinho e rio Jordão, sendo que no dia 18 de janeiro de 1820 efetuou-se a sua fundação, tendo o Padre Chagas Lima escolhido o lugar<sup>60</sup>. No dia 17 de julho de 1852 esta localidade foi elevada a categoria de vila, sendo que em dois de maio de 1859 esta se transformou em comarca de Guarapuava. A partir da lei nº 271, no dia 12 de abril de 1871, a Vila de Nossa Senhora de Belém se transformou em cidade. As peculiaridades do rio Jordão, dispostas nos arredores de onde hoje é chamado de Candói, continuavam sendo apontadas na literatura histórica:

“O rio Jordão tem dois esplendidos saltos: o mais importante e pittoresco está no meio do campo, perto de uma formosa collina, na fazenda denominada Curucáca; o segundo demora logo acima da sua foz no Iguassú, pouco acima do lugar chamado Districto Algodoeiro” (PARANÁ, 1899: 650).

Posteriormente, depois de ocupados os Campos Gerais e os Campos de Guarapuava, a presença predominante na área foi a de “caboclos”, que penetravam a região da mata como posseiros, já no século XIX. Também existiam ocorrências de atividades pecuárias, entretanto, os fazendeiros de Palmas, na época os detentores do capital para investimento neste ramo, não achavam aquela como sendo uma boa região para a pecuária. Ainda nesta época, existia um forte preconceito contra a agricultura, pois era considerado de maior reconhecimento social conduzir uma tropa de muares ou bovinos e até mesmo trabalhar como boiadeiro ou peão de fazenda do que desenvolver trabalhos relacionados com a terra.

---

<sup>58</sup> A freguesia de Guarapuava foi criada no dia 12 de novembro de 1818 (PILOTTO, 1953: 05).

<sup>59</sup> “Os índios vitorons eram seguidamente acossados pelos homens da expedição e, revoltados, acabaram atacando e incendiando a povoação de Atalaia, em abril de 1825” (PILOTTO, 1953: 05).

<sup>60</sup> (PARANÁ, 1899: 640).



Os caboclos eram chamados de posseiros porque durante muito tempo o sistema de aquisição de terras que vigorava no sudoeste paranaense era a “posse”, sendo que este segmento da população utilizou muito esta prática. Quando chegava a alguma região ele geralmente “tirava um sítio” e, mesmo quando era preciso comprar a terra, esta era vendida a preços ínfimos, pois tinha pouco valor na época. Posteriormente, quando os primeiros colonos gaúchos e catarinenses vieram para o sudoeste e centro-sul paranaenses, e também quando as primeiras companhias de colonização eram formadas na região, ainda no século XIX, encontraram as terras que já haviam sido posseadas pelo “caboclo” em períodos anteriores, iniciando assim um processo de compra de posses. Segue também que antigas fazendas da região, ao passarem aos seus herdeiros, eram subdivididas<sup>61</sup>.

Por sua vez, a própria legislação brasileira tolerava esta prática desde o século XVIII, sendo que, de 1822 a 1850, ano em que foi aprovada a Lei das Terras, o único meio de se apropriar da terra era a posse. Esta foi tolerada pelo governo brasileiro por algumas razões: os latifúndios visavam a exportação e por conseguinte, a produção de artigos de subsistência, como feijão, farinha e arroz, eram deixados de lado; o tropeiro utilizava a produção do posseiro; o posseiro derrubava a mata e abria picadas, desobrigando o governo e os grandes fazendeiros; os posseiros indicavam novos caminhos de expansão; era interessante para a sociedade, pois os desordeiros de núcleos já instaurados integravam estas frentes e, por fim, a grande vantagem para o governo, o sistema de posses era itinerante<sup>62</sup>.

Passado alguns anos, o povoado de Candói, já dispunha de uma escola mista, em 1881, seguida pela instauração de outra, que data em 1886<sup>63</sup>. Tornou-se distrito policial em 1898, seguido pela sua constituição como distrito judiciário em

---

<sup>61</sup> “Mas essa subdivisão ou apropriação de terras devolutas, não era feita legalmente, com escrituras. Os herdeiros, por sua vez, vendiam pequenas porções ou forneciam aos interessados apenas documentos em pedaços de papel. Era a desistência daquele pedaço de terra. Desta forma, o sistema usual de aquisição tornou-se a posse” (WACHOWICZ, 2001: 180).

<sup>62</sup> “uma vez implantado, não se tornava definitivo. Quando os agricultores que vinham numa frente pioneira atingiam a *frente da frente*, adquiriam as posses por compra ou expulsavam os posseiros à força. Por isso, o sistema nunca era definitivo, mas condicionava a rede fundiária que se instalava na região” (WACHOWICZ, 1987: 69).

<sup>63</sup> “Foram creadas no districto as seguintes escolas: uma mixta pela Lei n. 667 de 4 de Abril de 1881 e outra pela Lei n. 221 de 15 de Dezembro de 1896” (LEÃO, 1926: 296).

1913<sup>64</sup>. Até 1920, Ermelino Agostinho de Leão destacava que a população do distrito era composta por 3.930 indivíduos, sendo que 734 eram crianças em idade escolar<sup>65</sup>.

Dentre estes indivíduos pode-se pensar que já se incluíam alguns imigrantes. Romário Martins salienta que, depois do regime de imigração por colônias federais<sup>66</sup>, que abrangeu os anos de 1907 a 1914, foi estabelecido no Paraná o regime de concessões de terras que visassem a colonização, feitas pelo Estado. Desta forma, o Estado disponibilizava grandes extensões de áreas para empresas concessionárias, possibilitando que estas as pagassem na medida em que fossem vendendo os terrenos, descontados do pagamento pelas empresas as benfeitorias que estas fizessem mediante o aval do governo, como estradas de acesso. A partir deste modelo, surgiram então núcleos coloniais em Guarapuava, dentre os quais o do Algodoeiro, em Candói, com poloneses e ucranianos, o do Amola Faca, que além das nacionalidades citadas era composto por alemães e uma colônia municipal, a do Jordão, composta por poloneses e ucranianos<sup>67</sup>.

Portanto, no início do século XX esta região do Paraná continuava, segundo a historiografia “oficial”, com uma baixa densidade demográfica, sendo que o registro de cerca de três mil habitantes exclui a presença indígena, em um espaço compreendido entre o município de Mariópolis até a fronteira argentina. Porém, como consequência da Revolução Federalista, que aconteceu entre os anos de 1893 e 1895, um novo grupo adentrou o sudoeste paranaense: os chamados luso-gaúchos. Para se esquivar de questões políticas decorrentes do conflito em terras do Rio Grande do Sul, estes migraram para esta região, assim como para áreas

---

<sup>64</sup> “O bairro de Candoy foi elevado a districto policial pelo acto n° 185 de 25 de Abril de 1898 e finalmente a districto judiciario pela Lei. 1316 de 5 de Abril de 1913” (LEÃO, 1926: 296).

<sup>65</sup> Além de dispor sobre o número de habitantes, Ermelino de Leão também destacava as divisas do então distrito: “da barra do Canany sobe por este até a barra do Candoy e por este até cabeceiras, daí pelo arroio do Lageadinho abaixo até a foz do rio Cavernoso, desce por este até o Iguassú e pelo Iguassú até a barra do rio Jordão, subindo por este até a barra do Carany, onde começou” (LEÃO, 1926: 296).

<sup>66</sup> Em um período de 105 anos, entre 1829 e 1934, Romário Martins constatou em registros a presença de 128.946 habitantes, em sua maioria poloneses, alemães, italianos, russos e austríacos, e destaca: “Ao lado, porém, da imigração direta, promovida pelo governo, por empresas subvencionadas e por proprietários de terras, existiu sempre, à margem dos registros oficiais, uma corrente espontânea de transmigrados das províncias vizinhas, aos quais já em 1874 se referia o presidente Abranches em seu relatório à Assembléia Provincial. Esses transmigrados, em sua quasi totalidade alemães e italianos, continuaram a se estabelecer no Paraná sem passagem pelos registros oficiais de imigração e ainda assim acontece com descendentes de antigos colonos de São Paulo, Rio Grande e Santa Catarina que teem se transferido para terras de empresas colonizadoras” (MARTINS, 1941: 118).

<sup>67</sup> (MARTINS, 1941: 120).

limítrofes com a Argentina, acompanhados também de alguns paranaenses e catarinenses. Desta forma, um novo elemento populacional aparece na região, transformando o Paraná em “terra de refúgio”<sup>68</sup>.

Segundo o historiador Ruy Wachowicz, estas levadas migratórias rumo a esta região podem ser dispostas em períodos. Este autor obteve a procedência da população desta região a partir de um grande levantamento dos registros de casamento em cartórios de toda a área recortada, obtendo registros de 1900 a 1975. Wachowicz identificou dois períodos distintos quanto a procedência dos habitantes. Chamou-os de período paranaense – ou caboclo – e período de grande fluxo migratório. Para efeitos de colonização, o indígena sempre foi considerado um problema, tanto por parte do governo como também pelos próprios colonos, que por vezes preconizavam o seu extermínio.

### **1.3. Caboclos e Imigrantes**

À margem também muitas vezes situavam-se os caboclos<sup>69</sup>, que povoavam vastas áreas do oeste de Santa Catarina e Paraná, neste caso em particular, o sudoeste e o centro-sul paranaense. A encruzilhada se deu pela falta do reconhecimento de direito de posse da terra pelo Estado e pelas companhias particulares de colonização e também pela ausência de condições financeiras do

---

<sup>68</sup> “durante e após a referida revolução (1893 – 1895), centenas de gaúchos atravessaram o rio Uruguai a vieram refugiar-se no Paraná. Perseguições e restrições políticas vigentes em terras gaúchas, transformaram o Paraná em terra de refúgio” (WACHOWICZ, 1987, 57).

<sup>69</sup> Ressalta-se que no sudoeste do Paraná o indivíduo era classificado como caboclo quando tinha sido criado no sertão e apresentava hábitos e costumes de sertanejo. Estes eram também conhecidos como caboclos sertanejos e não precisavam descender dos indígenas (WACHOWICZ, 1987: 85). Darcy Ribeiro salienta que, dentre os chamados “caboclos” poderiam estar presentes aqueles estrangeiros que, impossibilitados de adquirir terras pela política de colonização vigente, também eram colocados em uma posição vista como marginal. (RIBEIRO, 2003: 441).

caboclo para comprar terras nos projetos de colonização que estavam sendo desenvolvidos naquela época<sup>70</sup>.

No primeiro governo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, buscou-se desenvolver um programa para a inserção dos chamados “caboclos” com os modelos de nacionalidade em voga. O programa educativo “Escola Rural” procurava levar em consideração as diferenças do meio, do homem rural e de sua atividade. Entretanto, salientava que somente a alfabetização não poderia tirar os caboclos da marginalidade social. Para tanto, o governo deveria proceder assim como aos imigrantes nos tempos do Império e do começo da República, garantindo o lote, a casa, a semente, a saúde e a escola. Em um trecho elucidativo, em tom de manifesto, Romário Martins destaca algumas noções vigentes nas décadas de 30 e 40, quando escreve sobre o assunto.

“O intento que se contem no esboço do nosso programa para a solução do Problema Caboclo, tem muito mais amplitude e almeja resultados de muito mais transcendente interesse nacional:- a incorporação econômica, social e espiritual das nossas populações rurais nativas, na evolução da nossa nacionalidade (...) É preciso levar em conta que neste empenho de socializar nossas populações caboclas fazendo-as influir mais diretamente em todas as eficiências da raça e da nação,- não é o caboclo que precisa de nós,- nós, a nacionalidade, é que precisamos dele ” (MARTINS, 1941: 206).

Para Wachowicz, o período paranaense abrange o início do século XX até o início da década de 1950, sendo a população formada principalmente por caboclos de origem paranaense<sup>71</sup>. Entre os anos de 1914 e 1915 é observado no Paraná um aumento repentino de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul devido a problemas

---

<sup>70</sup> (SEYFERTH, 1991).

<sup>71</sup> “Neste período: 1900 – 1953, observa-se uma pequena participação do elemento riograndense, sobretudo no início do século, mas seu crescimento nas décadas de vinte, trinta e quarenta é lento porém contínuo. O elemento riograndense apresenta neste período dois ápices: o primeiro em 1914 – 15 e o outro em 1940 – 41 sendo o primeiro mais significativo que o segundo” (WACHOWICZ, 1987: 353-354).

relacionados com a política nacionalista desenvolvida pelo Estado brasileiro em torno da imigração alemã<sup>72</sup>.

A imigração dos alemães no Paraná, em comparação aos outros estados sulistas, foi menos intensa. O território paranaense recebeu principalmente levas internas de imigrantes estabelecidos em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e seus descendentes, sendo que a forma como se deu este povoamento também foi diferente<sup>73</sup>.

A partir da segunda metade do século XIX, o governo brasileiro incentivou políticas imigratórias para povoar os chamados “vazios demográficos” no sul do Brasil. Do ponto de vista dos porta-vozes da nação – ainda em construção – a imigração trouxe vários benefícios para os estados sulistas. Ao atrair estrangeiros, a política de imigração desenvolvida no século XIX possibilitou, além da posse do território, a produção de riquezas e o alavancamento de atividades que até então estavam estagnadas, como a pequena agricultura e a atividade comercial<sup>74</sup>.

O imigrante ideal era o “bom colono”<sup>75</sup>, capaz de colonizar estas áreas “despovoadas”<sup>76</sup>. Soma-se a isto o regime de pequena propriedade e de

---

<sup>72</sup> Seyferth ressalta que “a concentração territorial e as diferenças de língua, cultura e religião, surgiram na retórica nacionalista brasileira para situar os imigrantes alemães e seus descendentes no pole de irreducibilidade étnica de um imaginado *continuum* de assimilação” (SEYFERTH, 1991).

<sup>73</sup> “Roche (1969) chamou esta forma de povoamento de ‘enxamagem’ (em formato de colméia), atento, igualmente ao deslocamento espacial envolvendo a 2º e 3º gerações” (SEYFERTH, 2002: 253).

<sup>74</sup> Isso se deu devido a alguns fatores. O primeiro deles foi a mudança para a mão-de-obra assalariada, fazendo com que o imigrante pudesse participar de um processo que “permitiu convencer as pessoas de que deveriam vender a sua força de trabalho, domesticar o tempo ao ritmo da indústria” (OLIVEIRA, 2001: 59). O segundo foi a superação do preconceito em relação ao comércio e também às atividades braçais e manuais. Desta forma, “contribuíram para implantação e o desenvolvimento do capitalismo comercial no Brasil” (OLIVEIRA, 2001: 60).

<sup>75</sup> Desta forma, foi reforçada uma idéia de pertencimento étnico à nação alemã diante da “afirmação de uma identidade étnica teuto-brasileira que buscou sua legitimidade na noção de *Deushtum* (germanidade)” (SEYFERTH, 1991). Por outro lado, isso dificultou as intenções de assimilação dos alemães à sociedade brasileira, como desejado pelo governo. Temendo que o Rio Grande do Sul e Santa Catarina se transformassem em uma colônia da Alemanha ou até mesmo que constituíssem um Estado independente devido a dificuldade de assimilar e abrasileirar uma população que, além de possuir uma mentalidade diversa, se recusava a falar o português como idioma nacional, surgiram em seguida as primeiras propostas de assimilação forçada por parte do Estado brasileiro. Durante o Estado Novo, que aconteceu entre os anos de 1937 a 1945, algumas medidas foram tomadas: extinção das instituições comunitárias, proibição do uso da língua alemã em locais públicos e de publicações em alemão, envio de unidades das Forças Armadas à várias cidades colonizadas e também o fechamento das escolas étnicas. Entretanto, por um lado as colônias teuto-brasileiras buscavam não se misturar para não perder a homogeneidade e a germanidade, enquanto por outro, o governo brasileiro pretendia branquear para homogeneizar a população do Brasil.

<sup>76</sup> Para Seyferth, estas razões estavam relacionadas com a própria política de colonização: “a existência de problemas nas fronteiras internacionais e de grandes áreas de terras devolutas consideradas desabitadas, apesar

trabalhadores assalariados que se contrapunham ao sistema escravocrata e de latifúndio. Entretanto, na maior parte das vezes foram os próprios colonos que arcaram com despesas de desmatamento, construções de estradas de acesso, educação e saúde, desobrigando o governo federal destas atribuições<sup>77</sup>.

Estudos e análises gráficas de Wachowicz apontam que nos anos de 1954 e 1955 veio também para o Paraná um grande contingente de migrantes rio-grandenses para a região, tornando-se inclusive majoritário em muitas regiões do Estado. Para Padis, economista que estudou a economia paranaense, um dos motivos que intensificou o movimento dos gaúchos rumo ao sudoeste paranaense foi a relativa “expulsão” das populações da zona rural<sup>78</sup>.

Já os paranaenses ficaram concentrados principalmente na parte leste e central do sudoeste em cidades como Mangueirinha, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida, Renascença, Pato Branco, Vitorino e Mariópolis. O percentual de migrantes paranaenses e catarinenses irá se igualar por idos de 1970 e 1971<sup>79</sup>. Portanto, o sudoeste do Paraná engloba correntes migratórias dos outros estados sulistas, mas sua própria população constitui um grupo de migrantes para outras regiões do próprio estado<sup>80</sup>.

Entretanto, Padis pondera que no início dos anos 50 o sudoeste paranaense recebeu um contingente de migrantes do norte do Paraná. Em virtude da gradativa substituição das plantações de café por atividades de lavoura e pecuária, que

---

da presença de grupos indígenas e posseiros. A ocupação destas terras tornou-se a principal meta desta política de colonização, que alijou do processo os nacionais” (SEYFERTH, 1991).

<sup>77</sup> Estes foram alguns dos motivos pelos quais “mesmo quando situadas geograficamente próximas das capitais provinciais, ficavam um longo tempo social e espacialmente distantes da sociedade brasileira – isolamento relativo, que contribuiu para o fortalecimento de uma consciência étnica coletiva – estruturada pelo próprio processo histórico de colonização” (SEYFERTH, 1991).

<sup>78</sup> “A população, expulsa da zona rural, seja pelo agigantamento, seja pela minimização da propriedade, incapaz igualmente de ser absorvida pelo setor urbano da economia gaúcha, viu-se a braços com o espectro do desemprego. E outra alternativa não teve que cruzar fronteiras do Estado em busca de trabalho em outras regiões. Isso intensificou-se a partir de 1952, agigantando-se depois de 1956 e permanecendo por cerca de mais de uma década” (PADIS, 1981: 155).

<sup>79</sup> A partir daí, a leva catarinense diminuiu e a paranaense aumentou “beneficiada com os elementos já nascidos na região, filhos de migrantes chegados nos primeiros anos da década de cinqüenta” (WACHOWICZ, 1987: 236).

<sup>80</sup> Sendo que “este comportamento vem demonstrar que a colonização da região não atraiu populações significativas de outros municípios do próprio estado” (WACHOWICZ, 1987: 240).

empregam menos mão-de-obra, houve um fluxo migratório rumo ao sudoeste e, embora em pequena escala, continuou desenvolvendo atividades cafeeiras<sup>81</sup>.

#### 1.4. Quem são os gaúchos?

Cabe agora, neste momento, fazer a distinção entre os gaúchos e rio-grandenses. A delimitação destas categorias é necessária porque estes termos perpassam toda a escrita deste trabalho e também pelas próprias percepções do que foi observado durante o trabalho de campo e porque, em Candói, constata-se que é bastante comum que parte da população se identifique com os referenciais da cultura gaúcha.

Desta forma, procura-se apresentar que este elemento pode remeter tanto à população local como ao forasteiro e é associado a uma origem imaginada: o “gaúcho”<sup>82</sup>. Também destaca-se que este segmento da população tem uma característica especial, pois aparece e transita entre os dois grupos, tanto entre aqueles que se intitulam “dali mesmo da região” quanto aqueles que são considerados pela população local como sendo “barrageiros”, e não se restringe, como visto, exclusivamente aos nascidos no Rio Grande do Sul. Ele pode ser tanto “dali mesmo da região” e ocasionalmente frequentar o Centro de Tradições Gaúchas<sup>83</sup>, conhecido como CTG, de Candói, como também trabalhar em alguma

---

<sup>81</sup> (PADIS, 1981: 152).

<sup>82</sup> Oliven destaca que a construção social da identidade gaúcha se apoia tanto nas particularidades do Rio Grande do Sul quanto ao pertencimento deste estado ao Brasil, contribuindo para que sejam criadas representações capazes de orientar as ações e também criar práticas atuais, fazendo com que esta identidade seja “constantemente atualizada, reposta e evocada”. Este autor também salienta os atributos nos quais a identidade gaúcha se referencia: “vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc.” (OLIVEN, 2006: 66). Estes atributos, que norteiam a identidade gaúcha, se baseiam na existência de um passado na região de Campanha, localizada no sudoeste do Rio Grande do Sul, e na figura do gaúcho, real ou idealizada.

<sup>83</sup> Renata Sopelsa, em seu estudo sobre o CTG Vila Velha, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas no Paraná, localizado na cidade de Ponta Grossa, aponta que este “culto formalizado às tradições gaúchas” se encontra em

das barragens e também, ocasionalmente, frequentar o CTG de sua cidade de origem, sendo que estes últimos são em grande parte originários de outras cidades do sul e sudoeste paranaense e que sofreram um processo de colonização similar ao de de Candói.

Porém, é ressaltado tanto nos discursos dos grupos, como pela prática cotidiana, que o “gaúcho” é antes de mais nada, um forasteiro ou então é da própria região e é reconhecido assim pelos grupos. Esta ambigüidade, que possibilita este trânsito entre os de “dentro” e os de “fora” se dá principalmente pelo “gaúcho” indicar uma identidade cultural, vastamente manipulada em algumas regiões do Paraná.

Os “gaúchos” também podem exibir traços distintivos<sup>84</sup> perante os demais, como vestuário, linguagem e costumes. Ao caminhar pela zona rural e urbana de Candói, constata-se a presença de inúmeros costumes e atitudes “gaúchas” em seus habitantes. Alguns vestem-se com bombachas, freqüentam os bailes semanais que são embalados por música gauchesca, marchinhas alemãs e ritmo sertanejo, sendo que parte deles também participa do Centro de Tradições Gaúchas localizado na área central do município. Entretanto, não são somente os migrantes originários do Rio Grande do Sul que participam destas atividades, pois jovens nascidos em outros locais do sudoeste paranaense também se integram a esta prática.

Em um episódio, em uma loja da região central, a filha dos comerciantes, uma estudante de 15 anos, mostrava entusiasmada unhas postiças coloridas usadas por ela em apresentações do CTG. A adolescente contou que grande parte dos seus amigos também fazia parte deste grupo e freqüentava o local porque, em uma cidade considerada pequena e com poucas alternativas de diversão, o Centro de Tradições Gaúchas era uma opção interessante para socialização. A jovem, nascida

---

16 estados brasileiros, sendo que ultrapassa o número de 350 os localizados em terras paranaenses. Seus participantes “além de compartilhar de uma identidade gauchesca, apresentavam uma forma de sociabilidade específica e implicitamente regida por normas internas que orientavam suas relações e trocas sociais” (SOPELSA, 2003: 141).

<sup>84</sup> Para Poutignat e Streiff-Fenart, a cultura é vista como um resultado de um processo de invenções de identidades e da interação dinâmica entre grupos. A produção da identidade pelos sinais diacríticos propõe que, a partir da oposição nós / outros, é necessária a escolha de certos traços culturais como emblemas de sua própria cultura e também para a representatividade do grupo. Isso ocorre tanto da forma objetivista, através da pesquisa quantitativa, buscando a ancestralidade dos grupos, como de forma subjetivista, onde de maneira qualitativa pretende-se descobrir o que faz com que as pessoas sintam o pertencimento a um grupo e não a outro, evidenciando as fronteiras simbólicas, e não as substanciais, que constroem as narrativas do multi-culturalismo (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998).



na Vila da Copel, localizada dentro da UHE Governador Ney Braga<sup>85</sup>, e com pais igualmente paranaenses mas de outros municípios da região, mantia e repassava costumes considerados gaúchos<sup>86</sup>.

Estas representações que o grupo constrói embutem de significações as ações cotidianas, fazendo com que as identidades coletivas operem em torno de referenciais que serão por oposição e contraste a outros de mesmo tipo, sinais que fazem com que um grupo possa se diferenciar de outro. Como apontado acima, em determinadas situações, são outros que não os gaúchos que evocam as tradições e os costumes vistos como “gauchescos”.

Também são muitos os “gaúchos” que não os nascidos em terras rio grandenses mas que continuam utilizando e passando para as futuras gerações os valores apontados como significativos para o gauchismo, sendo que uma das formas de perpassar esse sentimento de pertença imaginada e de uma origem comum é através dos CTGs, espalhados por todo o Brasil e até mesmo no exterior e que consiste, para Oliven, em um novo processo de desterritorialização da cultura gaúcha e da re-significação do gauchismo com a migração de rio-grandenses para outros estados<sup>87</sup>.

Se aquilo que é perpetuado em função da escolha dos traços diacríticos de uma identidade em outro local que não o de sua origem imaginada, e a sua absorção em outros contextos e por outros grupos, percebe-se então o motivo pelo qual inúmeras parcelas de indivíduos da população local se utilizam destes elementos, como o fato de tomar chimarrão, escutar música nativista ou de participar ocasionalmente, ou sempre, de rodeios, mas não se identificarem e não são identificados perante os outros como sendo gaúchos.

---

<sup>85</sup> A UHE Governador Ney Braga, também conhecida como Usina de Segredo, está localizada no município vizinho de Reserva do Iguaçu.

<sup>86</sup> Salienta-se que o CTG estudado por Sopelsa era composto por “indivíduos que se definiam como ‘gaúchos’, ‘alguns por serem nascidos no Rio Grande e outros por opção, porque gostavam dos hábitos como andar a cavalo, tomar chimarrão, da lida no campo’, ou simplesmente ‘por que admiravam as vestimentas, a bombacha, o chapéu’, ou ainda, porque buscavam compartilhar os mesmos valores e referenciais simbólicos inerentes à identidade social do gaúcho” (SOPELSA, 2003:143).

<sup>87</sup> “Desterritorialização é um termo utilizado para designar fenômenos que se originam num espaço e que acabam migrando para outros. Esse conceito só faz sentido se for associado ao de reterritorialização, pois as idéias e os costumes saem de um lugar mas entram noutra na qual se adaptam e se integram” (OLIVEN, 2006: 201).

Estes sentimentos de nacionalidade em contextos globalizados mostram que existem diferentes formas de vivenciar a nação, ao invés de uma única<sup>88</sup>. Este hibridismo que é colocado na atualidade revela aquilo que Oliven chama de desterritorialização. Com os constantes intercâmbios entre as fronteiras culturais e simbólicas, as diferentes formas de manifestações culturais são reelaboradas a partir da migração destes elementos para novos lugares, onde são recontextualizadas, tendo as suas tradições re-inventadas e re-significadas no imaginário dos grupos que as evocam e as mantêm<sup>89</sup>.

Em entrevistas realizadas em parte do trabalho de campo, que abrangeram a localidade rural Cachoeira, em Candói, também foi constatada a presença dos chamados “gaúchos” entre os habitantes da região. Na ocasião foi observado o mesmo perfil de seus moradores e a pequena distância simbólica entre as localidades. A partir das entrevistas aponta-se: leva migratória perceptível nos anos 50, sentido Rio Grande do Sul e Santa Catarina rumo ao sudoeste paranaense; moradores atuais oriundos tanto dos outros estados sulistas como de cidades da mesma região; agricultura como elemento econômico e também como ponto de relação entre zona urbana e rural e pequena distância simbólica entre os municípios da região. Por exemplo: o pai veio do Rio Grande do Sul, a mãe é da cidade vizinha de Chopinzinho, o filho vive na zona rural de Candói, o irmão mora na zona urbana do mesmo município e assim por diante.

Em situações como esta, onde o “gauchismo” e a sua valorização é apontada, ressaltando-se os sinais diacríticos para os demais, como: valorização do campo, uso de animais, vestuário, modo de falar e agir, em locais diversos do que é de fato o território do Rio Grande do Sul, percebe-se que nesta dinâmica cultural há um processo de desterritorialização e de reterritorialização, em uma constante adaptação a novos contextos.

---

<sup>88</sup> Para Oliven “O embaralhamento das fronteiras, em vez de fazer o sentimento de nacionalidade diminuir, o faz crescer. (...) A criação de manifestações culturais mundializadas não significa que as questões locais estão desaparecendo. Ao contrário, a globalização torna o local mais importante do que nunca. Como podemos nos situar no mundo, a não ser a partir de nosso próprio território, por mais difícil que seja defini-lo?” (OLIVEN, 2006: 206).

<sup>89</sup> “É compreensível que em épocas de transformações sociais haja o renascimento e freqüentemente a invenção de tradições. O fato de estas tradições não terem mais uma relação com a situação presente é irrelevante, pois o critério para analisá-las não pode ser o seu anacronismo, mas o que elas representam no imaginário dos grupos que as cultuam” (OLIVEN, 2006: 209).

Oliven destaca que após 1930, com a centralização do aparelho estatal, houve uma tentativa por parte do Estado Novo em criar “um modelo de nacionalidade centralizado a partir do Estado”<sup>90</sup>. Entretanto, esta centralização possibilitou o surgimento de tendências contrárias, como a formação de identidades regionais que procuram realçar a diferença diante do resto do país. Percebe-se então que, no Brasil, o nacional é dado antes pelo regional<sup>91</sup>. Este autor salienta ainda que a redemocratização acarretou também na formação de novos atores políticos assim como novas identidades sociais, não esquecendo que estes movimentos regionalistas são heterogêneos e revelam a posição de diferentes grupos e posições sociais.

Segundo Oliven, o “gauchismo” reaparece com mais evidência a partir do final dos anos setenta e início dos anos oitenta, assim como o aparecimento de outros grupos que reivindicam novos direitos, além de partidos, sindicatos e movimentos sociais que buscavam defender questões específicas. Isso se deve ao processo de abertura ocorrido no Brasil que ocasionou a democratização do regime brasileiro, surgindo então novos atores políticos e a criação de novas identidades, a partir do momento em que novos espaços políticos eram delimitados<sup>92</sup>. O processo de formação do gauchismo, portanto, tem na invencão da tradição<sup>93</sup> um elemento destacado e o regionalismo, para este autor, é visto como um campo de disputas segundo as propostas de Bourdieu<sup>94</sup>.

---

<sup>90</sup> (OLIVEN, 2003: 216).

<sup>91</sup> “A afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma forma de salientar diferenças culturais e como uma reação a uma tentativa de homogeneização cultural. Esta redescoberta das diferenças e a atualidade da questão da federação numa época em que o país se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico e cultural sugere que no Brasil o nacional passa primeiro pelo regional” (OLIVEN, 2003: 219).

<sup>92</sup> “Na medida em que identidades são representações formuladas em oposição ou contraste a outras identidades, o que se busca são justamente as diferenças. Assim, a construção dessas identidades passa pela elaboração de traços da cultura brasileira que são apropriados e usados como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção a diferentes grupos sociais” (OLIVEN, 2006: 193).

<sup>93</sup> O caminho da tradição, “a memória pessoal está ligada à memória grupal, e esta por sua vez à memória coletiva de cada sociedade que poderia ser chamada de tradição” (HALBWACHS apud. OLIVEN, 2006: 25).

<sup>94</sup> Para Bourdieu, o habitus produz as práticas. O habitus consiste no que este autor chama de “encadeamento de golpes” que são dispostos como estratégias, sem contudo, revelarem uma intenção estratégica e, como consequência, acabam por reproduzir as próprias estruturas objetivas que consistem na prática. É a possibilidade de jogar mediante o que é oferecido pelo contexto e diante de um leque de ações estratégicas dos atores sociais que pode compor a jogada, mesmo que estas ações não sejam vistas como estratégias e submetidas as regras do jogo, e por mais que estas regras estejam de tal forma interiorizadas que não sejam perceptíveis. Para Bourdieu “as estruturas que são constitutivas de um tipo particular de meio ambiente (e.g. as condições materiais de existência características de uma condição de classe) e que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de singularidades associadas a um meio ambiente socialmente estruturado produzem habitus, sistemas de disposições duradouras, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio

Como indicado acima, os “gaúchos” também podem estar presentes dentre os “barrageiros”. Para exemplificar, evoco aqui uma pequena história. Em uma certa ocasião, a equipe de arqueologia foi convidada a participar de uma reunião em um sítio onde residiam alguns “barrageiros”, que desenvolviam atividades relacionadas a questão ambiental na área das usinas e se identificavam com a cultura gaúcha. Lá, a conversa principal foi desenvolvida em torno de atividades relacionadas à obra, embaladas por música nativista gaúcha. Entre os residentes, a familiaridade com a música e os costumes gaúchos era percebida em todos, pois além de um “gaúcho” nascido no Rio Grande do Sul, estavam vários outros “gaúchos” nascidos em municípios do sudeste e centro-sul paranaense.

Estes frequentam bailes, alguns o Centro de Tradições Gaúchas em suas respectivas cidades, cantam as músicas, possuem as roupas que apresentam símbolos distintivos, muitas vezes utilizam uma linguagem específica. Além disso, estes têm afinidade com termos que constituem um universo próprio, sendo em certas ocasiões desconhecidos perante aqueles que não compartilham dos mesmos códigos e utilizam os mesmos sinais diacríticos<sup>95</sup>.

Ali eram todos “forasteiros” oriundos de várias localidades paranaenses, exceto um indivíduo do Rio Grande do Sul e outro do Rio de Janeiro. Para os nativos de Candói, todos que não são da região são considerados, e se consideram, forasteiros. Destes, os que desempenham atividades relacionadas às usinas são chamados, pela população local, de “barrageiros”.

Mas, como visto, esta é uma categoria que detém diferentes significados por cada um dos grupos. Neste caso, os moradores deste sítio se consideravam “barrageiros” e faziam a previsão de desempenhar trabalhos em Goiás depois destas obras finalizadas, mas alguns deles sentiam uma forte identificação com a

---

de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objectivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem em nada serem o produto da obediência a regras, objectivamente adaptadas ao seu fim sem suporem a mira consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para os atingir” (BOURDIEU, 2002: 163).

<sup>95</sup> Os sinais diacríticos são utilizados como realce de um grupo perante outro, o que permite algumas das possíveis identificações entre as pessoas, símbolos estes que são manipuláveis e decifráveis como sendo de pertença. São os símbolos diacríticos, em permanente modificação, que compõe uma idéia relacional, em que o grupo constrói a sua própria identidade na base da interação com a de outro grupo. Poutignat e Streiff-Fenart salientam que “a etnicidade pode igualmente ser realçada por meio de todos os signos visíveis (comportamentais, vestuário, etc.) que podem ser mobilizados e selecionados para tipificar um grupo social ou utilizados para apresentar um Eu étnico específico” (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1997: 167)

cultura gaúcha e com alguns atributos a ela relacionadas. Desta forma, enquanto um deles falava de seu cavalo e das músicas nativistas que escutava, outro mencionava os torneios de laço que costumava participar e da pilcha que havia emprestado a um terceiro para que este pudesse ir devidamente trajado a um baile. Além disso, esta sensação de pertencimento à cultura gaúcha e de identidade coletiva que estes indivíduos apresentavam era fortalecida na idéia de uma origem comum, a ancestralidade associada ao Estado do Rio Grande do Sul.

Nesta mesma reunião, em que alguns indivíduos se identificavam e eram identificados como sendo gaúchos, em um determinado momento foi indagado por um integrante da pesquisa arqueológica em que lugares poderiam ser adquiridas as músicas que estavam sendo tocadas. Gentilmente os anfitriões informaram o nome dos cantores e que também muitas daquelas canções haviam sido baixadas pela Internet. Entretanto, comentaram que estas músicas seriam mais interessantes de serem escutadas em situações como aquela, ou seja, situações específicas e não apenas gravar as músicas e escutá-las ao acaso.

Percebe-se então que alguns são percebidos como mais legítimos para falar, cultivar e apresentar uma identidade e portanto operar a manutenção da língua, dos costumes e das instituições. É preciso articular os sinais diacríticos que, em oposição e contraste constituem a identidade coletiva do grupo, diferente das demais<sup>96</sup>.

Desta forma, aparece seu caráter manipulativo e a formação de quadros e categorias dessa linguagem. Os processos de construção de identidades entre os grupos não podem ser definidos a partir de seus traços culturais externos mas por quem se considera e é considerado como pertencente ao grupo<sup>97</sup>. É preciso, além de pertencer real ou imaginariamente<sup>98</sup> ao grupo, deter e manipular códigos capazes

---

<sup>96</sup> Para Manuela Carneiro da Cunha isto é considerado uma forma de linguagem e não pode ser vista apenas em termos instrumentalistas, mas em toda a sua dimensão cultural e simbólica, pois permite a comunicação (CARNEIRO DA CUNHA, 1997).

<sup>97</sup> São escolhidos símbolos distintivos para assegurar a diferença do grupo perante os demais e também para garantir a sua coesão: “a escolha dos tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que se acham inseridos, já que os sinais diacríticos devem poder se opor, por definição, a outros do mesmo tipo” (CARNEIRO DA CUNHA, 1997: 100).

<sup>98</sup> Para Benedict Anderson, a nação é uma “comunidade política imaginada”. Para este autor “as comunidades não devem ser distinguidas por sua falsidade / autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 1989: 15).

de produzir capital simbólico. Para Pierre Bourdieu, os modelos de classificação formam os modelos da sociedade, sendo que estes são encadeados pelos sistemas simbólicos. Desta forma, este autor prioriza as funções sociais formuladas por esta dimensão e postula que quanto maior for o capital simbólico acionado e adquirido, maior será o trânsito dos agentes sociais pelos campos de disputa, visando um maior controle e manipulação de estratégias – inconscientes – e que acabam por repercutir na prática<sup>99</sup>.

Estes sinais podem ser de religião, roupas, línguas, entre outros elementos valorativos que em uma situação de mudança servem de contraste e dependem de categorias comparáveis que podem se contrapor e organizar um sistema. Estes símbolos distintivos podem servir de resistência para apropriação de elementos através do discurso oficial e o processo de construção de identidades aparece sob o viés da tradição, seja pela ideologia, que busca tornar natural e legítimo aquilo que não o é, e pelo mito, onde elementos que se tornaram distintos adquirem sentido. Desta forma, a identidade, utilizando-se da tradição, extrai elementos culturais que apesar de serem idênticos em si mesmos, fora do todo que foram criados modificam o seu sentido e os símbolos e signos são utilizados para promover significações e relacionados ao contexto<sup>100</sup>.

Voltemos agora aos “gaúchos”. Por outro lado, muitos são rio-grandenses, ou seja, nascidos no Rio Grande do Sul e que migraram para a região onde Candói está situada. Estes também são chamados de “gaúchos”, termo que, como aponta Rubem Oliven, sofreu um “processo de elaboração cultural”, servindo para designar, na atualidade, os habitantes do Estado do Rio Grande do Sul, ao invés de sua conotação inicial, que fazia referência aos homens que pastoreavam o gado na região de Campanha, no sudoeste daquele Estado.

Desta forma, no Rio Grande do Sul, o termo foi resignificado, e a terminologia que designa seus habitantes passou por um processo de elaboração. Inicialmente registra-se a ocorrência do termo “guasca” e depois do termo “gaudério”, este com

---

<sup>99</sup> BOURDIEU, 2004.

<sup>100</sup> Estes podem se dar tanto pela ambigüidade dos signos pois “o significado do signo não é intrínseco, mas em função do discurso que se encontra inserido e de sua estrutura”, como pelo re-arranjo dos símbolos. Manuela Carneiro da Cunha destaca ainda que as categorias são nativas e não analíticas, ou seja, são utilizadas pelos agentes sociais para os quais é relevante e postas em movimento pelos integrantes do próprio grupo (CARNEIRO DA CUNHA, 1997).

carga pejorativa. Já o termo gaúcho aparece no final do século XVIII, também com uma conotação pejorativa até parte do século XIX quando “com a organização da estância, passa a significar o peão e o guerreiro com um sentido encomiástico”<sup>101</sup>, sendo então re-elaborado e adquirindo uma carga de significação positiva ao invés de negativa, utilizado inclusive para designar os habitantes do Estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, percebemos que, por um lado, o termo gaúcho procura evidenciar uma identificação com os atributos valorativos que estão embutidos no termo, tais como: virilidade, bravura, lealdade, honra, dentre outros. E isso faz com que até mesmo pessoas nascidas em outros Estados acabem por evocar e também em se identificar com esta categoria. Por outro lado, este termo serve, ao lado de rio-grandense, para designar de forma genérica os nascidos no Rio Grande do Sul.

### **1.5. Os “daqui da região” e os “colonos”**

A população local de Candói é composta por indivíduos que se intitulam “dali mesmo da região” ou que são oriundos de levadas migratórias dos outros estados do sul do Brasil. Quando alguém diz que é “da região” isso pode remeter tanto a uma “ancestralidade” cabocla, como também significar que vieram de outros municípios vizinhos de Candói. Também é acentuado na região o grande número de famílias que vieram de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em meados dos anos 50 buscando a oferta de terras no Paraná e, em sua maioria, se intitulam de “colonos” perante os demais.

Logo na primeira vez que estive em Candói, no início de 2004, alguns dados surgiram a partir da observação. O primeiro deles era a ênfase que a população

---

<sup>101</sup> (OLIVEN, 2006: 66).

local do município, os candoianos, davam à agricultura e o trabalho na lavoura. Muitas vezes, estes residiam na zona urbana, mas em seus discursos sempre era salientada a “lida na roça” feita outrora, o tempo de trabalho realizado na agricultura e as atividades dos familiares relacionadas a esta prática. Por conseguinte, o tema da estiagem também era realçado, pois a seca era um dos principais motivos de angústia por parte daqueles que desenvolviam trabalhos relacionados à terra, em sua maioria temendo que o insucesso da safra dificultasse o pagamento ou a obtenção de financiamentos de bancos. Independentemente do rumo que uma possível conversa poderia tomar depois de algumas frases, o seu início sempre era relacionado às atividades da lavoura e também à estiagem. Pode-se pensar a agricultura, em ambientes rurais, como um elemento que relaciona as diferentes esferas da vida social do grupo. É a partir da lavoura que surgem as conversas, os planos futuros, as necessidades de ir a cidade e os interesses do grupo<sup>102</sup>.

Outro elemento que aparece no terreno são os limites tênues em relação a territorialidade. Candói é um município recente, existe há apenas quatorze anos, o que faz com o “ser daqui da região” seja uma categoria bastante extensa e que possa abranger cidades vizinhas. Por outro lado, em diversas ocasiões foi observada a incidência de catarinenses e gaúchos que migraram para o local, e em seus discursos pode aparecer que são da região apesar de seus pais serem de outros estados. Dentre eles, principalmente na zona rural do município, existe uma forte identificação com o termo “colono”, repleto de atribuições, como a origem estrangeira e o trabalho com a terra. Salienta-se também a alta incidência de “gaúchos” dentre a população local, o que faz com que esta categoria social seja com frequência apontado perante os chamados “de fora”.

Outro tópico que aparece destacado tanto nos discursos quanto nas atividades práticas, são as construções das barragens na área. A temática das usinas aparece em diversas ocasiões, tanto na forma de conversas quanto por alterações que o município sofreu em função destas obras, como construção de

---

<sup>102</sup> Aracy Lopes da Silva reflete sobre a relação de sociedades indígenas com a natureza e percebe então que as suas concepções de mundo são relacionadas ao mundo natural, possibilitando até mesmo que esta relação repercuta através da vivência, nas orientações e interpretações sobre os acontecimentos que o grupo formula, assim como a forma de tomar decisões (LOPES DA SILVA, 1994). Apesar de não estarmos tratando de sociedades indígenas nesta pesquisa, pensa-se que a relação dos candoianos com a lavoura também lhes possibilita encadear e interpretar os acontecimentos cotidianos e a tomada de decisões.



novas estruturas na zona urbana, desapropriação de propriedades e trânsito de pessoal “de fora”<sup>103</sup>.

A maior parte da população de Candói (70%), reside na zona rural. Isso faz com que este município, além de ser recente e de desenvolver atividades relacionadas a agricultura, é visto como um lugar para “resolver negócios”. Isso pode ser tanto o deslocamento daqueles que moram na zona rural até a sede municipal para estudar, como para comprar mantimentos e para ir ao banco. Outro ponto é que, para os “de fora”, até a inauguração do hotel novo, as formas de hospedagem neste município eram bastante precárias, obrigando os viajantes a se deslocarem a outras localidades.

O perímetro rural de Candói abrange tanto áreas de grandes propriedades, que pertencem tanto a empresas como de particulares, e de localidades onde se desenvolve a pequena agricultura, chamada de agricultura familiar, cujo foco consiste no cultivo de policulturas em um espaço limitado e do emprego da mão-de-obra familiar.

Em um dos depoimentos concedidos para esta pesquisa, realizado em julho de 2005 com um agricultor de cerca de 70 anos, estes elementos de contextos rurais aparecem. Ele se identifica como sendo “dali mesmo da região”, tendo nascido e sendo criado no município que hoje é reconhecido como Chopinzinho e tendo sua residência atual na localidade Cachoeira, zona rural de Candói, há três anos.

Para este chefe de família, que trabalha com o regime de agricultura familiar, a variedade de espécies plantadas na sua roça depende do ano. No ano da entrevista, ele e a maioria dos seus vizinhos plantaram soja, feijão e principalmente milho. O sobressalente da sua produção, destinada primeiramente para o consumo familiar, é vendido através de empresas intermediadoras, as chamadas cooperativas agrárias. Entretanto, este agricultor complementava a sua atividade com a criação de um número limitado de animais, como vaca, boi, porco e galinha. Estes não se destinam exclusivamente para a venda, mas além de auxiliarem para o sustento familiar são também considerados uma reserva para os momentos difíceis.

---

<sup>103</sup> A relação de candoianos com as barragens e os barrageiros será tratada no capítulo posterior.

No ano em que esta entrevista foi realizada, este agricultor contou-me que havia perdido cerca de 50% de sua produção devido a estiagem. Este garante a sobrevivência dos netos pequenos, de três e cinco anos, da filha e do genro, pois ambos estão desempregados e o auxiliam na lavoura. Uma vez a cada três meses este entrevistado se deslocava para Guarapuava, a 110 quilômetros dali, para resolver assuntos relacionados a um financiamento para a compra de vacas de leite e, para complementar a renda familiar, a filha recebia um auxílio do governo federal, porque era beneficiária do Programa Bolsa Família<sup>104</sup>, o que fazia com que ela precisasse se deslocar para o centro urbano de Cândói uma vez por mês. Já o marido, que era operador de maquinário, com insucesso tentava buscar oportunidades de emprego nas barragens que estavam sendo construídas na região.

Um recorte na história deste trabalhador, muitas vezes se assemelha a outros em situação similar. Neste depoimento aparece: o cultivo de policulturas em um espaço limitado; a complementação do sustento familiar com a criação de animais que visam suprir o consumo interno e garantir reservas para a venda quando necessário; o problema da estiagem e a conseqüente perda da produção; a dificuldade em se obter financiamentos; as cooperativas como alternativas de venda daquilo que foi produzido e as dificuldades de outros membros do grupo doméstico em obter trabalhos que possam ser concatenados com a “lida na roça”. Principalmente, durante toda a entrevista, a relação de terra com trabalho, explicando muitas vezes que o cultivo era pouco porque a terra era pequena.

Dentre os pertencentes à população local, estão aqueles que se denominam como sendo “daqui mesmo da região”, sendo que estes, por sua vez, se colocam em oposição à categoria dos “de fora”. Dentre aqueles que são “daqui mesmo da região” estão aqueles que são os chamados de “colonos”<sup>105</sup> e na maior parte das vezes se

---

<sup>104</sup> Esta é uma iniciativa do governo federal no combate a pobreza que teve início em 2003 e que procura fazer a transferência direta de renda para famílias onde a renda mensal por pessoa não ultrapassa R\$ 120. Atualmente o número de beneficiários excede dez milhões de famílias (<http://www.mds.gov.br/programas/transferecia-de-renda/programa-bolsa-familia>). Acesso realizado em 15/01/07.

<sup>105</sup> Seyferth, em estudo sobre identidade étnica teuto-brasileira, realizado nas cidades catarinenses de Brusque e Guabiruba, discorre sobre a categoria colono: “‘Colono’ não é propriamente uma categoria étnica; qualquer imigrante estrangeiro ou seu descendente, que se estabeleceu como lavrador no sul do Brasil, é chamado de colono. O termo tem muitos significados, mas este é o mais comum. Serve, igualmente, para designar a população rural de origem européia, mesmo aqueles que não cultivam a terra” (SEYFERTH, 1981: 164).

identificam assim perante os demais, podendo também se referirem a si mesmos como “daqui da região” em algumas ocasiões.

Em Candói esta designação aparece geralmente durante as conversas na zona rural. É comum que estes respondam, quando indagados sobre a atividade econômica familiar, “nós somos colono”. Este ser colono significa que estas pessoas querem dizer que descendem geralmente de alemães, trabalham a terra e vieram de localidades de Santa Catarina ou Rio Grande do Sul.

Por outro lado, existem aqueles que se identificam como sendo “da região” e dizem “sou daqui, minha família toda é daqui” ou “minha mãe era cabocla”, sendo esta última afirmativa escutada raramente, pois “caboclo”, apesar de ser um termo bastante recorrente na região, ainda hoje é considerado bastante pejorativo e usado, na maior parte das vezes, quando se quer desqualificar alguém. Em uma entrevista, o interlocutor, pequeno agricultor de 46 anos morador da localidade de Cachoeira, zona rural de Candói, fala de sua relação com o município:

*“G – E os seus pais, eram daqui de Candói também?  
E – Eram caboclos aqui do Cachoeira. É, nós somos todos daqui. Eu, que 46 anos que eu tô, nasci em 59, e nasci e me criei aqui, sempre morando aqui. Nunca me mudei daqui.”*

Em outra ocasião, fomos recebidos em uma fazenda em Pinhão, mas com limites próximos ao município de Candói, pela família proprietária. Diante das circunstâncias, estávamos procurando chegar até as áreas desapropriadas que seriam futuramente preenchidas pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Santa Clara, a chegada causou um grande alvoroço, principalmente levando-se em consideração que era domingo e o tempo estava instável, alternando chuvas com períodos de sol. Enquanto caminhávamos até a área onde seriam feitos trabalhos de Salvamento Arqueológico pelo grupo ao qual eu integrava, fomos acompanhados

pelos netos e amigos do casal proprietário, que ocupavam uma caminhonete. Alguns, pela falta de espaço, estavam na caçamba do veículo e na ocasião chamou-me a atenção o fato de que alguns deles vestiam bombachas, com o resto da vestimenta cotidiana e um, o chapéu preto de abas largas conhecido como parte integrante da vestimenta típica gaúcha. Na volta do trabalho de campo arqueológico, fomos recebidos pelos donos da casa, onde conversamos por algum tempo. A atenção especial foi oferecida pela matriarca, com cerca de 65 anos, que nos recepcionou na cozinha. Enquanto ela falava, um pequeno grupo de pessoas foi ficando ao redor, porém mais afastados. Pareceu-me na ocasião que ela era a pessoa mais legitimada a falar e contar a história de vida de sua família.

Em diversos momentos ela dizia “nós, que somos colonos” e afirmações similares, enquanto falava das ocupações da vida cotidiana, qual tipo de cultivo que era feito na propriedade, quando haviam chegado naquela região, informações sobre a vizinhança e onde os filhos moravam. Mais uma vez, esta família também havia chegado à região em meados da década de 50, atraídos pela oferta de terras no Paraná e, desde então, permaneceram na área.

Para aquela família, a construção da usina, que requereu parte dos fundos da propriedade, não foi considerada um problema. O fazendeiro contou que aquela área, por se tratar de reserva permanente, era inutilizada por ele e agora, com a indenização, faria benfeitorias e compraria maquinário para auxiliar na colheita.

Na região desta pesquisa, muitos agricultores se identificam e são vistos pelos demais pelo termo “colono”. Como aponta Seyferth<sup>106</sup>, esta terminologia está vinculada de uma maneira geral a uma “ascendência européia” de imigrantes que vieram a se estabelecer no sul do Brasil e que trabalhavam com a terra, mas está focada necessariamente em segmentos estabelecidos em zonas rurais. E são também os “colonos” que por vezes se utilizam dos referenciais apontados pela cultura gaúcha. Esta identificação da população local com os gaúchos muitas vezes independe de uma ancestralidade com o estado do Rio Grande do Sul ou com o desempenho de atividades relacionadas à pecuária. Mas o gauchismo é embutido

---

<sup>106</sup> (SEYFERTH, 1981: 164).

de símbolos e valores que adquirem relevância e são vistos por segmentos da população local como sendo superiores em comparação a outros.

Desta forma, os “colonos”, que por vezes trabalham com policulturas em um regime de agricultura familiar, ou são proprietários de terras maiores e praticam uma agricultura fortemente voltada para o mercado, vêem na representação do “gaúcho” ou na escolha e utilização de determinados elementos desse gauchismo, uma forma de destaque de sinais diacríticos escolhidos como especiais perante os outros. Desta forma, os símbolos de identificação podem variar, mas são usados como uma maneira de classificação, por critérios inclusivos e/ou exclusivos<sup>107</sup>.

## **1.6. Candói e os candoianos**

No decorrer deste capítulo mostrou-se que a área onde esta pesquisa foi realizada, o município de Candói, localizado no centro-sul do Estado do Paraná, sofreu os reflexos das instalações das Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão. Por um lado, o aparente desenvolvimento do setor de serviços da zona urbana deste município, por outro, o trânsito variado de grupos de indivíduos de acordo com as etapas da obra que estavam sendo executadas, carregados de diferentes visões de mundo e de várias procedências.

Ao abordar alguns elementos históricos, buscou-se, sobretudo, apontar para algumas construções historiográficas. Dentre as quais está a colocação de que, nos séculos XVIII e XIX, esta região paranaense era considerada um “vazio demográfico” pela Coroa Portuguesa, ignorando, ou drasticamente reduzindo, a presença de grupos indígenas. Já no início do século XX, destaca-se as tentativas feitas por empresas colonizadoras para povoar esta vasta área, atraindo imigrantes

---

<sup>107</sup> (SEYFERTH, 1981: 07).

e migrantes de outros Estados sulistas para esta região, muitas vezes para terras que já haviam sido “poseadas” anteriormente pelos caboclos.

Em Candói, o próprio nome do município, que faz referência a um cacique do grupo indígena Kaingang, também está pontuada por uma outra construção da história. Neste caso, o de que o município deve seu nome a um termo deste mesmo grupo indígena, que significaria “clareira aberta no mato”<sup>108</sup>.

Também vimos que, em Candói, existe uma vasta utilização de termos como: “colonos”, “daqui da região” e “gaúchos” e que, nos discursos, geralmente é ressaltada a importância da “terra”, os laços familiares – ilustrados principalmente com o estabelecimento de filhos em lotes próximos ou no mesmo terreno que os pais – e da “chegada” das usinas, salientada principalmente na fala dos moradores da zona urbana do município.

Desta forma, procurou-se mapear o espaço social da região desta pesquisa e fazer a identificação dos grupos através de categorias de auto-atribuição que são evocadas em momentos específicos e diante de determinadas situações pela população local. Por outro lado, também buscou-se apresentar que os grupos que compõem este cenário, aqueles que se denominam como sendo “dali mesmo da região” estão em oposição aos “de fora”, e exibem traços distintivos perante os demais, sendo o mais significativo o emblema do “gauchismo”.

Mais do que fronteiras delimitadas por espaço geográfico, o “ser daqui” é uma categoria construída em um espaço simbólico que permite um grande trânsito de pessoas, em determinados momentos de suas vidas, em um ir e vir de um município a outro. São os laços familiares que permitem com que este segmento da população local se desloque para se estabelecer tanto na zona rural como na sede do município, ou em um trânsito de uma cidade a outra, com motivos de casamento ou estudos.

A agricultura, de uma forma geral, continua permeando as suas vidas, por mais que venham a se estabelecer desenvolvendo atividades posteriores que sejam diversas da anterior. As pessoas desta região diferem das demais pela forma de

---

<sup>108</sup> (LEÃO, 1926: 296).

falar, de vestir e também de conduzir as suas atividades cotidianas, exibindo fortemente referenciais de uma “cultura gaúcha”.

O “ser daqui da região” pode significar que a pessoa é vista e se reconhece como sendo “colono” ou que é “dali da região mesmo” fazendo referência a uma ancestralidade “cabocla”. Esta é percebida como sendo na maior parte das vezes que é evocada como pejorativa, sendo escutada raramente como forma de identificação das pessoas. Desta forma, este grupo não se identifica como “colono”, mas sim como “dali mesmo da região”. Também foi percebido que um grande contingente populacional veio para esta região em meados dos anos 50, a procura de terras férteis, e que são dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Se jovens, de uma forma geral, gostam de participar dos bailes semanais, que acontecem tanto na zona rural como urbana de Candói. Alguns participam do Centro de Tradições Gaúchas do município e se identificam fortemente com o “gauchismo”, enquanto outros não se identificam desta forma mas continuam a ostentar símbolos valorativos para este grupo de “gaúchos”, como forma de falar, gosto musical e hábitos como o de tomar chimarrão e andar no cotidiano vestindo bombachas. Mas não são todas as pessoas que fazem isso e também não são somente os gaúchos. Procurou-se apontar que até mesmo no referido Centro de Tradições Gaúchas não são somente os nascido no Rio Grande do Sul que participam.

Ao ostentar símbolos de diferenciação de um grupo perante o outro, levou-se em consideração que estes valores, ao chegarem em novos contextos, são reordenados e também resignificados, adquirindo novos sentidos. Desta forma, o sinal diacrítico mais visível perante os “de fora” é o “gauchismo” da população local, mas isso não significa que todos aqueles que são “dali mesmo da região” se sintam como sendo “gaúchos”, apesar dos sinais apontados pela forma de se vestir, falar, os gostos e as práticas cotidianas.

A fala da lavoura e a queixa da estiagem também são recorrentes entre as falas de quem é “dali da região”, assim como a proximidade simbólica de Santa Catarina, o que faz inclusive que muitas destas pessoas tenham migrado para lá para o trabalho em indústrias têxteis. Se por um lado os municípios daquele estado são considerados próximos, sendo uma das escolhas ou uma das estratégias que

estes atores sociais possam seguir, Curitiba muitas vezes é vista como uma cidade distante simbolicamente.

Para quem é da região, as usinas que estão sendo construídas na área fazem parte de suas vidas, sendo isso percebido principalmente na zona urbana de Cândói. Eles viram a cidade se modificar, os caminhões passarem carregados ora com toras e ora com materiais para a construção civil. Acima de tudo, a chegada de pessoas. Ou vinculados a empresas ou por suas próprias vontades, mas sempre chegam e permanecem sozinhos, sem a família.

São os chamados de “gente das usinas” ou “barrageiros”. Pessoas que não sabem da lavoura, não gostam do mesmo tipo de música, não andam de bombachas, não conhecem as localidades do interior, dentre tantas outras coisas. Mais do que isso, a categoria social de “barrageiro”, empregada pela população local, engloba necessariamente os homens “de fora” que desenvolvem atividades relacionadas às usinas.



## CAPÍTULO II

### BARRAGENS E BARRAGEIROS

#### 2.1. A barragem e o “evento fundador”

Na sua análise sobre os reflexos da construção da Usina Hidrelétrica de Itá, em Santa Catarina, Maria José Reis considera estes empreendimentos como eventos fundadores<sup>109</sup>, a partir da concepção de Paul Ricoeur para “acontecimento significativo”. É a partir da discussão dos critérios do fenômeno ideológico e das análises propostas por Max Weber, relacionadas aos conceitos de ação social e relação social<sup>110</sup>, que surgem as suas propostas para se pensar a ideologia e o fenômeno das significações.

Na visão de Ricoeur, para definir ideologia é preciso levar em consideração a sua função de justificação de uma classe dominante, concebendo a dominação como uma das esferas da ideologia, mas não como condição única e essencial. Para este autor, é a partir dos fenômenos da significação, da orientação mútua e da ação socialmente integrada, que é possível identificar a aparição do fenômeno ideológico<sup>111</sup>. E é a partir deste primeiro traço da ideologia, que Ricoeur nos apresenta a noção de “ato fundador”, ou seja, a relação de uma determinada

---

<sup>109</sup> Para Reis, “o evento da implementação de hidrelétricas pode ser pensado, inspirando-me em Ricoeur (1978: 41), como um ‘evento fundador’, em um núcleo de sentidos, em torno do qual gravitam versões ou discursos diferentes, a partir do lugar social que ocupam os diferentes autores / atores dos processos decorrentes destes fenômenos, enfim, um evento polifônico e polissêmico” (REIS, 2001b: 97).

<sup>110</sup> Para Ricoeur “há ação social quando o comportamento humano é significativo para os agentes individuais e quando o comportamento de um é orientado em função do comportamento de outro. A idéia de relação social acrescenta a esse duplo fenômeno de significação de ação e de orientação mútua a idéia de uma estabilidade e de uma previsibilidade de um sistema de significações” (RICOEUR, 1990: 67).

<sup>111</sup> Para este autor, o fenômeno ideológico “está ligado à necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar” (RICOEUR, 1990: 68).

comunidade com o que a instaurou e a continuidade do ato no decorrer do tempo<sup>112</sup>. A partir deste distanciamento do ato surgem as possíveis interpretações, possibilitando então que o “evento fundador” possa ser evocado e constantemente atualizado<sup>113</sup>.

No caso das UHEs Santa Clara e Fundão, assim como em vários outros empreendimentos similares, foram criados folders<sup>114</sup> pelos empreendedores da obra. Estes materiais de divulgação impresso, em sua quase totalidade utilizando de linguagem específica e termos técnicos, foram destinados mais do que para a população local, para os próprios profissionais envolvidos na construção das barragens. Entretanto, certos segmentos da população local tiveram acesso a este material, como por exemplo, alguns representantes do poder local. Paralelamente, por ocasião da inauguração das usinas, foi divulgado em mídia impressa, televisiva e Internet, as potencialidades dos empreendimentos e a própria região em que as construções se localizavam.

Vainer destaca a relação entre o social e o ambiental presente em obras modificadoras do meio-ambiente. Com uma participação cada vez mais engajada de movimentos sociais e também de ambientalistas, e com a percepção dos empreendedores das obras de que a relocação populacional é danosa, o olhar se direciona para os projetos de desenvolvimento que estão cada vez mais focados no ponto de vista social, evitando posicionar a população local de áreas afetadas apenas como sendo “objetos passivos”<sup>115</sup>. Salienta-se ainda que, para este autor, os projetos de desenvolvimento são planejados em espaços diferentes daqueles onde

---

<sup>112</sup> Ricoeur aponta que “seu papel não é somente o de difundir a convicção para além do círculo de pais fundadores, para convertê-la num credo de todo o grupo, mas também o de perpetuar sua energia inicial para além do período de efervecência” (RICOEUR, 1990: 68).

<sup>113</sup> O segundo ponto levantado por Ricoeur é o caráter de dinamismo atribuído à ideologia. Para preservar este caráter dinâmico é preciso levar em consideração a possibilidade de que a ideologia seja esquemática, fazendo com que a idealização que um grupo faz de si mesmo seja apenas um resultado desta esquematização, pois “de fato, é através de uma imagem idealizada que um grupo se representa sua própria existência; e é essa imagem que, por contra-reação, reforça o código interpretativo” (RICOEUR, 1990: 69). E é a partir dessa criação de interpretações e imagens que surgem para representar o “evento fundador”, aparecem acopladas formas de racionalizá-lo, como slogans de caráter subjetivamente persuasivo, com o intento de fazer com que o “evento fundador” possa ser reconhecido e legitimado pela população.

<sup>114</sup> Anexo II, Figura 6 e 7, pág. 163 e 164.

<sup>115</sup> O posicionamento de Vainer é o de que, ao englobar a população local meramente como pertencente ao meio socio-econômico de um Estudo de Impacto Ambiental, os empreendedores daquilo que o autor chama de Grandes Projetos de Investimento (GPI) acabam por inserir essa população ao “ambiente” e “coloca o GPI como sujeito de um processo no qual (e para o qual) os habitantes da região envolvida são postulados como objetos passivos – ou, na melhor das hipóteses, como capazes de relações homeostáticas, de restabelecimento de equilíbrio rompido” (VAINER, 1996, 180).

as obras são executadas. Desta forma, para Vainer, esta constatação pode estar imbricada em uma segunda, em que a construção destes projetos e o espaço onde estes são discutidos acabam por reconfigurar territórios e regiões, redefinindo os espaços<sup>116</sup> e a própria gestão territorial.

## 2.2. O “evento fundador” e a resignificação das alteridades

Esta tematização que é feita a partir do “evento fundador” significa que o novo só pode ser pensado levando-se em consideração o típico, também consequência das trajetórias e das sobreposições temporais vividas que se completam. E é por este contraste entre o antigo e o novo que o grupo se reconhece e se reencontra<sup>117</sup>.

Dito de outra forma, é a partir do contraste entre estrutura e acontecimento que as alteridades se resignificam. Marshall Sahlins, em “Ilhas de História”, ao refletir sobre a chegada de navios colonizadores ingleses em ilhas havaianas no final do século XVIII, indica que a chegada do Capitão Cook acontece durante um momento ritual, os eventos do deus Lono, que dentre outras coisas representa a fertilidade da terra, casamentos sagrados e mudança sucessória dos reis<sup>118</sup>. Na ocasião, os havaianos, ao oferecerem suas mulheres para a tripulação do navio estão reconstituindo o mito. Desta forma, o evento histórico pode ser lido pela perspectiva mítica, porque ocorreu durante um momento ritual<sup>119</sup>. Durante o passar do tempo em

---

<sup>116</sup> (VAINER, 1996: 181).

<sup>117</sup> E a polaridade negativa que Ricoeur se refere diz respeito ao caráter de dissimulação, em que o ponto de vista de um indivíduo é o ponto de vista do outro, criado a partir de uma representação, mas não necessariamente da própria realidade, “a ideologia fica afetada pela esquematização inelutável que a ela se vincula; ao deixar-se afetar, ela se sedimenta, enquanto mudam os fatos e situações. É esse paradoxo que nos leva ao limiar da função tão enfatizada de dissimulação” (RICOEUR, 1990: 71).

<sup>118</sup> (SAHLINS, 2003: 26).

<sup>119</sup> Diferentemente das sociedades contemporâneas, que valorizam a mudança, a historicidade é capaz de definir os indicadores de periodização. Desta forma, o autor procura ler a história a partir da perspectiva do “nativo”, através do mito e das suas articulações com o cotidiano do grupo. A busca recai então nos sistemas de significados, procurados a partir da perspectiva “nativa” e de que forma as concepções de mundo são

que o navio ficou ancorado, uma série de mudanças gradativas ocorreram entre os havaianos e os colonizadores, pois ambos os grupos formulavam diferentes significados sobre os acontecimentos<sup>120</sup>. Desta forma, no decorrer de sua pesquisa Sahlins trabalha com as concepções de evento e de valor significativo, ao discorrer sobre a chegada do Capitão Cook no Havaí e as diferentes significações formuladas pelos havaianos e colonizadores sobre este acontecimento, assim como as implicações rituais. Entretanto, ao invés de pensar o evento em sua totalidade, Sahlins postula que este é uma “relação entre um acontecimento e a estrutura (ou estruturas)”<sup>121</sup>, transformando-o naquilo que foi interpretado e acabando por receber uma nova significação<sup>122</sup>.

A história da antropologia registra algumas etnografias que se tornaram “clássicas” a partir de “eventos fundadores” análogos. Pensemos, por exemplo, no trabalho de Max Gluckman sobre a Zululândia. Aqui, as relações e representações sociais são dinamizadas, não pela construção de uma barragem, senão de uma ponte. Entre os anos de 1936 e 1938 este autor pesquisou as relações entre africanos e europeus tomando como ponto de partida a inauguração de uma ponte que foi construída nas proximidades e que mobilizou esforços tanto dos zulus quanto dos europeus. Este evento, tomado por Gluckman como uma situação social em transformação<sup>123</sup>, é relevante porque a partir dele pode-se observar o comportamento dos grupos e compará-los quando dispostos em outras situações, neste caso, em outras esferas do sistema social da Zululândia e também observar

---

apreendidas que, assim como o mito, não querem apenas indicar o passado, pois ao serem contados e recontados acabam por atualizar o presente, absorvendo a história ou os eventos significativos desta cultura. Desta forma, para que um evento histórico possa ser entendido como tal, ele deve ser incorporado em uma estrutura mítica ritual, sendo que a estrutura confere forma a um fato conjectural, tornando-o assim um evento histórico, ou seja, os fatos se tornam históricos quando são significativos para a ordem cultural vigente (SAHLINS, 2003).

<sup>120</sup> Dentre os quais estava a quebra de tabus, como quando as mulheres começaram a realizar as refeições em conjunto com os marinheiros e quando estes profanavam os templos do local. Entretanto, não foram estas modificações que culminaram com a morte do Capitão Cook, mas a sua chegada em um momento que não era esperado dentro dos trâmites rituais dos eventos do deus Lono. (SAHLINS, 2003).

<sup>121</sup> (SAHLINS, 2003: 15).

<sup>122</sup> “Um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação. Somente quando apropriado por, e através do esquema cultural, é que adquire uma significância histórica” (SAHLINS, 2003: 15).

<sup>123</sup> “Quando se estuda um evento como parte do campo da Sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social. Portanto, uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões” (GLUCKMAN, 1987, 238)

de qual forma surgem novos grupos em relações que estão constantemente em modificações<sup>124</sup>.

### 2.3. Quem são os “barrageiros”?

As categorias deste contexto foram construídas na medida em que o “evento fundador” era inserido em Candói. Com o surgimento de empreendimentos como usinas hidrelétricas, chegam os forasteiros, chamados de “gente de fora”, mais precisamente de “barrageiros”, oriundos de várias localidades brasileiras e que constituem mão-de-obra operacional e técnica para a construção destas obras e que escolheu a cidade como parada, devido a sua localização geográfica viável<sup>125</sup>.

Estes residem provisoriamente na região, geralmente sem a companhia da família, ou então fazem incursões periódicas de alguns dias no local. Os que ali residem podem alugar casas individualmente ou em grupos, ou habitar cômodos no hotel da cidade. Pelo que foi observado, a mão-de-obra operacional, categoria que engloba os trabalhadores com uma menor qualificação e que executam geralmente atividades braçais, prefere residir na localidade de Paz, em Candói, ou no município vizinho de Foz do Jordão. Já a mão-de-obra técnica e especializada, que são os trabalhadores com um maior grau de instrução, prefere se localizar na zona urbana de Candói, sendo que os empreendedores da obra, dependendo da fase em que esta se encontra, podem ficar tanto em Candói como em Guarapuava, localizada a cerca de 80 quilômetros de Candói.

---

<sup>124</sup> “Novos tipos de grupos e personalidades sociais emergem constantemente em relações sempre mutáveis entre si” (GLUCKMAN, 1987, 309).

<sup>125</sup> Embora as usinas de Santa Clara e Fundão englobem também outras cidades, como Pinhão e Foz do Jordão, os “barrageiros” escolheram Candói porque este município está localizado ao redor da rodovia BR 373 e é o ponto de acesso mais próximo dos empreendimentos.

Para os candoianos, a categoria dos “barrageiros” é bastante abrangente e engloba os homens de fora que vem para trabalhar na construção da usina<sup>126</sup>. As mulheres circulam na obra desempenhando atividades de secretariado e como cozinheiras dos refeitórios, que pode empregar pessoas da própria região, ou como pesquisadoras para trabalhos específicos requisitados pela legislação ambiental, sendo que estas são vistas como “pessoas que fazem trabalhos de gestão ambiental na área das usinas”<sup>127</sup> e são poucas.

Como a construção de obras deste porte engloba diversas etapas, existe um trânsito variado de trabalhadores de acordo com a etapa que está sendo efetuada. Ao longo destes períodos, os chamados “barrageiros” constroem suas teias de relacionamento social entre si e com os “nativos”. É comum vê-los realizando refeições em conjunto, frequentando algumas atividades sociais da cidade, como bailes e eventos diversos na companhia de seus pares e também participando de grupos de atividades esportivas. Isso não exclui a participação de moradores da região, só é perceptível a afinidade de indivíduos que desenvolvem trabalhos correlacionados.

Entretanto, a categoria de “barrageiros” é relacional porque assume diferentes significados conforme as dinâmicas de interação entre os grupos. Como visto, para a população local, “barrageiro” é uma categoria abrangente que engloba os mais variados tipos de trabalhadores nas barragens, desde os níveis operacionais aos especializados. Entretanto, para aqueles envolvidos em construções de usinas, “barrageiro” é um termo bastante específico. Reproduzo abaixo um trecho de uma entrevista realizada a um engenheiro, que realiza um trabalho que requer um alto grau de especialização, envolvido na construção das barragens.

---

<sup>126</sup> Um processo de categorização análoga podemos encontrar em outro grande “evento fundador”, como a construção de Brasília. Neste caso a categoria que ficou cristalizada foi a dos “candangos”. Estes eram trabalhadores que migravam, alguns permaneceram posteriormente, para a construção da sede do governo federal. Estes formavam grupos e com o passar do tempo foram tecendo redes de sociabilidade entre si. Atualmente este termo, ao lado de “pioneiro”, significa que são as famílias e indivíduos estabelecidos desde a formação da cidade (LARAIA, 1996).

<sup>127</sup> Este comentário me foi feito por funcionárias da panificadora local em uma das saídas de campo que participava como integrante da equipe de pesquisa arqueológica na área das usinas. Na ocasião, elas justificaram que a associação foi feita porque na cidade vizinha de Chopinzinho havia uma faculdade que oferecia o curso de “Gestão Ambiental”.

*“Barrageiro é aquele trabalhador que tem pouca ou alguma especialização na sua mão-de-obra e ele vai seguindo conforme ele tem a informação de que vai ter uma barragem a ser construída. E então ele vai até aquele canteiro de obras e vai oferecer a sua mão-de-obra em função da experiência anterior já adquirida. Então ele não tem uma raiz própria, como ‘eu sou de tal lugar’, ele vai conforme a obra está indo. Hoje tem uma obra aqui em Candói, ele está aqui. Amanhã tem uma obra em Goiás, ele está indo para lá, se depois tem uma obra em Minas Gerais, ele está indo para Minas Gerais. Esse é o barrageiro. É aquele que já é acostumado, que já tem a cultura do barrageiro, acostumado com esse tipo de obra, entende o que vai ser feito, quais são todas as etapas para construir. E ele tem uma certa, alguma especialização em relação a isso. Tem alguma orientação, ele sabe para que está sendo feito aquilo, ele sabe o objetivo final, quais são os cuidados que precisam ser tomados, embora ele seja assim, um operário, um servente, um mestre-de-obras, mas ele já tem um conhecimento de início, meio e fim da construção de uma barragem, então ele tem um entendimento maior. Até por questões de segurança, por questões ambientais, por questão de resíduos.”*

Deste discurso, pode-se salientar alguns pontos para reflexão. Logo no início, o entrevistado fala que o “barrageiro” é alguém que, acima de tudo, detém conhecimento sobre o tipo de trabalho a ser realizado. Mais do que um conhecimento adquirido em vias formais, como pelo estudo, é pela “experiência anterior já adquirida”. Mas esta experiência de trabalho depende de uma experiência de vida, traduzida pela mobilidade, ou seja, a possibilidade de percorrer o Brasil a procura de trabalho e de experiência em barragens, que pode acontecer em qualquer lugar com canteiro de obras e planos de implementação de usinas hidrelétricas. E é por esta experiência que envolve o “barrageiro” que faz com que ele entenda o processo, ou o “porque” da construção, as etapas, os problemas e os “cuidados a serem tomados”. Entretanto, esta mobilidade acarreta em um

estigma<sup>128</sup>, a “falta de raiz”. Pode-se pensar então que o “barrageiro” com estas descrições colocadas pelo entrevistado, seja um forasteiro pleno, pois não é reconhecido como sendo pertencente nem à população local e nem como os outros trabalhadores das usinas, que se sentem detentores de uma “raiz”. E esta dupla negação<sup>129</sup> faz com que a origem real, ou imaginária, do barrageiro não seja vista como relevante perante os demais.

Todavia, esta mobilidade é uma via dupla, pois esta negação indireta que é dada ao “barrageiro”, feita pelos demais trabalhadores da obra, de dizer “eu sou de tal lugar”, implica na imaginação de uma ausência de família, inexistente aos olhos da população local, mas localizada em algum ponto geralmente longe, mas podendo, em certas ocasiões, acompanhar este tipo de trabalhador pelas obras. Percebe-se então que o percurso pelas obras, acima de lhes garantirem trabalho, lhes reserva a experiência adquirida pela mobilidade e, simbolicamente, os transformam e os inserem na categoria dos “barrageiros”.

Já em outras entrevistas, realizadas com outros profissionais envolvidos neste ramo de atuação, ser um “barrageiro” significa primordialmente a possibilidade de acompanhar as obras pelo país, mas esta categoria não está necessariamente relacionada ao cargo ou a função que o indivíduo desempenha. Desta forma, pensa-se que o “barrageiro” transita pelos diferentes níveis hierárquicos e atribuições no interior de uma obra.

Em outra ocasião, foi relatado que o engenheiro de barragens transforma-se em “barrageiro” quando desenvolve a sua trajetória profissional participando de várias construções de usinas hidrelétricas para além de seu estado de origem. Tomando como exemplo: um engenheiro de barragens das UHEs Santa Clara e Fundão originário de Curitiba não será necessariamente um “barrageiro”. Agora, se daqui a algum tempo ele seguir este campo de atuação, participando de outras obras similares em outros estados, independentemente dele estar vinculado a uma empresa pública ou privada, ele será visto como um “barrageiro”, mesmo que relute

---

<sup>128</sup> Para Goffman, o estigma se refere a atributos marcadamente desacreditadores de um grupo perante outro (GOFFMAN, 1988).

<sup>129</sup> Bourdieu se refere a dupla negação quando os acontecimentos mais improváveis estão excluídos, vistos como ‘impensáveis’ em um jogo onde as aspirações e práticas são relacionadas as condições objetivas. Para este autor, “ao preço da dupla negação que incita a fazer da necessidade virtude, quer dizer, a recusar o recusado e a amar o inevitável” (BOURDIEU, 2002: 166).



a aceitar esta colocação pelos seus pares e também pela própria população local da área circunscrita a construção da obra. Esta relutância, como visto, pode acontecer devido aos atributos desacreditadores, como uma imaginada “falta de família” ou “raiz”, mas também por uma questão de manipulação, por não desejar se inserir em uma categoria que é vista com desconfiança pela população local.

Em artigo intitulado “Consórcio foz do Chapecó desloca mais de 100 policiais para despejar aposentada de 64 anos” escrito pela coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens e publicado no site do Conselho Indigenista Missionário em dezembro de 2006<sup>130</sup>, a desconfiança em torno da categoria dos “barrageiros” é explicitada.

“Senhoras e senhores esse é o progresso que os doutores de gravatas e de bons trajes, de boa fala, vindos não sei da onde trazem. Destruição, tristeza. Dona Clementina em suas palavras ressalta ‘quero minha casa e minha terra, quero sossego’. Em uma região onde reinava a paz a tranqüilidade, hoje reina a discórdia, a terra arrasada. Cenas que mais parece uma paisagem pós-guerra. Casas destruídas, queimadas, animais abandonados, estranhos perambulando pelas ruas, pessoas que perderam a noção do tempo e de lugar. Esse é o progresso que os doutores barrageiros estão trazendo”.

Mas salienta-se que, conforme foi apresentado anteriormente, para a população local, o “barrageiro” transita por diferentes funções no interior da obra e pode ser tanto um “peão”, lembrando que para isto ele necessita necessariamente ser um trabalhador externo, ou um “de fora”, como também um engenheiro de barragens e até mesmo um alto funcionário do setor elétrico, apesar de que a inserção deste último na categoria “barrageiro” é feita geralmente em matérias

---

<sup>130</sup> Site <http://www.cimi.org.br>. Acesso realizado em 03/02/2007.

jornalísticas. Desta forma, percebemos que, pelas representações dos candoianos, a categoria “barrageiro” abrange os trabalhadores envolvidos com a construção das barragens, podendo desempenhar tanto atividades que requerem menos especializações como também aqueles que estão relacionados à construção deste tipo de empreendimento, mais precisamente aos indivíduos envolvidos no processo decisório.

Por outro lado, para aqueles que perante os “outros” são chamados de “barrageiros”, percebemos uma divisão no interior da própria categoria. Desta forma, a identidade coletiva de “barrageiro” será acionada dependendo do interlocutor, ou seja, perante a mídia, por motivos de estratégias políticas ou em tomadas de decisão. Desta forma um engenheiro, administrador ou empreiteiro poderá se identificar com o termo “barrageiro”. Mas em outras ocasiões, como em relação a outros trabalhadores deste tipo de obra, a identificação de um engenheiro com a categoria possa vir a ser menos usual, preferindo calcá-la ao “outro”, neste caso, o trabalhador itinerante que acompanha as barragens e que, conforme visto, conhece o processo e o resultado final e que pode desempenhar as mais variadas funções no interior do empreendimento, guardadas as ressalvas quanto as funções de maior destaque ou que exigem uma maior especialização de caráter acadêmico.

Foi percebido que a categoria “barrageiro” pode ser também acionada dentro da própria comunidade acadêmica. Neste caso, os próprios antropólogos que desenvolvem trabalhos relacionados à projetos de desenvolvimento podem ser vistos como sendo “barrageiros” por outros antropólogos, podendo com que, inclusive, se identifiquem entre si por este termo. Cabe portanto destacar como esta categoria é relacional e esta identidade coletiva é manipulada por diferentes atores sociais em diferentes situações, em um constante processo de definição dos limites simbólicos do próprio grupo perante o “outro”.

Sendo assim, as motivações que a vida em barragens oferece é diferente para cada uma destas categorias de trabalhadores. E também para se pensar que, apesar da população local de onde é construída a obra, colocar os “barrageiros” como um todo homogêneo, estes ocupam posições hierárquicas no interior da própria categoria. Tal como, em outro contexto, demonstrou Louis Dumont, a noção de hierarquia remete à problemática da relação da totalidade com as partes. Ao

refletir sobre o sistema de castas Brâmane, este autor postula: “A casta, unificada no exterior, é dividida do interior”<sup>131</sup>. Apesar de situações diferentes, os “barrageiros” são vistos pela população local como um “todo”, não reconhecendo as suas particularidades e divisões internas.

Transcreve-se aqui parte de uma entrevista realizada com a filha de um “barrageiro”, uma jovem de 20 anos, onde as motivações e os anseios da vida em barragem aparece. Durante o depoimento, a entrevistada contou que sua família já havia morado em mais de dez municípios entre os estados do Paraná e Santa Catarina, sempre com o intuito de acompanhar as atividades do pai. Depois de guardado o dinheiro necessário para “montar um negócio”, o “barrageiro” estabeleceu-se em um município da região e abriu uma lanchonete. Destaca-se que esta entrevista não foi realizada em Candói, mas no município de Rio Bonito do Iguaçu e coloca-se aqui porque, se o “barrageiro” é acima de tudo itinerante, independentemente do lugar em que este trabalhador se estabeleceu com sua família, as suas concepções de mundo e a sua “identidade coletiva” é a de barrageiro, que hoje está nesta cidade, mas que em um futuro próximo poderia estar de saída para Goiás.

*“G – E como é que é, teu pai sempre era barrageiro e você me disse que vocês iam sempre acompanhando... Como é que foi? Você e teus irmãos tiveram problemas para acompanhar a escola?”*

*E – No meu caso não, porque eu ainda não tinha nascido, mas para meus irmãos mais velhos, sim. O mais velho tinha uns oito anos mais ou menos, e o que a mãe às vezes conta é que não foi muito fácil, porque ela ficava sozinha cuidando da casa, na cidade, e o pai saía e ficava um mês todo fora. Daí ela tinha que pagar o aluguel, se virar, às vezes ela trabalhava em um monte de casas, porque o pai trabalhava nas usinas. Naquela época eles não tinham acesso ao banco, daí para mandar dinheiro ele tinha que vir, que nem, ele era mestre-de-obras, daí era difícil, deixar tudo na mão, para vir era difícil, até na educação dos filhos, a melhor parte, ele perdeu”.*

---

<sup>131</sup> (DUMONT, 1992: 84).

Percebe-se então que a categoria dos “barrageiros” é peculiar perante outro aspecto. Alguns “barrageiros” trabalham na construção de usinas, mas não são vinculados às empresas, excetuando-se quando forem a deles mesmo. Esta sensação de autonomia é um atributo indispensável a sua mobilidade, pois é a possibilidade de ir e vir por um tempo indeterminado, sem estar vinculado a instituições formais e com a vantagem de ter um retorno financeiro maior do que se escolhesse um emprego considerado como sendo estável. E estas características são vistas como a motivação que os leva a escolher este estilo de vida ao invés de outros. Além disso, em algumas ocasiões foi escutado em conversas informais de “barrageiros” que desempenhavam a função de maquinaristas, a possibilidade de “guardar dinheiro para montar um negócio” ou de “comprar uma terra”. Mas como visto, a motivação depende da posição que o indivíduo ocupa na categoria dos “barrageiros”.

#### **2.4. A organização funcional da obra**

Na seqüência deste trabalho abordarei o trânsito de pessoas pela obra propriamente dita e retomarei a questão da estrutura funcional deste tipo de empreendimento. Todavia, cabe aqui dispor elementos a fim de melhor compreender como está disposto o organograma funcional da obra para pensarmos como a hierarquia está encadeada em situações como a desta pesquisa.

Como procurei apresentar anteriormente, a categoria dos “barrageiros” comporta sub-divisões no interior da própria categoria, ou seja, o que para a população local se constitui em um termo englobador, em uma representação de que todos são barrageiros, percebe-se que muitos destes que são identificados pelos candoianos como sendo “barrageiros” não se identificam com esta categoria.

Olhando-a em seu interior, são diferentes funcionários que ocupam diferentes cargos e apresentam motivações diversas.

Entretanto, ao pensarmos na hierarquia que está disposta ao tratarmos da organização funcional da obra, percebemos que o modelo de representação disposto de forma piramidal parece insuficiente para abarcar as complexidades relativas a um projeto de desenvolvimento.

Visto de outra forma, pela posição das empresas envolvidas, também percebe-se a disposição hierárquica. As Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão foram construídas através de um contrato chamado de *turn key*. Esta modalidade contratual, utilizada em processos licitatórios, significa que o Estado contrata um grupo de empresas, ou uma só, para executar a obra e vai efetuando os pagamentos mediante o cumprimento das etapas estipuladas. Desta forma, as empresas contratadas são obrigadas a entregar a obra em pleno funcionamento e dentro do prazo estabelecido entre as partes.

Vejamos como isto se aplica na ordem hierárquica entre as empresas. O empreendedor do projeto cabe a ELEJOR, sigla de Centrais Elétricas do rio Jordão S.A., empresa de parceria público / privada que tem a COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica como maior acionista – com 70% de capital público – e a empresa Paineiras Participações S.A. com os 30% de ações restantes. A ELEJOR é a maior responsável pela obra. É ela que controla os pagamentos para as outras empresas, confere se as atividades estão sendo cumpridas, dentre outras funções. A COPEL possui o contrato de operação e de manutenção das referidas usinas. Isto significa que esta empresa entra mais precisamente neste cenário, ou melhor, torna-se mais visível para a população local, inclusive com um trânsito maior de profissionais que estão locados em Curitiba, mais para o final da obra.

Neste tipo de construção, conforme informações obtidas com a empresa empreendedora da obra, o contrato *turn key* prevê a contratação de um grupo de outras empresas, sendo cada uma delas responsável por uma parte específica. Este é chamado então de “consórcio construtor”. A parte construtora, neste caso, coube a empresa Triunfo; a parte projetista com a Intertechne e a de equipamentos com a

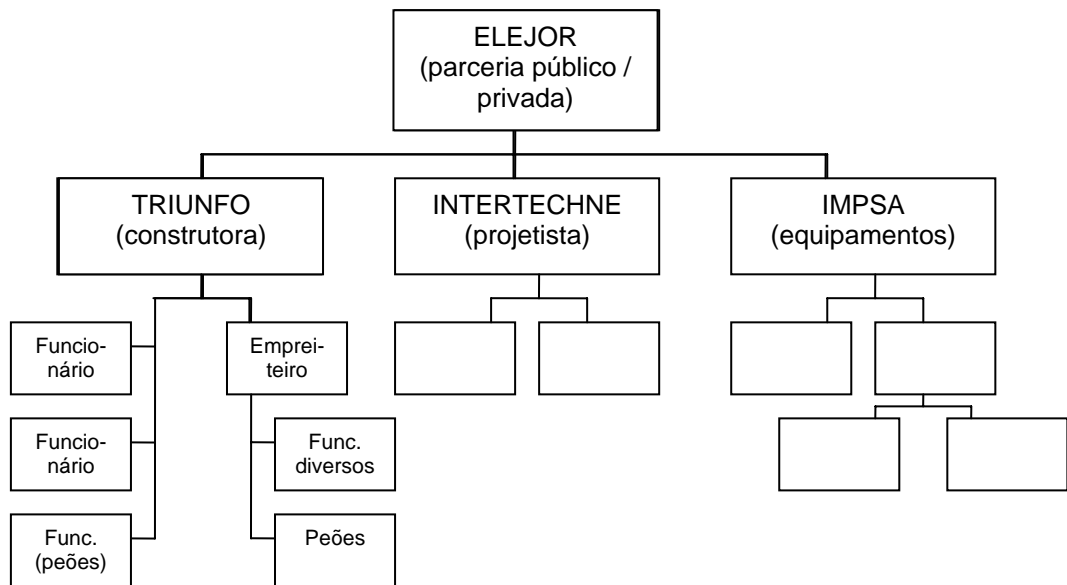
empresa argentina Impsa. Cada uma destas empresas contratou outras, mediante a necessidade encontrada em cada uma das etapas.

Tomando como exemplo a parte construtora. Pensemos então sobre os trabalhadores operacionais, os “peões”, que podem ser registrados, e então ter seus direitos legais garantidos, ou então trabalhar para os empreiteiros de obras. Os primeiros serão os empregados da própria empresa construtora, a Triunfo, e serão reconhecidos no interior da obra pelo uso do uniforme de cor verde, sendo que os segundos serão contratados pelos empreiteiros de obras e não usarão uniformes. Como o interior das obras de engenharia é dividido hierarquicamente também pelas cores dos capacetes, em ambos os casos estes trabalhadores usarão o equipamento de segurança da cor azul<sup>132</sup>.

Desta forma, percebe-se que existe uma segmentação de atividades por empresas que também se reflete na ordem hierárquica e a constatação de que o “barrageiro” pode ser tanto um empregador, como um empreiteiro de obras; como um empregado, que pode ser por exemplo um mestre-de-obras. Portanto, o organograma que segue pretende mostrar esta disposição:

---

<sup>132</sup> Em algumas obras, os trabalhadores menos qualificados, chamados de “peões” usam o capacete de cor azul; os apontadores de obra usam da cor amarela, que são aqueles que “apontam” as entradas e saídas dos materiais, além de fazer conferência das quantidades; os mestres-de-obra, que administram e fiscalizam os trabalhadores operacionais, usam o capacete da cor vermelha; os engenheiros e em alguns casos os visitantes, utilizam os de cor branca e também existem os capacetes prateados, como o de algumas empresas estatais envolvidas no processo.



O organograma apresentado acima não busca o detalhamento de todas as empresas envolvidas na construção da obra, mas procura ilustrar como funciona o processo e como podem ser feitos os arranjos possíveis. Desta forma, uma empresa integrante do consórcio construtor por contratar uma outra empresa, ou várias, mediante a divisão do processo de trabalho e os interesses contratuais. As lacunas em branco indicam portanto, algumas opções que estas empresas poderiam, ou não, fazer na modalidade *turn key*.

Percebemos então que os “barrageiros” não apenas transitam por diferentes funções no interior de uma obra, mas também por empresas variadas, sendo que, cada uma delas, apresenta os seus próprios dispositivos de diferenciação interna entre os cargos e atribuições de seus funcionários.

## 2.5. “Barrageiros” e candoianos: usos do espaço urbano

De todas as vezes em que estive em Candói fiquei hospedada no mesmo hotel. Em março de 2004, quando estive na cidade pela primeira vez, fazia três meses que este espaço havia sido inaugurado. Até então, outras formas de hospedagem existiam no local, mas sem infra-estrutura adequada, fazendo com que os viajantes preferissem se hospedar em outras localidades, como no município de Pinhão, ou no hotel localizado dentro da Vila da Copel, na cidade vizinha de Reserva do Iguaçu, ou até mesmo em Guarapuava. Os donos do referido hotel, um casal jovem da região, viram então um bom negócio.

Com o crescimento da cidade devido à construção das usinas e aproveitando a lacuna por este tipo de serviço no município, alugaram um prédio de três andares recém-construído e se dedicaram com afinco para a montagem da estrutura restante e à administração do estabelecimento. Em seguida, vieram os hóspedes, que a partir da propaganda “boca-a-boca” fizeram com que os cômodos estivessem sempre ocupados, principalmente durante os dias da semana. Os hóspedes são, em sua maioria, trabalhadores da região.

Estes “de fora” podem trabalhar nas usinas da área, nas indústrias da região ou serem mercadores e habitar por alguns dias, ou até mesmo por alguns meses, o hotel. No caso das barragens, como a construção de um empreendimento deste porte engloba várias etapas, é verificado no hotel um trânsito de forasteiros relacionado às usinas, de acordo com o desenrolar da obra.

Os hóspedes podem tomar café da manhã no hotel, mas necessariamente têm que realizar as outras refeições em outro lugar, pois ali não são oferecidos outros serviços. Muitos dos trabalhadores das usinas almoçam nos refeitórios da própria obra, mas outros preferem realizá-las no centro urbano de Candói. Entre as opções há um restaurante ao lado do hotel, administrado por outra família. Durante a semana, a partir das 11h30, o pátio em frente ao restaurante fica repleto de carros de empresas, de particulares e de caminhões, que movimentam a área até aproximadamente às 13h30. O restaurante está de frente para a rodovia que



perpassa a cidade, atraindo também viajantes que vão para outros destinos. Nos finais de semana o público é variado, composto também por inúmeras famílias da própria região que, de uma forma geral não costumam realizar as suas refeições em restaurantes durante os dias da semana<sup>133</sup>.

À noite, porém, o público do restaurante é mais restrito, se limitando aos hóspedes do hotel e alguns outros, que chegam esperando encontrar conhecidos. Portanto, são poucos os carros que ficam parados na frente do estabelecimento nestas ocasiões. Como muitos dos hóspedes do hotel são “barrageiros”, e o restaurante reúne hóspedes, estes se encontram nestes estabelecimentos e na maior parte das vezes trocam curtos comentários entre si e entre as outras mesas enquanto assistem televisão. É comum ver-se pequenos grupos de pessoas que trabalham para a mesma empresa, ou que têm a mesma ocupação, ou que já são conhecidos de outras barragens, ou também aqueles que foram estabelecendo laços de amizade depois de longas estadas no hotel.

Como fui inserida no campo integrando uma equipe que desenvolvia trabalhos na área das usinas, fiquei hospedada no referido hotel e freqüentava lugares escolhidos pelos “barrageiros”, logo também conversava com outros trabalhadores das usinas nestes espaços, que além de sociabilizar permitem a comunicação, pois muitas vezes, são nestas ocasiões que são feitas descobertas tanto sobre a obra, como sobre a cidade. Pode-se pensar então, que este restaurante, durante a semana e à noite, é um espaço dos “barrageiros” pois permite a interação e a comunicação entre eles.

Entretanto, no local existem também outras opções. Até meados de 2005, quando foi inaugurado um novo estabelecimento que oferecia serviços de pizzaria à noite e almoço durante o dia, havia apenas uma pizzaria na cidade. Lá, duas vezes por semana, são ofertados “rodízios de pizza” para os fregueses, que eram tanto “população local”, como grupos de amigos, famílias e casais como também os “de fora”, principalmente aqueles envolvidos com a construção das usinas. Os diversos grupos se encontravam neste espaço, atraídos pela opção de fuga do usual, pois

---

<sup>133</sup> Entretanto, pouco tempo antes de que eu visitasse Candói pela primeira vez foi inaugurado um serviço novo na cidade, o “rodízio de pizzas”, que funcionava às quartas-feiras e aos sábados, sendo que neste caso a população local freqüentava o estabelecimento assiduamente.

este tipo de serviço só era oferecido em alguns dias da semana. Era comum encontrar os “barrageiros” das mais diferentes áreas em pequenos grupos e nestas ocasiões podia-se também saber quem estava na cidade, quando havia chegado ou quando alguém iria embora.

A pizzaria era vista também como um ponto de encontro e frequentemente se escutava comentários como: “você vai estar hoje à noite na pizzaria?” ou “nos encontramos lá”, sendo que nestas ocasiões as conversas entre os diversos integrantes dos grupos tornavam-se mais descontraídas.

Entretanto, existiam também lugares que eram percorridos por ambos os grupos, compartilhados por candoianos e “barrageiros”, como os bailes da região, o ginásio de esportes e o Museu Regional do Iguaçu<sup>134</sup>. Pensemos então, neste momento, sobre os espaços de sociabilidade percorridos pelos candoianos, como também sobre uma prática aparentemente bastante corriqueira que é realizada pela população local, o ato de “puxar cadeiras”.

No verão, é comum que os candoianos “puxem cadeiras” do interior das residências para fora, quando começa a anoitecer. O “puxar cadeiras” é muitas vezes extensivo a outros móveis, como mesas e em alguns casos até pequenos sofás. Até então não via nada de especial nesta prática, compreensível diante de dias e noites extremamente quentes. Mas em uma certa ocasião, ao voltar para o hotel depois do jantar, reparei que a maior parte das casas tinha disposto seus móveis, e pessoas, para fora.

Em seguida comecei a prestar atenção nesta prática tida como comum e natural por parte dos habitantes de Candói, principalmente no hotel e no restaurante vizinho. Pensei inicialmente que esta prática estaria restrita a residências e não a estabelecimentos comerciais. Entretanto, estas duas famílias moram coladas a seus estabelecimentos, sendo estes considerados extensões de suas próprias casas. Salienta-se, quem pratica este ato é o “nativo” e não o “forasteiro”.

Em algumas ocasiões verifiquei que os donos do hotel “puxavam cadeiras” para fora exclusivamente quando recebiam visitas de parentes ou amigos. No

---

<sup>134</sup> “Museu Regional do Iguaçu, um espaço híbrido” (Anexo I, pág. 154).

restaurante ao lado, quando o fluxo de clientes permitia, a dona do restaurante e sua filha também “puxavam cadeiras” para fora do recinto. Em várias ocasiões no hotel, e em algumas no restaurante, ofereciam cadeiras para mim. Em alguns casos o convite era para que eu sentasse junto e em outros eram me oferecidas cadeiras para que eu continuasse uma conversa que havia sido iniciada de pé.

O ato de sentar e de “puxar cadeiras” indica sociabilidade e cordialidade. Quem senta está disposto a fazer parte de conversas descontraídas, a ver quem passa pela rua, a falar do calor, das suas histórias e sobre o que acontece na cidade. Quem “puxa uma cadeira” recebe um convite para se socializar, num espaço intermediário que não é o interior da casa e não diretamente a rua.

Para DaMatta, a oposição entre rua e casa separa dois universos sociais que são também exclusivos, porque podem estar organizados por uma oposição binária como também por gradações. Esta oposição indica que a categoria rua se refere ao mundo exterior, com sua ação, seus perigos e imprevistos, enquanto a categoria casa apresenta a calma e harmonia na esfera do mundo doméstico<sup>135</sup>.

DaMatta considera as varandas das casas como um espaço ambíguo, situado entre o mundo interior da casa e o exterior da rua. Para ele, são por estes espaços, como as varandas e também as janelas, que se pode observar o movimento da rua e também possibilitar a comunicação entre o que está dentro com o que está fora. Para este autor, a rua pode ser encarada e também manipulada como uma parte da casa, pensando-se aqui no “puxar cadeiras” que foi observado em Candói. Por outro lado, espaços da casa podem ser vistos como integrantes da rua, como é o caso da sala de visitas, vistas também como um espaço intermediário.

DaMatta apresenta alguns exemplos de como a casa pode ser estendida para além dos seus próprios domínios, e para isso cita as casas de Nápoles, as favelas cariocas e também o costume brasileiro, comum em várias cidades do interior, de puxar cadeiras para fora das casas no entardecer, assim como foi percebido em

---

<sup>135</sup> Para DaMatta “a categoria rua indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, ao passo que a casa remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares. Por outro lado, a rua implica movimento, novidade, ação, ao passo que a casa subentende harmonia e calma: local de calor (como revela a palavra de origem latina *lar*, utilizada em português para casa) e afeto. E mais, na rua se trabalha, em casa descansa-se” (DAMATTA, 1981: 70).

Candói<sup>136</sup>. Prefere-se levar em consideração aqui, estas esferas de domínios diferentes como “partes de sistemas e subsistemas específicos dentro do mundo social”<sup>137</sup>. E visto também como uma articulação do contínuo campo / cidade, onde os valores e costumes são transferidos de um espaço a outro, assim como as migrações de pessoas do campo para ambientes urbanos.

Por outro lado, Magnani aponta para o espaço intermediário e de mediação entre a casa e a rua, chamando-o de “pedaço”. Para este autor, este componente espacial, constituído por regras e acontecimentos, é capaz de estabelecer uma rede de relações sociais e é onde são construídas as tramas do cotidiano<sup>138</sup>. Mais do que isso, este espaço de mediação permite que as pessoas se reconheçam e se diferenciem, terminando por lhes ser possível uma identificação<sup>139</sup>.

Na rua se encontra o “calçadão”. Esta é uma via para pedestres repleta de curvas e rodeada por grama, algumas flores e bancos de concreto. Ela se estende do Ginásio de Esportes até o final do espaço destinado para a Prefeitura Municipal. De cada lado do “calçadão” está disposta uma rua e em um dos lados, a rodovia que cruza a cidade. Muitos candoianos andam nesta via para se exercitar e sentar nos bancos dispostos ao seu entorno, mas ainda não observei nenhum forasteiro percorrendo o caminho com a mesma intenção. Entre os estabelecimentos que se localizam ao lado do “calçadão”, destaco o Ginásio de Esportes e a lanchonete, sendo o último um espaço que comporta, quase exclusivamente, a população local. Lá é ponto de encontro de jovens da cidade nos finais de semana e feriados e também em dias de atividade esportiva no ginásio localizado ao lado. Este é um espaço misto, pois a própria prática esportiva sugere o embate entre o “eu” e o

---

<sup>136</sup> “Um exemplo significativo do primeiro caso são as casas de Nápoles ou as favelas cariocas, onde é difícil demarcar com nitidez os limites das casas e das ruas, o mesmo acontecendo com o velho costume brasileiro – ainda em vigor em muitas cidades – de colocar cadeiras de balanço nas calçadas, sobretudo no final do dia, na hora do crepúsculo” (DAMATTA, 1981: 74).

<sup>137</sup> Ainda para DaMatta “dado o fato de que os sistemas sociais têm esferas ou domínios diferenciados, eles pressupõe uma gramática ou uma ordenação lógica entre eles” (DAMATTA, 1981: 75).

<sup>138</sup> Para Magnani “Enquanto o núcleo do ‘pedaço’ apresenta um contorno nítido, suas bordas são fluidas e não possuem uma delimitação territorial precisa. O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 1984: 138).

<sup>139</sup> “Para além da soleira da casa, portanto, não surge repentinamente o resto do mundo. Entre uma e outra situa-se um espaço de mediação cujos símbolos, normas e vivências permitem reconhecer as pessoas diferenciando-as, o que termina por atribuir-lhes uma identidade que pouco tem a ver com a produzida pela interpelação da sociedade mais ampla e suas instituições” (MAGNANI, 1984: 140).

“outro” ou entre os “times da cidade” e os “times de fora” em determinadas situações.

Em uma das saídas de campo conheci um jovem de Itajaí, Santa Catarina, que havia recém-chegado em Candió para executar trabalhos na UHE Santa Clara e no hotel residiria por aproximadamente seis meses, abrangendo o primeiro semestre de 2005. Na ocasião que o conheci ele se mostrava um pouco aborrecido, contando que ainda não tinha descoberto muitas opções de lazer na cidade. Em saída de campo posterior, este “barrageiro” mostrava-se mais confortável com o ambiente novo e contou-me inclusive, que já integrava uma equipe de vôlei, já tinha visitado o Museu Regional do Iguaçu<sup>140</sup>, no município vizinho de Reserva do Iguaçu e localizado dentro da UHE Governador Ney Braga<sup>141</sup> e também frequentava, ocasionalmente, alguns bailes da região.

Desta forma, para os candoianos o ato de “puxar cadeiras” indicava sociabilidade, assim como o trânsito por determinados espaços que em sua quase totalidade não eram percorridos pelos “de fora” visando os mesmos motivos, como o “calçadão” e determinadas lanchonetes. Já para os chamados “barrageiros” os espaços de sociabilidade eram o hotel, o restaurante vizinho e também a pizzaria.

---

<sup>140</sup> Anexo II, Foto 4, pág. 161.

<sup>141</sup> AnexoII, Foto 5, pág. 162.

## CAPÍTULO III

### AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

#### 3.1. As audiências públicas e o “momento democrático”

Como parte do processo legal para a construção de uma usina hidrelétrica, são necessárias três licenças: a prévia, a de instalação e a de operação. Este licenciamento pode ser concedido pelo órgão ambiental estadual, a quem cabe a análise e aprovação do estudo de impacto ambiental e de seu respectivo relatório, ou então pelo órgão ambiental federal, o IBAMA<sup>142</sup>, quando se tratar de atividades degradadoras do meio ambiente em escala regional ou nacional<sup>143</sup>. No caso desta pesquisa, para as UHEs de Santa Clara e Fundão, o licenciamento foi concedido pelo Instituto Ambiental do Paraná, o IAP.

Partimos então do momento em que a Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL, aprova os estudos de inventário hidrelétrico. Em seguida, uma determinada empresa obtém a autorização para a realização dos estudos de viabilidade técnica e econômica, assim como é responsável pela elaboração dos estudos de impacto ambiental, o EIA. Este, de abordagem multi-disciplinar e com uma linguagem técnica, será necessariamente acompanhado do relatório de impacto do meio ambiente, o RIMA, com as informações em termos acessíveis para o público leigo. Note-se que a empresa que elaborou estes estudos ainda não pode ser chamada de empreendedora do projeto, pois ainda precisará disputar a licitação para a concessão da obra com outras empresas<sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

<sup>143</sup> (MIRRA, 2006: 97).

<sup>144</sup> Estes estudos foram elaborados pelo Consórcio Santa Clara e pelo Consórcio Fundão, formados pelo Grupo Gulin e pela Copel. Informações disponibilizadas na ata da Audiência Pública de 21 de fevereiro de 2000, referente a Usina de Santa Clara.

O RIMA é a documentação que é discutida nas audiências públicas. Desta forma, percebemos que a confecção do EIA-RIMA acontece em uma fase bastante inicial do processo licenciatório, sendo este um dos elementos necessários para a obtenção da licença prévia.

As audiências públicas são discussões abertas à população que contam com a participação de representantes políticos, de empresas estatais e privadas e entidades civis. Neste caso, além dos personagens acima citados, aparecem também os representantes das empresas que receberam a autorização para a realização dos estudos, inclusive com a participação do corpo técnico multidisciplinar que elaborou o EIA-RIMA. Para o setor elétrico, as audiências se constituem como parte indispensável para o processo de licenciamento do empreendimento, podendo inclusive serem realizadas mais de uma vez<sup>145</sup>.

Estas audiências têm por finalidade apresentar o conteúdo do relatório de impacto ambiental para todos os interessados, em destaque para as comunidades onde as respectivas obras têm planos de serem instaladas, respondendo dúvidas e recolhendo críticas e sugestões dos participantes. Sobretudo, busca-se que o conteúdo da discussão das audiências públicas possa ser incorporado e que sirva para a reflexão do órgão ambiental que concederá as licenças ambientais.

Desta forma, pode-se pensar que as audiências são um dos canais pelo qual se dá a efetiva participação popular nos processos decisórios, como um instrumento para o exercício da democracia. As reivindicações, críticas e sugestões da população atingida podem, efetivamente, vir a constituir um dos elementos para as tomadas de decisão dos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento e, neste momento, a sociedade civil tem como interlocutor o poder público.

---

<sup>145</sup> Segundo o jurista Álvaro Luiz Valery Mirra: “A convocação de uma audiência pública para discussão do EIA-RIMA faz-se quando: a) o órgão público ambiental ‘julgar necessário’; b) houver solicitação de entidade civil; c) houver solicitação do Ministério Público; d) houver solicitação por parte de 50 ou mais cidadãos (art. 2º, caput, da Resolução n. 009/1987)” (MIRRA, 2006: 97).

### 3.2. As atas das audiências, os discursos e o “evento fundador” em Cândói

Como buscou-se apontar anteriormente, o “evento fundador” seria um ato instaurado no decorrer do tempo capaz de formular novas narrativas e significações por parte dos atores sociais, inclusive para além do seu período de energia inicial. Pode-se pensar então que, a partir do momento que estes diferentes discursos são formulados pelos indivíduos durante uma audiência pública sobre a instalação de uma usina hidrelétrica, estes fazem parte da concepção do que chamamos aqui de “evento fundador”.

Como parte do processo para obtenção de licenças ambientais das UHEs de Santa Clara e Fundão, foram realizadas três audiências públicas. A primeira delas aconteceu no município de Cândói, em 21 de fevereiro de 2000, seguida por uma em Pinhão e outra em Foz do Jordão, sendo que estas últimas foram realizadas no mesmo dia, em 22 de fevereiro de 2000. Estas audiências foram precedidas pela realização de cinco reuniões públicas entre os dias 09 e 15 de fevereiro do mesmo ano, nos mesmos municípios citados acima, e também por uma reunião informal realizada no dia 16 de fevereiro de 2000 no município de Guarapuava, com entidades governamentais e não-governamentais.

Em todas estas reuniões, visava-se debater a construção das Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão no rio Jordão<sup>146</sup>. Todos estes encontros foram promovidos pelo Instituto Ambiental do Paraná, o órgão público responsável pelas concessões das licenças e tiveram por finalidade apresentar os estudos das referidas usinas para diferentes segmentos da população local, assim como promover a sua discussão.

---

<sup>146</sup> Conforme o Relatório Técnico da Copel, sobre as referidas usinas: “as reuniões públicas organizadas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP tem por objetivo repassar para a população local, autoridades dos municípios atingidos e demais interessados, informações sobre os empreendimentos denominados UH Fundão e UH Santa Clara, ambos em processo de avaliação pelo órgão ambiental para obtenção da Licença Prévia – LP. Além do caráter informativo, estas reuniões consistem em espaço de interlocução entre o órgão ambiental responsável pelo licenciamento, empreendedor e população interessada, de modo a favorecer e facilitar o esclarecimento de dúvidas, questionamentos e complementações sobre os projetos, manifestados durante a realização dos eventos”. Complementar a isto, o documento aponta também para a importância das reuniões públicas, capazes de orientar a execução da audiência pública, visando torná-la mais eficaz. Estas se assemelham em seu conteúdo e disposição de falas, diferindo entretanto na necessidade da segunda contar com a presença de taquígrafos, vídeos, áudio e composição da mesa.



No entanto, neste momento refletiremos especificamente sobre os discursos das três atas das audiências públicas, ainda que relacionando-as com as memórias das reuniões que também foram realizadas, pois todos estes documentos, apesar de terem sido realizados em diferentes datas e em diferentes locais, se relacionam e também se complementam. Mas ao invés de separar as atas e analisá-las de forma isolada, prefere-se pensá-las como um processo contínuo. Desta forma os discursos, formalmente reproduzidos por funcionários do IAP, e que vêm a constituir as atas das audiências, visam legitimar um acontecimento, colaborando para a instauração do “evento fundador”, polifônico e polissêmico, da chegada das usinas em Candió.

É necessário, portanto, indicar neste texto quem participou, quando isso se deu, quais foram os interesses que motivaram esta participação e, sobretudo, qual era a percepção destes atores sociais, naquele momento, sobre a possível instalação das usinas hidrelétricas na área.

Já sabemos que estes eventos aconteceram no início de 2000 e, desde então, nestes sete anos que já se passaram, as barragens foram construídas e postas em operação, juntamente com as várias implicações sociais e ambientais que empreendimentos como estes acarretam. Mas o momento preciso das atas se refere ao processo de licenciamento ambiental, ou seja, as audiências e as suas respectivas atas são parte de algo maior, ou mais precisamente de uma obrigação legal necessária para a obtenção da primeira das licenças, a prévia.

Destaca-se que alguns personagens, vistos aqui pelas respectivas instituições que estes representam, são recorrentes em todas as audiências, como o já citado IAP, o Ministério Público, a ANEEL, a COPEL e o Grupo Gulin – integrantes do Consórcio Santa Clara e do Consórcio Fundão – além de representantes do corpo técnico multi-disciplinar responsável pela confecção do EIA-RIMA<sup>147</sup>. Destaca-se que o IAP, órgão responsável sobre a decisão acerca do licenciamento do projeto e organizador das audiências, não emitiu opiniões durante os encontros que foram

---

<sup>147</sup> A elaboração dos referidos EIA-RIMAs foi feita pela equipe de Meio Ambiente da Copel Geração, SENMAN, responsável também pela apresentação dos estudos ambientais executados, impactos identificados e medidas e programas propostos para minimização dos impactos ambientais nas diversas audiências e reuniões que foram realizadas. Estas informações consultadas no Relatório Técnico intitulado “Reuniões Públicas e Audiências Públicas sobre as Usinas Hidrelétricas de Fundão e Santa Clara, rio Jordão – Paraná”, elaborado pela Copel e datado em 21 de março de 2000.

realizados, reservando-se a inserir as discussões para que estas pudessem ser incorporadas no processo de licenciamento. Já outras instituições, como o IBAMA, participou de duas das três audiências que foram realizadas, mas formalizou seu apoio quanto a organização destes encontros.

A partir da leitura das atas, foi notada pouca participação de movimentos sociais e também das organizações não-governamentais nas referidas audiências públicas. No primeiro caso, identifiquei a presença de um sindicato de trabalhadores rurais, mas estes não postularam questões.

Quanto a participação das ONGs, estas foram salientadas nos discursos de membros que compunham a Mesa, destacada a sua presença em uma reunião pública informal que ocorreu no município de Guarapuava e também apontando que estas haviam enviado correspondências quanto a realização das audiências. O nome destas organizações não-governamentais não foram identificadas nas atas a partir dos discursos dos presentes<sup>148</sup>.

Dentre os demais participantes, destaca-se a presença de autoridades políticas locais, como prefeitos, representantes da Câmara dos Vereadores e Secretários Municipais de diferentes áreas e de diversos municípios da região. Além destes, também participaram proprietários de terras que viriam a ser atingidas, associações comerciais, representantes do poder judiciário, policiais, representantes de empresas instaladas na região, professores de escolas dos municípios afetados, profissionais do setor de saúde e também representantes de centros universitários da região<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> Sobre as reuniões, destaca-se o discurso de um consultor, feito na Audiência Pública da Usina de Santa Clara: “Fizemos primeiro, no final do ano, uma reunião em Guarapuava com a presença do pessoal do IAP, da Promotoria Pública para a apresentação do projeto e aqui foram em torno de cinco reuniões públicas e uma reunião com ONGs na sede do IAP, com a presença de em torno de duzentas a trezentas pessoas que participaram dessas reuniões onde explicamos todo o projeto”.

<sup>149</sup> Referência ao UNICENTRO, localizado em Guarapuava.

### 3.3. Discursos e expectativas

Após a explanação do material que compunha o EIA-RIMA pela empresa elaboradora do estudo – inclusive com a indicação dos possíveis impactos negativos e positivos, assim como a forma de minimização destes impactos – estes dedicavam-se em dirimir as dúvidas suscitadas pelos presentes sobre os diferentes efeitos que o projeto poderia causar e também em apresentar os programas para a mitigação de impactos, reconhecendo as diferentes implicações ambientais e sociais que a implementação das usinas poderia causar na região, indicando inclusive a chegada de contingentes populacionais em busca de emprego.

Nas palavras do engenheiro representante do grupo que elaborou os estudos de viabilidade e do EIA-RIMA, dentre os programas aparece a preocupação com a esfera social<sup>150</sup>:

“O programa de apoio ao desenvolvimento dos municípios da região de influência dos empreendimentos. Este programa, também poderíamos falar muito tempo sobre ele, para evitar principalmente a questão da, primeiro, pressão que o município sofre devido à vinda de contingente, de pessoas, a procura de emprego que faz uma pressão sobre os serviços do município de saúde, educação e, principalmente, depois quando o empreendimento termina e para não ficar os problemas sociais, esse programa tem que funcionar. E finalmente, o problema de remanejamento da população afetada, no caso a população de uma propriedade, onde não existem pessoas morando, segundo os dados do censo socioeconômico”.

---

<sup>150</sup> Ata da Audiência Pública de 21/02/00 – Usina Santa Clara, pág. 14

A partir deste discurso poderíamos nos ater por um longo tempo em alguns pontos aparentemente contraditórios com as informações que são apresentadas ao longo desta pesquisa. Em primeiro lugar, pode-se pensar que a preocupação com a educação se refere a chegada de trabalhadores externos com famílias e filhos, passíveis de freqüentar a escola. Por outro lado, os dados do censo a que ele se refere indicam que a propriedade “desabitada” seria a mesma que, em outras partes deste trabalho, aparece em relatos comportando a presença de seis famílias no mesmo lote territorial e que, em um determinado momento da construção da obra, alguns destes indivíduos foram agentes de situações conflituosas.

Quanto ao primeiro ponto, procura-se apresentar, a partir dos dados obtidos através do trabalho de campo, que os trabalhadores externos que vieram participar destes empreendimentos não estavam acompanhados por suas respectivas famílias e não estavam estabelecidos de forma “permanente” no município, ressaltados os atributos barrageiros, tais como: mobilidade, englobar necessariamente os homens “de fora” e a sensação de autonomia que os envolve, à possibilidade de “escolher” em qual barragem poderá vir a trabalhar. Mas isso sem dúvida não exclui a necessidade, por parte da empresa que viria a ser a empreendedora da obra, ao lado dos poderes públicos municipais, em se preocupar com as questões sociais e também de infra-estrutura municipal, para atender a uma nova demanda por serviços e também para arcar com os possíveis problemas que poderiam surgir com a chegada de um público externo e temporário, assim como pelos próprios anseios oriundos da população local.

Inicialmente, os componentes da Mesa, composta por representantes políticos locais, agências estatais e, naquele momento, o chamado empreendedor, abriram a sessão com pronunciamentos. Nestes, os representantes políticos da população local davam “boas-vindas” às autoridades e verbalizavam as noções de desenvolvimento e progresso que eu, quatro anos depois, voltaria a ouvir em Candói. Como indica o presidente da Câmara Municipal de um dos municípios atingidos<sup>151</sup>:

---

<sup>151</sup> Ata da Audiência Pública de 21/02/00 – Usina Santa Clara, pág. 04.

“E dizer que nós (...) estamos satisfeitos com essa expectativa dessa usina, que vem dar movimentação ao nosso município, vem dar novas expectativas, também de melhoria de vida, além da necessidade de nova geração de energia. Sabemos que o progresso vem, e também está vindo o progresso respeitando o meio ambiente.”

Mas estas considerações acerca do “desenvolvimento e progresso” fazem parte também do discurso de representantes de agências reguladoras, como a ANEEL. No discurso de seu representante<sup>152</sup>:

“E dizer simplesmente que o nosso objetivo aqui se baseia em dois pontos: primeiro, como observadores desse processo de discussão, que nos interessa e é muito importante para que possamos estruturar, depois, o processo de licitação dos empreendimentos em discussão; em segundo lugar, para demonstrarmos a importância que esses empreendimentos têm no cenário brasileiro. Portanto, a ANEEL tem todo interesse em que eles sejam plenamente discutidos e que sejam alcançadas todas as questões, que a ansiedade da população seja plenamente esclarecida ou desfeita, para que possamos contar com esses empreendimentos no cenário nacional de geração de energia.”

Por fim, em outros momentos das atas, estas noções de “desenvolvimento e progresso” complementam-se com o destaque da necessidade energética da implantação das usinas, apontando que se estas fossem construídas em outras áreas poderiam causar impactos ambientais muito maiores, levando-se em

---

<sup>152</sup> Ata da Audiência Pública de 21/02/00 – Usina Santa Clara, pág. 04.

consideração inclusive, o tamanho requisitado para a formação do reservatório para as usinas em questão, julgados como sendo pequenos comparados aos demais que estão dispostos em território nacional. Segundo um dos consultores, que apresentou o EIA-RIMA para os presentes na audiência<sup>153</sup>:

“E, finalmente, a nível nacional, a não implementação da Santa Clara, primeiro compromete a oferta de energia a curto prazo, e com certeza haverá a necessidade da construção de outras usinas que provavelmente causarão impactos ambientais muito maiores. Com a não construção, significará a transferência desses impactos para outra região até dentro do próprio Estado do Paraná e impactos provavelmente muito maiores. Vale a pena colocarmos aqui que são duas usinas com reservatórios pequenos se forem considerados os reservatórios que estão em operação no Brasil e que estão para serem construídos no Brasil.”

Cabe destacar, mais uma vez, sobre as diferentes significações que o termo “desenvolvimento e progresso” pode abarcar<sup>154</sup>. Por um lado, pela população local, a idéia de que exista uma geração de empregos para o município e novas instalações de infra-estrutura e serviços. Por outro, para os representantes do setor elétrico e demais empresas envolvidas, o desenvolvimento se refere, necessariamente, a capacidade de geração de energia em território nacional e efetiva geração desta energia a curto prazo, favorecendo a matriz energética nacional.

Gustavo Lins Ribeiro aponta que a noção de “desenvolvimento” abarca diferentes significações. Para este autor:

---

<sup>153</sup> Ata da Audiência Pública de 21/02/00 – Usina Santa Clara, pág. 15.

<sup>154</sup> (ANTONAZ, 2005).

“A abrangência desta noção recobre desde direitos individuais, de cidadania, até esquemas de classificação dos Estados-Nações internamente ao sistema mundial, passando por atribuições de valor à mudança, tradição, justiça social, bem-estar, destino da humanidade, acumulação de poder econômico, político e militar, e muitas outras conotações vinculadas a ideais de relações apropriadas entre os homens e entre estes e a natureza” (RIBEIRO, 1992a: 2-3).

Lins Ribeiro ainda destaca o uso de metáforas que são empregadas ao se utilizar a noção de “desenvolvimento”<sup>155</sup> e que se referem a categorias de espaço e também como indicação em uma ordem hierárquica. Desta forma, “desenvolvimento” parece ao lado de “sub-desenvolvimento”, assim como “avançado” ao lado de “atrasado” e “Primeiro Mundo” com “Terceiro Mundo”. Por outro lado, aponta para o uso do termo “desenvolvimento”, visto como preferível ao que diz respeito ao processo de acumulação. Desta forma: “usando ‘desenvolvimento’ ao invés de acumulação ou expansão, uma conotação indesejável é evitada: a diferença de poder entre as unidades do sistema (intra ou inter Estados-Nações) em termos econômicos, políticos e militares”<sup>156</sup>.

O conteúdo dos discursos que preencheram as atas das audiências, neste caso, apresentou poucas variações quanto à temática, sendo enfatizada principalmente as questões ambientais, como seriam feitas as desapropriações territoriais e também certas questões sociais, geralmente associadas com a chegada de forasteiros para o trabalho nas obras e quanto a geração de empregos para a população local. Esses encontros também foram frutíferos para responder questões de cunho pessoal quanto a desapropriação de terras, indenizações e prazos para a efetivação da obra, formuladas em sua maioria por personagens que seriam

---

<sup>155</sup> Ao lado da noção de “desenvolvimento” cabe refletir sobre a de “progresso”. Sobre esta idéia, Gustavo Lins Ribeiro ressalta que esta baseia-se “em um primeiro nível, na percepção – e na subsequente extensão analógica desta percepção – de que os seres vivos experimentam crescimento para amadurecer. Por isso, a idéia de progresso vem acompanhada, explicitamente ou não, de sua oposta e complementar, a de decadência” (RIBEIRO, 1992a: 09).

<sup>156</sup> (RIBEIRO, 1992a: 09).

diretamente afetados pela construção das usinas. Por outro lado, as audiências também são palco para que os promotores do Ministério Público possam apresentar as suas observações de cunho ambiental e social para que estas possam ser devidamente registradas e protocoladas para que sejam incorporadas como medidas mitigadoras e compensatórias no processo de licenciamento<sup>157</sup>.

Dentre as questões formuladas pelo público que participou das audiências, aponta-se para algumas: como seria feita a compensação vegetal das áreas que seriam alagadas; qual seria a possibilidade de expansão dos 100 metros de Área de Preservação Permanente para a formação de futuras reservas ambientais; dúvidas sobre a alteração climática; qual era a possibilidade da utilização de formas alternativas para geração de energia, como a eólica; solicitação para que fosse viabilizada a criação de um parque ecológico para uma floresta original de araucárias; dúvidas quanto ao controle da erosão e da preservação dos solos; como seria realizada a recuperação dos 100 metros em áreas do rio de alta declividade; quais seriam os impactos das usinas e as respectivas compensações para a população local e para os municípios atingidos; quantos empregos diretos o empreendimento iria gerar; onde estaria localizado o canteiro de obras; onde os trabalhadores externos residiriam; propostas para que fosse feito o incremento da eletrificação rural, ou seja, sugestões para que fossem elaborados projetos visando que os custos de energia elétrica fossem mais acessíveis para os produtores rurais, dentre outros assuntos.

---

<sup>157</sup> O Ministério Público do Paraná, representado pelos promotores de justiça que participaram das audiências, encaminharam as seguintes considerações para serem implantadas como medidas mitigadoras de impactos para as UHEs de Santa Clara e Fundão: construção de canais migratórios; implantação da educação ambiental permanente; recuperação das áreas de empréstimos; programa de apoio à fiscalização exercida pelo IAP e BPFlo (Batalhão da Polícia Florestal) através de fornecimento de equipamentos, como barcos e material de mergulho; recuperação dos 100 metros das margens da represa, por conta do empreendedor; programa de controle à erosão; programa de combate às doenças provenientes de águas paradas; recuperação da infra-estrutura dos municípios (estradas) e programas sociais provenientes do impacto ambiental e, por fim, monitoramento da fauna aquática. Estas informações foram obtidas a partir da leitura dos documentos elaborados pelo Ministério Público do Estado do Paraná, através do Tribunal de Justiça da Comarca de Pinhão, redigido em 22 de setembro de 2000 e por dois outros, oriundos do Tribunal de Justiça da Comarca de Guarapuava, datados em 21 de fevereiro de 2000 e em 22 de fevereiro de 2000.



### 3.4. “Região de barrageiros e ex-barrageiros”

A análise das atas das audiências públicas me possibilitou uma nova interpretação do processo de implantação de barragens no terreno desta pesquisa, fazendo com que estas fossem, inclusive, tomadas como parte da chegada do “evento fundador” em Candói.

Tive acesso a este material na parte final da confecção deste trabalho e, após a leitura das próprias atas e dos diferentes documentos que estavam anexados, tive duas sensações distintas. Por um lado, pude perceber que muitas das informações que eu havia coletado durante o tempo em que realizei o trabalho de campo apareciam também nas falas dos personagens que participaram das referidas audiências. Por outro, o grande incômodo que foi gerado a partir da leitura de que aquela era uma “região de barrageiros e ex-barrageiros”, principalmente levando-se em consideração que durante todo o tempo em que realizei esta pesquisa esse termo não foi empregado pela e para a designação da população local. Esta categoria era primordialmente utilizada pelos candoianos para se referir aos “outros”, precisamente ao “pessoal das usinas”, fazendo com que eu pensasse os “barrageiros” com atributos como os de mobilidade e autonomia, dentre outros. Desta forma, os dados de campo contrastaram diretamente com o discurso oficial, ou “legitimado” pelas atas.

Este desconforto levou-me a novamente refletir sobre alguns episódios que haviam sido vivenciados em campo, tentando principalmente compreender como algo que foi retratado como praticamente óbvio nas atas pudesse ter passado de forma silenciosa no decorrer da pesquisa, apesar de reconhecer que as novas barragens que foram construídas na área, as UHEs de Santa Clara e Fundão, foram precedidas por várias outras, como Segredo, Foz do Areia, Salto Santiago e Salto Ozório. Dentre as falas, reproduzo primeiramente a do representante do Grupo Gulin<sup>158</sup>.

---

<sup>158</sup> Ata da Audiência Pública de 21/02/00 – Usina Santa Clara, pág. 30.

“O número de pessoas que vai trabalhar durante a obra seria, mais ou menos, em torno de quinhentas pessoas (...) A prioridade de contratar pessoas da região, eu diria o seguinte: os empreiteiros, sem dúvida nenhuma, aquela mão-de-obra que ele possa encontrar aqui se vai pegar aqui. Porque, inclusive, essa região é uma região de ex-barrageiros. Foz do Jordão e o Pinhão cresceram em volta da construção das usinas, tanto Foz do Areia como Segredo. Candói nem tanto, teve outro tipo de desenvolvimento. E ainda deve ter muita gente que ficou dessas usinas”.

Em outra audiência, no município de Foz do Jordão, as noções de “desenvolvimento e progresso” também fazem parte do discurso de representantes da Câmara Municipal, destacando a relação das barragens com a população local<sup>159</sup>:

“Quero dizer, nesta oportunidade, que é uma satisfação muito grande o nosso Município ser privilegiado com a construção dessa nova usina que vem, na verdade, ao encontro da necessidade e ao anseio da nossa população, a qual é composta de pessoas que vêm acompanhando construções de barragens”.

E, em outro momento, a frase empregada por um dos consultores em seu discurso: “O Município tem a vocação da mão-de-obra madeireira e a mão-de-obra de pessoal de barragens”<sup>160</sup>.

---

<sup>159</sup> Ata da Audiência Pública de 22/02/00 – Usina de Fundão, pág. 26.

<sup>160</sup> Ata da Audiência Pública de 22/02/00 – Usina de Fundão, pág. 27.

Primeiramente gostaria de apontar para o termo empregado: “vocação”. O que seria afirmar que a população de um determinado lugar possui, ou não, vocação para algo? Como aparece tão fortemente explicitada esta “vocação barrageira” que foi silenciada no terreno desta pesquisa? Seria esta uma “vocação” ou apenas uma construção, ou encadeamento de termos, empregado por representantes governamentais a fim de catalizar recursos humanos dentre a própria população local para trabalhar durante o período de obras nas barragens?

Admite-se que, segundo a fala de um dos personagens que reproduzo acima, Pinhão e Foz do Jordão comportariam mais esta mão-de-obra do que propriamente o município de Candói. Mas não se pode deixar de apresentar este questionamento neste texto pois, durante o tempo desta pesquisa percebeu-se que as fronteiras físicas e simbólicas entre os municípios da região se apresentam de uma forma bastante fluida. Além disso, como busca-se analisar as atas como parte de um processo contínuo, em que os discursos não se excluem, mas se complementam e se constituem como um dos elementos para a instauração das UHEs de Santa Clara e Fundão, disponho aqui esta inquietação.

Estas novas perguntas fizeram com que algumas situações passadas forem repensadas, como a da entrevista com a filha de um “barrageiro”. Em uma certa ocasião fui para o município de Rio Bonito do Iguaçu e acabei por realizar uma entrevista em uma casa comercial. Lá estava um jovem, na ocasião com 18 anos, sua esposa, de 20 anos, o filho recém-nascido do casal e a tia da criança, de 18 anos. O casal trabalhava no estabelecimento auxiliando os pais do rapaz e a outra jovem ajudava o pai na lanchonete da família. Me identifiquei como sendo uma estudante de antropologia de Curitiba que estava fazendo um trabalho em Candói e sobre as usinas, mas que gostaria de saber sobre a história de vida da família deles. Na verdade, no momento estava buscando compreender quem se considerava como sendo “da região” ou “gaúcho”, categorias estas que permearam toda aquela saída de campo. Rapidamente eles se dispuseram a falar sobre suas vidas e sobre Rio Bonito do Iguaçu. O assunto das usinas foi deixado de lado, pois nenhum deles fez comentários sobre este tema no início da conversa. Em seguida, já com o microfone acionado, o rapaz me contou que a família dele era de Chopinzinho e as moças indicaram que eram nascidas no Paraná e que já haviam morado em mais de

dez municípios entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Em seguida, o jovem passou a me explicar, detalhadamente, sobre a prefeitura, as escolas, a biblioteca, os nomes dos políticos, dentre várias outras informações e, enquanto isso, eu não conseguia desviar meus pensamentos dos “dez municípios”, intercalando possíveis idéias e indagações como: “São de acampamentos de MST? Reassentados de Itá?” Lembrava-me que fazia cerca de dez anos que as famílias atingidas por Itá e Machadinho haviam sido relocadas e que parte delas tinha se estabelecido em uma área do município próximo de Mangueirinha. Em um momento, onde percebi que minhas idéias já estavam virando especulações e que a conversa não sairia dos nomes das figuras representativas para o município, acabei por perguntar:

*“G – Mas em quais cidades vocês moraram?”*

*E – Em um monte, mais de dez.*

*G – Por quê? Teus pais faziam parte de algum grupo?”*

*E – (o rapaz interrompe) Não! Não! É que o pai delas trabalhava na construção das usinas.*

*G – Que interessante!! E em quais usinas ele trabalhou?”*

*E – Em Salto Ozório, Salto Santiago e Segredo.*

*G – Então vocês chegaram a morar lá para os lados de Segredo...”*

A conversa poderia ter sido bem mais produtiva se o jovem não fizesse interrupções constantes, que acabaram por prejudicar boa parte da entrevista. Em outra parte do trabalho utilizo outra parte desta conversa, quando procuro compreender as motivações e as ansiedades que o trabalho e a vida em uma barragem provoca. Neste caso, e precisamente sobre tal questionamento, o da “vocação de barrageiro”, me estendi na descrição deste episódio para levantar um ponto.

Lendo posteriormente a entrevista, percebi que a identificação do pai com o termo “barrageiro” foi feita com uma certa relutância pelas entrevistadas. Esta identificação ocorreu somente depois que eu criei a associação vista por eles como

constrangedora, a de perguntar se eles faziam parte de um grupo, notadamente percebido como o Movimento Sem-Terra<sup>161</sup>. Logo, todos se prontificaram a me explicar que ele era um “barrageiro” no passado, mas que agora “tinha um negócio” e que não faziam parte de nenhum grupo.

Desta forma, propõe-se neste momento contrapor estas diferentes visões sobre o termo “região de barrageiros”. Uma delas é repercutida nas atas, pensada aqui como um senso comum formulada por alguns setores políticos locais e de empresários, visando a tomada de decisões, ou a justificativa da inclusão do trabalho da mão-de-obra local nas construções, pois esta é considerada uma “região de barrageiros” e de que a população de um ou de outro município tenha esta “vocaçãõ de barrageiro”, possibilitando assim uma possível geração de empregos a curto prazo e um alavancamento na economia regional.

Por outro estão as informações que me foram disponibilizadas em campo, de que o “barrageiro” é sobretudo itinerante, seguindo a construção de barragens pelo país, fará suas próprias escolhas, decidindo em qual canteiro e de qual barragem irá oferecer a sua mão-de-obra, é visto com desconfiança por parte da população local e não virá acompanhado, necessariamente, de seus familiares. Percebeu-se também que o “barrageiro” sempre estará disposto em uma categoria que remete, necessariamente, ao “outro”. Será por isso que as irmãs entrevistadas preferiram identificar seu pai como sendo proprietário de uma lanchonete ao invés de “barrageiro”, mesmo eu tendo mencionado logo no início da conversa que minha pesquisa era sobre as usinas?

Estes termos usados nas atas se referem também a uma noção de territorialidade. Isto parece indicar um pertencimento de uma determinada categoria em um dado espaço, mas é relevante destacar o elemento temporal e o contexto que envolve as indicações “vocaçãõ de barrageiro” e “região de barrageiro” e, sobretudo, destacar que a categoria relacional de “barrageiro” carrega consigo diferentes significações que são formuladas pelos grupos. Neste momento, pode-se perceber que a identidade coletiva de “barrageiro” foi acionada por parte dos poderes políticos locais e por representantes “de fora” de instituições públicas. Neste

---

<sup>161</sup> Nesta região existem vários acampamentos do MST e também reassentados deste movimento social.

caso, visando tomadas de decisão, ou seja, por um lado procurando reforçar a “identidade barrageira” da região para atrair para o município um empreendimento de grande porte capaz de criar novos empregos e, por outro, salientando que a “vocação barrageira” da região seria levada em considera o para as possíveis ofertas de trabalho que poderiam ser geradas em fun o da constru o das usinas.

Já no caso da entrevista, percebemos que a “identidade barrageira” do pai das jovens foi silenciada no início da conversa, revelada aos poucos e por um motivo específico, para me explicar um mal-entendido. Neste caso, pode-se continuar a pensar que a “desconfiança” da popula o local sobre a categoria de “barrageiro” faz com que esta seja acionada raramente, preferindo que a identifica o seja feita por outras categorias. Desta forma, se por um lado os poderes públicos acionam esta categoria em vias da tomada de decisão, por outro, percebe-se que a popula o local continua a preferir calcar esta categoria ao “outro”, omitindo-a em suas falas.

Podemos pensar então que esta   uma identidade coletiva relacional, pois nos discursos dos poderes públicos esta identidade coletiva   destacada, visando a manipula o de estratégias, que neste caso são políticas. Já para parte dos “barrageiros” que acabaram por se estabelecer na região depois da finaliza o das obras de usinas construídas no passado, esta identidade coletiva   escondida em suas práticas cotidianas e não aparece de forma freqüente nos seus discursos, também visando a manipula o de estratégias<sup>162</sup>, pois esta categoria   vista com desconfiança pela popula o local.

---

<sup>162</sup> Sobre a forma o de novas identidades coletivas, revestidas, também, de estratégias políticas, pensa-se na situa o estudada por Vera Rodrigues. Em seu trabalho, a autora apresenta como se deu a transforma o identitária dos habitantes que compunham o universo de sua pesquisa, em Viamão / RS, mais precisamente, o de “gente da barragem” para “Quilombo da Anastácia”, em que, neste caso, as no es de quilombo e de identidade étnica são enfatizadas e “acionadas pelos sujeitos como reflexo da constante redifini o das rela es sociais e dos próprios sujeitos como fios condutores da constru o da identidade e de um princípio de autonomia desses grupos sociais” (RODRIGUES, 2006: 52).

## CAPÍTULO IV

### A TERRA, A BARRAGEM E A LIBERDADE

#### 4.1. Empreendimentos e comunidade

As Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão foram bem recebidas pelos moradores de Candói e são vistas, de forma quase unânime, como algo positivo para o município. De fato, não foram observados movimentos contrários às usinas, como manifestações de organizações não-governamentais e de movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Tomemos como ponto de partida para a reflexão neste momento do trabalho uma pesquisa realizada em um meio rural que sofreu uma série de mudanças, que foram bem recebidas pela população. Agnès Clerc-Renaud<sup>163</sup>, em seu estudo em uma Área de Proteção Ambiental, Jericoacoara, no Ceará, aponta que a região de sua pesquisa sofreu um visível processo de transformação e passou, de uma vila de pescadores, para uma praia destacada pelo turismo brasileiro<sup>164</sup>.

Neste processo, a autora destaca que são pelos sinais diacríticos empregados pelos grupos, tais como vestuário, modo de falar e agir, que os grupos se identificam, se diferenciam e acima de tudo, delimitam a sua origem rural ou urbana. Em um processo de modificação da atividade econômica da área, que acarretou em mudanças na infra-estrutura do local, com a implantação de serviços antes inexistentes, como telefonia, água corrente, assistência sanitária e eletricidade, os chamados “autóctones”, que são aqueles que se auto-denominam

---

<sup>163</sup> (CLERC-RENAUD, 2005).

<sup>164</sup> Neste contexto, esta autora apresenta o processo de construção da alteridade e a representação da diferença entre os grupos diversos que compõe este espaço, os “autóctones”, os “novos habitantes” e os “turistas”. Clerc-Renaud mostra que estes grupos constroem as suas categorias em um processo de oposição entre o nós / outros, onde as dicotomias “gente daqui” / “gente de fora”, “nativos” / “turistas” e “interior” / “exterior”, são evocadas pelos diferentes grupos para se situarem no contexto e perante os outros e para indicar sua pertença ao local, em um processo que implica necessariamente na existência de outros grupos.

“gente daqui” e são denominados pelos outros como “nativos”, vêm de forma entusiástica a atividade turística e as transformações em Jericoacoara, inclusive podendo estar envolvidos neste ramo turístico emergente na região<sup>165</sup>.

Reconhece-se que o contexto desta pesquisa também está sofrendo inúmeras modificações em decorrência da implantação de usinas hidrelétricas na área, que estão sendo recebidas de forma bastante positiva pela população local. O segundo apontamento é que, em Candói, a forma pela qual a população local se situa também é feita pela oposição nós / outros, sendo utilizados termos como “sou daqui mesmo da região” em oposição ao “gente de fora”. Entretanto, o “gente de fora” comporta a categoria dos “barrageiros”, chamados algumas vezes de “pessoal das usinas”. Estes “barrageiros”, utilizando-se da categorização nativa, se auto-denominam como “lá das usinas” e estão em oposição aos candoianos.

Os candoianos muitas vezes se auto-denominam por termos como “colono” ou “daqui da região” quando indagados de suas procedências. Estes também geralmente apresentam uma forte identificação com a agricultura e, em seus discursos, aparece a ligação com a “terra”, quando dizem que realizam trabalhos relacionados à lavoura e, mesmo quando residem na sede urbana do município, continuam a citar as atividades agrícolas como presentes e significantes em suas vidas. Além disso, foi observada a forte identificação de segmentos da população local com a cultura gaúcha, exibindo em seu cotidiano símbolos valorativos para este “gauchismo”, como a vestimenta de bombachas, o hábito de tomar chimarrão, a valorização de bailes, músicas gauchescas e a presença em torneios, como o de tiro de laço.

Entretanto, refletindo sobre a comparação entre estas duas pesquisas, as diferenças se sobrepõem às semelhanças. De um lado, a percepção de que a atividade turística difere em muito do processo de construção de usinas pois reconhece-se que o trânsito de pessoas que cada uma destas atividades acarreta é diferente. No turismo, depois de instaurada a infra-estrutura para acomodar esta atividade, o trânsito de pessoas é cíclico, podendo apresentar momentos de baixo e

---

<sup>165</sup> Todavia, Clerc-Renaud mostra que o aparente distanciamento deste grupo da sua atividade inicial, a pesca, é visto como um também afastamento da natureza, que faz com que eles sejam vistos como sendo “menos nativos” pelos outros grupos, podendo inclusive serem situados, conforme uma entrevistada da autora, em uma posição em que “não é mais primitivo, e que não é moderno” (CLERC-RENAUD, 2005).



de alto movimento e que serão retomados a cada ano. Já o trânsito de pessoas que uma barragem acarreta tem início e fim, coincidindo com o final da obra e apresentando uma movimentação intensa em um determinado período e – diante de modelos de construção de usinas da atualidade – praticamente nulo em outro. Por outro lado, a dicotomia “dentro” / “fora” é abrangente e pode ser identificada em várias outras situações. Todavia, destaca-se esta pesquisa, neste momento, porque se trata de uma busca pela compreensão dos processos de construção identitários, realizado em uma área considerada como sendo rural pelos seus habitantes e que, em um determinado momento, receberam de forma entusiástica as mudanças, tais como foi percebido em Candói e mediante outro contexto.

Alguns pontos devem ser levados em consideração nesta afirmativa, sendo o primeiro deles o aparente crescimento econômico e do setor de serviços na zona urbana de Candói. Com a chegada dos chamados “de fora”, englobando aqueles que são identificados como “barrageiros”, que escolheram município como parada, devido a sua localização privilegiada em relação ao acesso para as usinas de Santa Clara e Fundão, novas instalações e serviços foram sendo agregados à paisagem urbana. Foram instaladas antenas para telefonia celular no início de 2005, foram inaugurados novos serviços de alimentação e o de maior destaque, foi construído um hotel<sup>166</sup>.

O segundo ponto levantado como sendo favorável a implantação destas usinas foi a área requisitada para a construção das barragens, que desapropriou em sua quase totalidade fundos de grandes propriedades rurais que não poderiam ser utilizadas pelos respectivos proprietários por se tratarem de Áreas de Preservação Permanente, e não pequenos agricultores. A exceção se deu em apenas um lote, que comportava seis famílias, que foram indenizadas e relocadas dentro do próprio município de Candói, com lotes regularizados<sup>167</sup> e auxílio para algumas safras<sup>168</sup> e construção de benfeitorias.

---

<sup>166</sup> Esta postura favorável por parte de alguns segmentos da população rural também foi constatado nas barragens da Bacia do Uruguai: “sendo as barragens destinadas a atender as exigências de um modelo de desenvolvimento urbano-industrial, esta população parece estar mais sensível aos possíveis efeitos favoráveis destas obras. Há perspectivas de ganhos imediatos para os setores comerciais, imobiliários, financeiros entre outros, significativamente atraentes, para que sobretudo a população urbana indiretamente atingida se posicione favoravelmente às barragens” (SCHERER-WARREN, REIS, 1988: 40).

<sup>167</sup> Em estudos de Reis sobre os reassentados de Marmeleiro, no Paraná, a dinâmica da terra, do trabalho e da família aparece, dentre os quais aqueles que não eram proprietários e que percebem a relocação de forma

Em estudo de Bloemer, sobre a implantação da UHE Campos Novos, aparece no discurso dos entrevistados que eles teriam pouco a ganhar<sup>169</sup>, principalmente comparado com as perdas que sofreram devido ao processo de desapropriação de terras feito pelas empresas empreendedoras do projeto. No caso das Usinas de Santa Clara e Fundão, como a forma de desapropriação foi efetuada, e percebida, de maneira diferente, a questão da energia produzida voltar-se para a própria região não aparece com freqüência na fala da população local. Entretanto, salienta-se que isso se dá em relação a estas barragens, e não para outras que se localizam no entorno de Candói e que abrangem a zona rural do município, como área do reservatório de Salto Santiago, e que passaram pelos processos de desapropriação de terras similares aos que Bloemer se refere. Atualmente, nesta área, a repercussão se dá em torno da “faixa de preservação permanente” que abrange 100 metros e inviabiliza atividades econômicas no local para agricultura e pastagem. Estes reassentados, na época de construção da barragem, foram indenizados pelos empreendedores. Entretanto, relatam que muitas vezes tiveram que sair de seus locais de origem e que a terra foi vendida abaixo do seu valor de mercado. Hoje, mobilizam-se para reivindicar seus direitos, por assembléias públicas e reuniões com autoridades<sup>170</sup>.

No caso das UHEs Santa Clara e Fundão, que sofreram um processo diferente, até mesmo pela época que foram construídas, já no título do folder da Usina de Santa Clara aparece: “Do Paraná, mais energia elétrica para o Brasil”, evidenciando que o foco da energia produzida é o território brasileiro, não se

---

benéfica. É a possibilidade de se transformarem em colonos, de maneira completa, e assim “nas observações a respeito da policultura que, apesar de ser a única saída para garantir sua reprodução social nas adversas condições ambientais locais, é pensada também como um valor, como parte de sua tradição, como algo que sabiam e queriam praticar, porque garantia sua auto-suficiência; na reafirmação de disposição para o trabalho e para a poupança, e na expectativa de ascensão social” (REIS, 2001a: 161).

<sup>168</sup> Foram três safras, segundo comunicação oral feita por alguns empreendedores da obra, realizadas durante entrevistas em agosto de 2006 e janeiro de 2007.

<sup>169</sup> “os atingidos nada ou muito pouco teriam a ganhar com a implantação das hidrelétricas, considerando-se que a maior parte da demanda por energia é de centros industrializados” (BLOEMER, 2001: 114).

<sup>170</sup> A Constituição da República do Brasil, de 05 de outubro de 1988: “determina que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência (Art. 5º, LXXIII). Determina que são funções institucionais do Ministério Público: promover, privativamente, a ação penal pública; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (Art. 129, I, III e V). Determina que os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (Art. 232)”.

restringindo à própria região de implantação das barragens. Título que se refere, inclusive, a forma de repasse da energia elétrica em território brasileiro, chamado de *pool*. Esse termo significa que o modelo seguido pelo setor elétrico brasileiro na atualidade é fragmentado, ou seja, separa a geração da transmissão.

Desta forma, a energia elétrica é gerada por uma empresa e é repassada para um grande conglomerado onde se concentra a energia elétrica produzida por outras UHEs de todo o Brasil. Outra empresa, ou a mesma que gerou a energia, pode comprá-la e esta, portanto, será a responsável por transmiti-la ao usuário. Note-se que a empresa geradora pode, mas não necessita, comprar a energia que produziu. Sendo assim, a energia gerada pode ser utilizada e consumida longe da área onde foi produzida, inclusive sendo destinada ao exterior<sup>171</sup>.

Todavia, isso não é destacado pela população local, talvez como consequência do processo de utilização do território a ser empregado pelo empreendimento, que utilizou fundos de propriedades grandes rurais ao invés de lotes de pequenos agricultores. Para a população local é destacado que “a cidade cresceu”, “agora tem hotel novo” e que “agora aqui pega celular”. Já no discurso dos chamados “barrageiros”, é comum destacarem a magnitude da obra, o grau de modernidade dos equipamentos usados, e percebida como sendo “importante”, que “traz progresso para a região” e que “ninguém pode ficar sem luz”.

Essas noções de desenvolvimento e progresso fazem parte da agenda do setor elétrico brasileiro, sendo a primeira temática considerada bastante problemática por Diana Antonaz, que estudou a trajetória de algumas personalidades proeminentes do setor elétrico e as respectivas representações que envolvem os integrantes desta área de atuação<sup>172</sup>.

---

<sup>171</sup> Antonaz formula a crítica a este modelo: “a separação da geração da transmissão licitando cada uma para grupos de empresas – um grave erro que implicará em sua desfiguração, dificuldades em operação, falta de segurança e elevação dos custos como consequência da separação do ‘monopólio natural’. Para controlar e coordenar o sistema, torna-se necessário, então, promover a criação de uma série de órgãos, com diretores, superintendente, sede, que geram custos a serem embutidos na tarifa de energia elétrica” (ANTONAZ, 2005: 162).

<sup>172</sup> Como destaca Antonaz: “Apesar das diferentes abordagens, os temas discutidos pouco variam: desenvolvimento, democratização do acesso à energia elétrica, poder de controle sobre o sistema, bem como outras destas decorrentes: formação de demanda e consumo, “apagão”, relação público x privado, custos” (ANTONAZ, 2005: 156).

Primeiramente a autora aponta que o termo desenvolvimento pode ter diferentes significados por parte de quem os emprega, sendo que a visão geral formulada pelos trabalhadores especializados do setor elétrico é a de que a instalação de usinas hidrelétricas pode modificar e “desenvolver” as localidades onde estas estiverem instaladas, sem levar em consideração, entretanto, os reais anseios da população local, vistas como sujeitos abstratos<sup>173</sup>.

Desta forma, o primeiro tipo de desenvolvimento consiste na elevação do consumo familiar, ao que Antonaz se refere como “desenvolvimento econômico voltado para o social”<sup>174</sup>, que implica na expansão contínua do setor elétrico e aponta que para este modelo, o baixo consumo de energia nos domicílios é um indicador de pobreza<sup>175</sup>.

Já o outro modelo de desenvolvimento pelo qual os representantes do setor energético se referem diz respeito a lógica do mercado, ou seja, quais serão os investimentos, internos e externos, que a implantação de usinas hidrelétricas traria para o país. Para tanto, ressalta Antonaz, é preciso que a energia seja estável, abundante e barata, capaz de ser atrativa para os investidores<sup>176</sup>.

O processo de desapropriação territorial e de indenização pode ser considerado como um dos elementos favoráveis para a construção destes empreendimentos, assim como a forma de tecer relações com segmentos da população local. Outro ponto é que foram feitas benfeitorias dos empreendedores das obras em parceria com a prefeitura, criando um relacionamento amistoso entre estas partes envolvidas no processo. Se levarmos em consideração que em

---

<sup>173</sup> “Conforme discursos dos técnicos, a própria implantação das hidrelétricas teria o efeito indutor de mudar as realidades locais, que, de modo geral, a seu ver, se caracterizam por atraso e miséria” (ANTONAZ, 2005: 159).

<sup>174</sup> Desta forma “o investimento em novas usinas poderia ser bastante modesto enquanto que o principal seria feito em linhas de transmissão, subestações e distribuição, na melhoria de eficiência dos usos finais de eletricidade e visaria principalmente a universalização do consumo e ramos de produção econômica que não sejam eletro-intensivos” (ANTONAZ, 2005: 160-161).

<sup>175</sup> Entretanto, este modelo apresenta problemas, sendo o principal deles o aprendizado da população nos tempos do “apagão” em conter o consumo de energia, sendo que “Grande número de pessoas aprendeu não apenas como poupar energia numa situação de crise, mas também, como pagar contas mais baixas e liberar recursos para outros tipos de consumo” (ANTONAZ, 2005: 160).

<sup>176</sup> Já a segunda tendência “prevê investimentos maciços na construção de grandes e médias usinas, enquanto que os custos de transmissão e distribuição seriam relativamente baixos, uma vez que as linhas de transmissão seriam dirigidas para os principais pontos de consumo” (ANTONAZ, 2005: 161). Entretanto, independentemente do tipo de desenvolvimento ao qual os representantes do setor elétrico possam estar se referindo, enfocados no meio social ou econômico, em comum estes têm “a) a necessidade de investir maciçamente no aumento da oferta de energia; b) os efeitos ambientais e sociais podem ser ‘mitigados’ - quer dizer, não evitados, e representam o custo a ser pago pelo desenvolvimento” (ANTONAZ, 2005: 161).

ambientes rurais, alguns temas adquirem relevância, como a valorização da terra, da família e do trabalho pode-se compreender melhor estas colocações.

Certamente estes elementos não excluem a existência de conflitos, mas fazem com que estes sejam apaziguados pelas vantagens oferecidas pelos empreendedores em relação aos atingidos. As situações conflituosas neste caso sempre estiveram permeadas por boatos ou conversas informais. Em uma certa ocasião eu estava em Candói na época em que alguns indivíduos de uma das famílias de pequenos agricultores atingidos que precisaram ser relocados e que buscavam amedrontar os empreendedores e os funcionários das obras fazendo “tocaias” armados de rifles, no mato que circundava a estrada para uma das usinas, juntamente com ameaças diversas a alguns “barrageiros”.

Aponta-se que neste caso, por envolver integrantes que precisariam se relocar e por trabalharem com o regime de agricultura familiar, pode-se pensar que nesta situação o conflito está diretamente relacionado com a territorialidade e as suas implicações nas visões de mundo do grupo em questão. A terra, em ambientes rurais, é capaz de articular os valores camponeses, tais como: trabalho como fornecedor do senso de honra, divisão de trabalho no interior da família, relações de vizinhança e familiares, dentre outras.

Com a necessidade da relocação, apesar desta não ter se constituído como regra para a construção das referidas usinas, o lote que comportava estas seis famílias foi indenizado sendo que cada uma delas se mudou para o próprio município de Candói com lotes “individualizados” e regularizados. Entretanto, rompe-se a rede de sociabilidades tecidas no interior deste lote pelos membros destas famílias, portanto, mais do que relocar-se, trata-se de reconstituir-se em novos espaços e de construir novas relações sociais. Por outro lado, foi comentado que os elementos que deram início ao conflito já tinham esta “fama de briguentos” e de “arrumar confusão”.

Em outro caso, por vários motivos, sendo o principal deles indicado na época como o pagamento de indenizações trabalhistas, parte do contingente operacional de uma das empresas ensaiaram uma greve e fecharam as estradas de acesso para ambas as usinas. Este episódio ocorreu na última saída de campo que acompanhei

como integrante da equipe que realizava trabalhos de Salvamento Arqueológico na área da UHE Fundão, em janeiro de 2006.

Era sexta-feira e o tempo se mostrava ideal para a retomada do trabalho em um dos pontos marcados pela arqueóloga coordenadora do pesquisa. Como a volta para Curitiba estava agendada para o dia seguinte e havíamos escutado comentários de uma possível paralização por parte do contingente operacional de uma das empresas que realizavam a obra, nos deslocamos bem cedo para o ponto escolhido, tomando a precaução de vir pela estrada de acesso secundária, que liga a UHE Santa Clara com a UHE Fundão, e não direto pela última barragem, como o usual.

Entretanto, assim que chegamos na área e tínhamos descarregado o material, começamos a escutar, e ver, um grande número de carros de trabalhadores de escritórios da UHE Fundão voltando para Candói pela estrada de acesso que liga as duas usinas, e vários “barrageiros” nos avisaram da possibilidade concreta de que os trabalhadores que ensaiavam a paralização fechassem também o outro ponto de acesso, impossibilitando a entrada e a saída de qualquer pessoa. Logo, recolhemos todo o material e voltamos para o centro urbano de Candói junto com o fluxo, esperando por uma definição.

Não passava das 10h quando chegamos na cidade e no caminho, observando muitos carros de empresas relacionadas à obra na panificadora ao lado da rodovia, paramos, esperando encontrar ali alguém que pudesse nos fornecer alguma nova informação. E a padaria se apresentou então como algo a mais do que apenas um estabelecimento comercial, pois ela foi, naquela situação, um ponto de encontro daqueles que estavam relacionados à obra e tinham retornado mais cedo devido aos acontecimentos.

Ela foi vista como um ponto de comunicação, em uma circunstância específica, de uma das categorias que compõe o cenário, os “barrageiros”, enquanto as barragens em si, seu ambiente e contexto, possibilitam a emergência dos conflitos, tanto em relação a tópicos que dizem respeito à “população local”, quanto a interferência de empreendimentos deste porte em seus modos de vida e aqueles

que, de uma forma ou de outra, são reconhecidos símbolos da existência destas obras, como entre diferentes segmentos do próprio grupo dos “barrageiros”.

Apesar destas situações indicarem a presença de conflitos, estes eram geralmente escondidos no dia-a-dia. No primeiro caso, nunca mais voltei a escutar nada sobre o assunto depois dos comentários na época, sendo conduzida também desta forma a segunda situação citada.

De uma forma mais geral, pela forma que foram feitas a grande maioria das desapropriações para a construção dos empreendimentos, que abrangeram fundos de fazendas, estes foram bem recebidos pela população local, inviabilizando inclusive demonstrações públicas de descontentamento da população e manifestações de movimentos sociais. Por outro lado, a manifestação do conflito aparece em situações isoladas, envolvendo pequenos agricultores e a forma de desapropriação e no outro caso, em função de reivindicações trabalhistas. Desta forma, no primeiro caso, pode-se pensar que as instâncias que comportam o conflito não estão na desapropriação em si, mas nos valores que envolvem a territorialidade em ambientes rurais e nas mudanças que as obras implicam, principalmente no que concerne a maneira de construir as redes de solidariedade e as relações sociais.

A relação conflituosa que envolve obras de engenharia e populações locais foram analisadas em diversos estudos. Em laudo antropológico de impacto socioambiental, realizado para o Aproveitamento Hidrelétrico Quebra-Queixo, sobre a Terra Indígena Xapecó / Santa Catarina, Ricardo Cid Fernandes destaca que o aumento de veículos na rodovia que cruza a comunidade Pinhalzinho, composta por integrantes da etnia Kaingang, se constitui a principal reclamação e preocupação por parte de moradores, pois para esta comunidade as estradas e os caminhos fazem parte de sua dinâmica sócio-cultural<sup>177</sup>.

Em outro estudo, realizado por Cecília Helm, sobre a relação dos índios da Terra Indígena Mangueirinha e a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, construída no curso do rio Iguaçu, foi destacado que os Guarani e Kaingang foram afetados, com

---

<sup>177</sup> “Segundo a estimativa do empreendedor, está programada a passagem de 8.880 veículos pesados (transporte de materiais e mão-de-obra) pela SC-480, no período de 18 meses de trabalho intenso na construção da AHEQQ. Serão aproximadamente 15 viagens por dia através desta estrada, cruzando, portanto, a comunidade Pinhalzinho” (FERNANDES, 2005: 199).

inundação de parte de suas terras e acarretando na mudança de algumas famílias para a sede de Palmeirinha<sup>178</sup>. Dentre os prejuízos apontados pela autora, salienta-se a redução do território indígena, implicando em uma área menor para o cultivo das roças, destacando que estes são indígenas agricultores que utilizam o sistema rotativo no plantio, sendo necessária a utilização de todo o território; redução da área utilizada para a caça; e para os Guarani que precisaram se deslocar para as margens da BR 373, foi preciso aumentar a produção de artesanato, pois as suas roças acabaram ficando dispostas em locais acidentados, o que não podia garantir uma boa produtividade<sup>179</sup>.

Também destaca-se que como uma das implicações da instalação da UHE Campos Novos, estudada por Neusa Bloemer, foi a relocação e o reordenamento regional de segmentos da população local, composta por pequenos agricultores, ocasionando um processo de desestruturação e reestruturação das relações sociais e da organização territorial daqueles que foram atingidos, desfazendo os laços de reciprocidade e solidariedade entre as famílias em questão<sup>180</sup>.

Já Maria José Reis apresenta em seu estudo o processo de construção dos laços físicos e sociais e o processo produtivo adotado pelos pequenos agricultores reassentados em Marmeleiro, no Paraná, e em Campo Erê, em Santa Catarina<sup>181</sup>, por ocorrência da construção das hidrelétricas de Itá e Machadinho, localizadas no rio Uruguai, entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A autora destaca que este processo, desde o início, teve uma forte mobilização popular por parte do Movimento dos Atingidos por Barragens e, depois de reassentados, foi relatado à autora problemas quanto a qualidade do material de construção utilizado

---

<sup>178</sup> “Com a construção da barragem no rio Iguaçu, os Guarani foram os mais prejudicados. Já haviam sido expulsos dos aldeamentos Butiá e Sete Voltas e estavam vivendo às margens do rio Iguaçu. Devido às obras da Usina Salto Santiago foram removidos para uma faixa de terras localizada junto à BR-373. Em 1979, em consequência do fechamento das comportas, perderam mais uma porção da Área. Uma parte dos recursos naturais da aldeia Guarani foi devastada e a população teve de ser desalojada e reassentada em outro local. Os impactos abalaram sua organização social, pois 22 famílias perderam suas casas, roças e benfeitorias. Alguns migraram para outros postos indígenas à procura de parentes e da ‘terra sem males’” (HELM, 2001: 61).

<sup>179</sup> HELM, 1982: 138.

<sup>180</sup> “Em decorrência, a elas cabe abandonar os lugares historicamente ocupados, e migrar compulsoriamente em busca de outros, onde possam se estabelecer” (BLOEMER, 2001: 96).

<sup>181</sup> Foram 32 famílias reassentadas em Marmeleiro, a partir de agosto de 1987, e 50 em Campo Erê, a partir de 1990 (REIS, 2001a: 121).



pela Eletrosul nas novas moradias e constantes sentimentos de desconfiança e de desunião por parte dos integrantes<sup>182</sup>.

#### 4.2. Candói e os “estudos de comunidade”

Mendras<sup>183</sup> faz uma diferenciação do agricultor para o camponês<sup>184</sup>, que é percebida a partir da forma de trabalhar a terra e de se relacionar com a sociedade envolvente. Enquanto a autonomia da coletividade local do agricultor é nula, pois a produção é voltada para o mercado, a do camponês é relativa, pois sua economia mescla mercado com auto-consumo. E esta unidade de produção com consumo pode ser associada ao que é considerado neste trabalho como agricultura familiar.

Seguindo por este caminho, cabe salientar que a zona rural de Candói apresenta estes dois modelos propostos por Mendras, de um lado fazendas que produzem principalmente soja, ou agricultores maiores que trabalham com uma maior variedade de espécies, em uma produção voltada exclusivamente para o mercado e por outro lado, pequenos agricultores que produzem e consomem em um espaço limitado de terra. Mendras aponta para pontos recorrentes para se pensar a vida no meio rural: a família, a relação com a terra, o trabalho e as coletividades

---

<sup>182</sup> “Confiança e união seriam, assim, no discurso desses reassentados, decorrentes do ‘conhecer’ e, também, ao que parece, do conhecer culturalmente, na medida em que os reassentados referem-se a diferentes espaços, alguns deles demarcados religiosamente. Conhecer e reconhecer, todavia, dependeriam, em sua perspectiva, de tempo ... E era no tempo que apostavam para que fossem urdidos os fios mais significativos do novo tecido social, com base em sua vivência comunitária anterior, como colonos no Alto Uruguai” (REIS, 2001a: 136).

<sup>183</sup> (MENDRAS, 1978).

<sup>184</sup> Klaas Woortmann entende a campesinidade como uma reunião de valores morais que estão presentes em ambientes rurais e que se encadeiam no universo camponês, como a valorização da terra, dos grupos domésticos, do trabalho e da honra. Além disso, para este autor, o campesinato é uma forma de economia, ou seja, o modo de produção está articulado com o de consumo, apresentando uma lógica própria e específica. Apesar de estar inserido em uma economia envolvente, as categorias do capitalismo não se aplicam a campesinidade e, para pensá-las, deve-se levar em consideração os valores que são evocados no universo camponês (WOORTMANN, 1990).

locais. Além disso, é preciso pensar em um contínuo, articulando os meios rurais e urbanos a partir da manutenção e transmissão de valores camponeses.

No Brasil, os chamados “estudos de comunidades”, realizados principalmente entre as décadas de 1940 e 1960<sup>185</sup> buscavam compreender os pequenos agrupamentos urbanos em localidades rurais e as relações que estas comunidades mantinham e de que forma estas se modificavam, mediante a convivência com grupos urbanos de centros industrializados<sup>186</sup>. Os “estudos de comunidades” também procuravam ser comparativos. Poderia ser a comparação de uma situação anterior para a atual, o meio rural e o meio urbano ou entre comunidades vistas como mais “tradicionais” e outras nem tanto<sup>187</sup>.

A pergunta central<sup>188</sup> que aparecia nestas pesquisas era como a sociedade urbanizada e industrializada poderia alterar a estrutura social de grupos vistos como praticamente isolados de grandes centros urbanos. Subjacente a isto estava a preocupação com a assimilação e a aculturação, vistas como capazes de criar crises, novas configurações sociais, desequilíbrios e desigualdades sociais. Cabe portanto salientar que este foi um dos ramos de estudos antropológicos influenciados pela Escola Sociológica de Chicago<sup>189</sup>. As pesquisas então, eram

---

<sup>185</sup> “Por ‘estudos de comunidades’ temos em vista aquêles levantamentos de dados sôbre a vida social em seu conjunto, relativos a uma área cujo âmbito é determinado pela distância a que se situam nas várias direções, os moradores mais afastados do centro local de maior densidade demográfica, havendo entre os moradores do núcleo central e os da zona circunjacente, assim delimitada, uma interdependência direta para a satisfação de, pelo menos, parte de suas necessidades fundamentais” (NOGUEIRA, 1955: 95).

<sup>186</sup> Estes procuravam também prover dados para a implantação de medidas educacionais e sanitárias por profissionais de outras áreas para “uma ação coordenada e cooperativa dêsses diferentes especialisas, quando tenham de atuar na mesma área e sôbre o mesmo grupo populacional” (NOGUEIRA, 1955: 98). Também para Ianni “não se trata apenas de conhecer a realidade, mas sim de agir sôbre ela, ao menos nos setores que afetam diretamente as possibilidades de sobrevivência física das populações e o seu ajustamento produtivo às condições econômico-sociais e culturais emergentes” (IANNI, 1961: 114).

<sup>187</sup> “Em três das seis regiões do Estado, escolheu-se para investigação intensiva, uma povoação “tradicional” que guardava certas instruções e traços culturais característicos da região; em cada região uma outra povoação mais “progressista”, onde a mudança de cultura parece ser mais rápida, foi escolhida para comparação” (WAGLEY, AZEVEDO, 1951: 229).

<sup>188</sup> Para Willems “a civilização urbano-industrial realmente transformou a estrutura das comunidades em aprêço? Em caso afirmativo, quais foram essas transformações? Relacionam-se elas com mudanças estruturais?” (WILLEMS, 1960: 113). Já em outro estudo do autor, realizado em 1947 entre os caiçaras da Ilha de Búzios, no litoral fluminense, a questão era “se, ou até que ponto, a comunidade de Búzios é uma sociedade ‘desorganizada’” (WILLEMS, 2003: 179), sendo esta desorganização social vista como uma “expressão relativa e todas as sociedades se deparam com tensões e antagonismos internos”(WILLEMS, 2003: 180), notadamente sob a influência da Escola de Chicago.

<sup>189</sup> “O empiricismo que envolve a abordagem da Escola de Chicago resulta no intuito de buscar soluções concretas para uma cidade caótica, marcada por intenso processo de industrialização e de urbanização” (SANT’ANNA, 2003: 93). No Brasil a Escola Sociológica de Chicago influenciou “a) relações raciais (negros,

focadas em grandes mudanças, como aquelas acarretadas pela intensa industrialização e urbanização, capazes de resultar em altos índices demográficos, migração e, dentre outros, em uma infra-estrutura precária e pobreza de uma parcela significativa da população. Desta forma, tendo as cidades como o espaço primordial de estudo, estas pesquisas procuravam apontar os desajustamentos e as “patologias” sociais.

Oracy Nogueira foi um dos precursores dos estudos de comunidade no Brasil. Em seu estudo “Família e Comunidade: um estudo sociológico de Itapetininga”, realizado em um município do interior do estado de São Paulo, sendo realizado o trabalho de campo entre os anos de 1947 e 1956. Este autor salienta que esta seria uma pesquisa para fins comparativos com outras comunidades, buscando identificar as suas semelhanças ou diferenças mediante a relação com grupos urbanos de centros industrializados e “integrando-os num quadro geral e lógico capaz de dar ao leitor uma visão tão completa quanto possível do processo de formação e transformação da comunidade local até suas condições presentes”<sup>190</sup>. Neste estudo, Nogueira apresenta algumas das principais orientações teóricas vigentes na época ao se trabalhar com esta temática, tais como: relação com outras pesquisas, interdisciplinariedade com outras áreas, necessidade de compreensão do todo da vida social e também salienta elementos importantes para a compreensão do meio agrário, principalmente a disposição dos bairros rurais, a divisão do trabalho no interior da família e as migrações do meio rural para o urbano<sup>191</sup>.

Nos últimos anos os “estudos de comunidade” têm recebido uma forte crítica<sup>192</sup>, notadamente sobre as tentativas de formular possibilidades para as sociedades em questão, idéias assimilacionistas e de aculturação subjacentes e da

---

brancos e imigrantes), b) estudos de comunidade (pequenas cidades rurais) e c) estudos na cidade (principalmente São Paulo)” (MENDOZA, 2005: 441).

<sup>190</sup> (NOGUEIRA, 1962: 12).

<sup>191</sup> (NOGUEIRA, 1962: 280-281).

<sup>192</sup> Ainda no início da década de 60, Ianni já apontava para algumas limitações dos estudos sobre comunidades da forma que estavam sendo realizados no Brasil, principalmente quanto ao tipo de recorte escolhido pois “se perde de vista o fato de que êsse tipo de aglomerado humano é somente um entre vários focos de observação de fenômenos e processos cujas manifestações, condições de emergência e tendências devem ser conhecidas” (IANNI, 1961: 116) e quanto à excessiva fragmentação em “habitat, população, técnicas de subsistência, isolamento e contato, linguagem, etiqueta” (IANNI, 1961: 117) dentre outros que para este autor prejudicariam o valor interpretativo do estudo. Na atualidade, a crítica enfoca também a perspectiva ecológica e funcionalista das pesquisas e as categorias de assimilação e aculturação formuladas (MENDONZA, 2005: 459).

orientação funcionalista de suas análises<sup>193</sup>. Entretanto, estes estudos tiveram uma importância fundamental para o estudo atual de sociedades rurais, pois puderam apontar para temas relevantes como: migrações do campo para a cidade, relações de parentesco e vizinhança, mutirões, dentre outros.

Como exemplo significativo, aponta-se para o estudo sobre comunidades realizado por Antonio Cândido, intitulado “Parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida”, que é uma pesquisa constantemente apontada ao se pensar sobre trabalhos em comunidades rurais. Publicado inicialmente em 1964, com sua pesquisa de campo realizada no município de Bofete, em São Paulo, este estudo é ainda atual por discutir temas como: a busca de terras livres por sitiantes e a conseqüente migração que este movimento implica, as relações de vizinhança e familiares e os seus arranjos sobre as formas de trabalho possíveis, o mutirão visto como um sistema de reciprocidade, a religião como articuladora de processos de sociabilidade e sobretudo, a interdisciplinariedade na escrita, dialogando com a história e utilizando recursos estatísticos. Todavia, assim como outros estudos sobre comunidades, a orientação funcionalista é marcante<sup>194</sup>, assim como pela busca por um ponto de equilíbrio<sup>195</sup>.

A pergunta de hoje recai então em como estas comunidades lidam com as mudanças impostas por grandes centros urbanos e como põem em prática mecanismos e estratégias para conduzir as suas relações sociais perante o “outro” e não mais para a busca de uma organização ou de uma estrutura que poderia ser passível de ser perdida.

---

<sup>193</sup> Para Malinowski, a compreensão da coletividade dependia da análise de todas as partes da sociedade. Este autor via o social como a soma das funções, onde as esferas econômicas, sociais, políticas, entre outras, se interligavam e se completavam, encarando a sociedade com dimensões conectadas. (MALINOWSKI, 1978).

<sup>194</sup> “Dir-se-á então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo” (CANDIDO 1977: 27).

<sup>195</sup> “O equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação” (CANDIDO, 1977: 23).

### 4.3. A terra, a barragem e a liberdade

Em uma entrevista realizada a um jovem de 25 anos, morador de Chopinzinho, mas com laços familiares em várias cidades da região, inclusive em Candói, alguns valores apontados em estudos em meios rurais aparecem. O entrevistado contou-me que se mudou da casa dos pais, onde ajudava na produção agrícola, para fazer faculdade de Administração de Empresas, com o intuito de aprimorar as técnicas produtivas do trabalho com a terra e futuramente voltar à lavoura, onde poderá garantir a sua autonomia<sup>196</sup>. Paralelamente, casou com uma moça da mesma cidade e trabalha envolvido com outros parentes, em um sindicato rural.

*“G – Tua família trabalha com o que?*

*E – Lavoura. Sempre.*

*G – E faz tempo que você trabalha aqui?*

*E – Três anos, mas a tendência é voltar para a lavoura.*

*G – Por quê? Você não está gostando?*

*E – Não, meu serviço é bom. Só que, eu vejo hoje, apesar dos imprevistos, da seca que afetou o pessoal... mas eu ainda vejo a lavoura como a melhor saída. Você trabalha na cidade mas você é mandado e tem aquele salarinho por mês... Eu sempre falo isso, você gasta aquilo lá e já se foi o teu dinheiro. Então eu vejo meu pai, se você trabalhar com uma diversidade de coisas, de produção, digamos assim, você possa ser afetado por um lado, mas o outro lado te salva. Então eu ainda vejo a lavoura como melhor opção.”*

A inclusão pretendida pelos pequenos agricultores, segundo Mendras, visa perpetuar o sistema, manter seu gênero de vida, possibilitando a continuidade da família, do grupo doméstico e da linhagem. Dois pontos devem ser levados em

---

<sup>196</sup> “Ter a terra, porém, como deixam claro diferentes depoimentos, significa ampliar as possibilidades de ganhos. Significa livrar-se da exploração e do jugo do proprietário-patrão; significa a possibilidade de morar, criar raízes, ter seu ‘lugar’; significa, ainda, a perspectiva da herança da terra para os filhos” (REIS, 2001a: 160).

consideração aqui. O primeiro diz respeito ao valor que a terra adquire no mundo rural, seja como bem simbólico ou associado ao trabalho. A terra é um capital inativo que adquire sentido quando associado ao trabalho, que para o pequeno agricultor oferecerá subsistência para a sua família e poderá gerar lucro, geralmente associado às cooperativas.

Entretanto, a associação a cooperativas pode levar a relações contraditórias, pois se por um lado é preciso delas para vender, por outra o preço obtido é muitas vezes relatado como sendo injusto, gerando possíveis desconfianças. Porém, esta relação com o capitalismo supre um problema usualmente relatado, que é a possibilidade de relacionar as dificuldades do pequeno agricultor em obter financiamentos, e que para serem pagos dependem do sucesso da safra, com o problema da estiagem. As cooperativas são, desta forma, uma das saídas encontradas pelo pequeno agricultor para a manutenção da vida no campo.

O segundo ponto que gostaria de apontar é a tentativa, em comunidades rurais, de se organizarem em torno do grupo doméstico, dos parentes e dos compadres, a partir de linhas rurais<sup>197</sup>. Mais uma vez, associado à terra. Essa tentativa de agregar, aumentar o núcleo familiar e a conseqüente força de trabalho sobre a terra e fortalecer o grupo perante os demais, muitas vezes é feita a partir do estabelecimento de filhos no mesmo terreno, em lotes próximos, ou a partir da divisão do lote. Além de tornar o núcleo familiar mais forte, isso possibilita perpetuar a família e manter o gênero de vida.

Em entrevista realizada em julho de 2005, com uma agricultora de cerca de 60 anos, na localidade Cachoeira, zona rural de Candói, esta relação de proximidade entre parentes aparece:

---

<sup>197</sup> Em estudo sobre a hidrelétrica Campos Novos, em Santa Catarina, Bloemer destaca que a maioria da população rural dos municípios afetados pelo empreendimento é composto por produtores familiares, que praticam a agricultura de subsistência associada à produção para o mercado, em regime de policultura, e se auto-identificam como “colonos” ou “italianos” e “brasileiros”. Para esta autora “ambos os grupos convivem em espaços contíguos, os ‘lotes’ ou ‘propriedades’ familiares – áreas ao mesmo tempo de moradia e de produção. Essas áreas, juntamente com determinados bens comunitários – escola, igreja, salão de festas, etc. – constituem as localidades denominadas de ‘linhas’ que, por abrigarem uma coletividade, são, também, referidas como ‘comunidades’” (BLOEMER, 2001: 95-96). A autora salienta ainda que estas linhas não são constituídas apenas por sua base territorial, mas pelo sentimento de pertença à localidade, existente em seus moradores, capaz de intercambiar famílias e pessoas.

*“G – E os filhos, hoje, continuam trabalhando com a terra ou eles foram para a cidade?”*

*E – Não, eles trabalham com a nossa terra. Um deles paga renda, o outro agora está mais para cima, também aqui na Cachoeira. Uma das filhas tá lá no Rio Grande do Sul, casou com um do Rio Grande do Sul e foi morar lá e a última mora aqui, eles pediram para nós a terra, se nós dava um pedacinho de terra para ela vir morar perto.*

*G – E os seus filhos, casaram com pessoas daqui da região?”*

*E – Sim, todos daqui da Cachoeira e de Candói, e aquela outra filha, tinha um vizinha aqui, daí o irmão dela vinha passear e se conheceram, namoraram uns dez anos e casaram, foram morar para o Rio Grande.”*

E na dimensão deste contexto, foram percebidas essas singularidades que fizeram com que a população local recepcionasse bem estas novas instalações e conseqüentemente, aqueles que estavam envolvidos com a construção das obras<sup>198</sup>, pois este relacionamento amistoso entre empreendedores e população local está diretamente relacionado com a forma de desapropriação de propriedades para a construção das usinas. Se, ao utilizar em sua grande maioria, Áreas de Preservação Permanente de grandes fazendas, o pequeno agricultor pôde continuar articulando a terra, o grupo doméstico e o trabalho, sem necessitar romper com as suas teias de sociabilidade encadeadas por estes três aspectos que se constituem como fundamentais em sociedades rurais<sup>199</sup>.

Se verificarmos na bibliografia específica quanto a pesquisas realizadas em ambientes rurais, percebe-se que certos temas são recorrentes e que, a partir deles, uma vasta gama de assuntos e interesses são desenvolvidos. O primeiro deles já foi

---

<sup>198</sup> Reis destaca que “a implementação de grandes usinas hidrelétricas resulta de iniciativas complexas e multi-dimensionais que compreendem aspectos econômicos, técnicos, políticos, sócio-culturais e ecológicos, relacionado em um intrincado jogo de mútuas interações e condicionamentos” (REIS, 2001b: 95), salientando também que empreendimentos deste porte englobam um grande contingente de mão-de-obra e vultuosos movimentos de capital, além de um vasto repertório de atores sociais. Dentre estes atores estão as “instituições financeiras nacionais e internacionais, a corporação consorciada responsável pela execução do empreendimento, as empresas de consultoria e as populações regional e local, que ocupam as áreas destinadas a alojar as obras em questão” (REIS, 2001b: 95).

<sup>199</sup> Mendras (1978), Wolf (1961), Woortmann (1990a).

abordado anteriormente e diz respeito a “terra”. O segundo deles é a relevância da “família”.

Chamamos então de campesinato<sup>200</sup> a produção familiar conjugada com o consumo e a comercialização, onde podem ser encaixados os pequenos agricultores desta região paranaense. Este caráter de produção e consumo está centrado na economia familiar de policultura e, para tanto, é necessário abarcar um ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico amparado pelas mesmas concepções ideológicas. Entretanto, este universo de valores compartilhados não se restringe unicamente a uma unidade localizada estritamente em meio rural, pois também podem ser percebidas em ambientes urbanos e, neste caso, estes valores permeiam o cotidiano e a memória de habitantes da zona urbana de Candói.

Durante o trabalho de campo foi percebido, tanto em entrevistas como em conversas informais, principalmente durante a fase de desmatamento da área da Usina de Fundão, que muitos membros dos grupos domésticos haviam migrado em caráter permanente para pólos industriais, principalmente para Santa Catarina, ou que trabalhavam temporariamente como mão-de-obra nas construções das usinas e, apesar do outro trabalho, mantinham a lavoura. Pode-se então pensar a associação entre os grupos camponeses como expulsões de mão-de-obra em determinados momentos, que podem ser periódicos ou permanentes, para a manutenção do grupo. Sobretudo enfatizando a “multiatividade”, pois com indivíduos “fora” se pode manter o grupo, seja por suporte financeiro em momentos de dificuldade na lavoura, como para comprar terra e poder se encaixar no modelo camponês<sup>201</sup>.

Isso nos leva então a uma contradição. Se existe uma valorização do núcleo familiar, como são vistos aqueles aparentemente sem famílias, como os “barrageiros”? Em qual momento se dá a tensão entre a população local e os “barrageiros”? A partir de depoimentos e de conversas informais com a população local, foi constatada a importância do núcleo familiar e as relações do cotidiano tecidas em torno da família. Se há uma divergência em torno das concepções de formação do núcleo doméstico, entre os de dentro e os de fora, pode-se pensar que

---

<sup>200</sup> Klaas Woortmann trabalha com a idéia de campesinidade amparada pelo valor da família e escreve: “não me centro na produção de bens materiais pela família, mas com a produção cultural da família enquanto valor” (WOORTMANN, 1990a: 13).

<sup>201</sup> (WOLF, 1961).



muitas vezes, em situações como as apresentadas aqui, as divergências se concentram em torno das diferentes formas de se pensar as relações familiares, a terra, o trabalho e os significados que estes possuem para cada um dos grupos. Aparentemente, as situações conflitivas aparecem quando há interferência no modo de vida ocasionado pela alteração territorial não acertada entre as partes envolvidas, de um lado os empreendedores e de outro a comunidade. Por outro lado, a imaginada “falta de família” em um ambiente onde esta temática é absolutamente relevante e encadeadora de diferentes relações sociais, faz com que o grupo dos “barrageiros” seja visto com desconfiança perante o da população local. Mas neste caso, a hostilidade de um grupo perante o outro é encoberta.

Ressalta-se que os conflitos, nesta situação específica, excetuando-se os relatados anteriormente, como o da greve dos trabalhadores operacionais de uma das companhias consorciadas e o do confronto de alguns indivíduos isolados, estes se mostram latentes e não são facilmente identificáveis, ou fortemente explicitados. Isso pode acontecer, talvez, pelo fato de que diferentemente de outras situações de construção de usinas, aqui não foram desapropriados vastos contingentes da população local, ou que tiveram a interferência de movimentos sociais, sem esquecer que neste caso a questão indígena e de comunidades quilombolas não foi apontada como sendo problemática<sup>202</sup>.

A argumentação deste capítulo foi iniciada com a colocação de que as usinas foram bem recebidas tanto pela população como pelo governo locais. Entretanto, é necessário retomar a relação da terra, do trabalho e da família para os candoianos para encadear com as diferentes formas de se pensar o mundo entre as categorias de análise desta pesquisa.

A ordem moral ao invés da ordem econômica que a campesinidade apresenta recai em uma lógica própria para as sociedades camponesas<sup>203</sup>. Conforme apresentado, a campesinidade é uma reunião de valores morais em que estão constantemente articulados a família, a terra e o trabalho. A terra se apresenta como uma condição para o trabalho e para a noção de liberdade. E é pelo trabalho, e pelo senso de honra, que se faz liberto o homem e o transforma em pai de família em

---

<sup>202</sup> Segundo as informações dispostas nos EIA-RIMAs das referidas usinas.

<sup>203</sup> (WOORTMANN, 1990a).

uma hierarquia familiar. A terra, portanto, além de seu significado utilitarista, constrói relações sociais. Na roça e no mato se trabalha e, mais uma vez, é pela terra que se garante o sustento familiar, seja plantando, colhendo, criando animais ou extraíndo lenha.

Desta forma, salienta-se a relevância da terra e dos laços familiares em ambientes rurais. Como apresentado acima, a terra garante o sustento da família e a sua autonomia e insere o homem na categoria de liberto. Para tanto, é preciso se fixar em um dado momento, mesmo que seja depois de uma migração temporária para algum pólo industrial ou depois de incursões por diferentes tipos de trabalho, como apontado neste caso sobre o trabalho braçal nas usinas que utilizou mão-de-obra local. Portanto, para ser liberto o homem necessita se fixar e ter terra para poder trabalhar, controlando o seu próprio tempo e também o seu trabalho.

Já os “barrageiros” não precisam necessariamente da terra para trabalhar. Como foi apresentado anteriormente, os “barrageiros” não são um todo uniforme e, dentro desta categoria, existem diferentes posições hierárquicas e motivações apontadas. Alguns preferem ter uma terra para trabalhar, outros preferem “montar um negócio”, já outros, não querem nem uma nem outra destas coisas, querem simplesmente se sentir mais livres, podendo controlar o seu próprio tempo. Sendo que, outros ainda, se utilizam desta categoria em alguns momentos e diante de certos interlocutores, não possuindo como motivação nenhuma das citadas anteriormente.

Quanto ao controle do tempo, este aparece para ambos, tanto para o pequeno agricultor como para o “barrageiro” quando se pensa na noção de liberdade. Em ambos os casos, a liberdade é apontada pela autonomia que se pode obter ao preferir um estilo de vida ao invés do outro. Como visto, para estes dois casos, a liberdade, a autonomia e o controle do seu próprio tempo procuram excluir a vinculação com empregos formalizados. Mas novamente aponta-se que a categoria dos “barrageiros” é bastante peculiar, pois dentre eles estão presentes também aqueles que estão vinculados a empresas e que também são vistos como “barrageiros” pela população local. Novamente, salienta-se que a identificação destes com o termo é mais rara, até porque eles preferem se identificar a partir de sua própria profissão ou da empresa onde estão empregados. Desta forma, pode-se

pensar até mesmo que quanto maior for a autonomia do indivíduo e a sua liberdade em “ir e vir”, maior será a sua identificação com o termo “barrageiro”, neste caso, excetuando-se as colocações feitas pela população local e pela própria imprensa, que muitas vezes trata de “barrageiro” aqueles que não se consideram como tal, exceto para reivindicações políticas ou em trâmites do processo decisório.

#### **4.4. O trabalho de desmatamento e os peões**

Relato abaixo a lembrança de alguns episódios vivenciados em campo e utilizados agora para a reflexão sobre as significações do que vem a ser considerado “trabalho” para a categoria dos peões.

Na UHE Fundão, em um determinado momento da pesquisa arqueológica, foi realizada a etapa de escavação em áreas potencialmente indicadoras de vestígios humanos de épocas passadas. Para tanto, um empreiteiro disponibilizou o trabalho de alguns peões, imprescindíveis para a retirada de capoeira e também de alguns grandes troncos que inviabilizavam o acesso à área. Posteriormente, alguns destes peões auxiliaram na parte da escavação. Não caberia neste texto descrever o processo de uma escavação arqueológica, com suas particularidades e técnicas, mas neste caso discorrerei sobre o contexto que envolveu esta situação.

Esta etapa da pesquisa arqueológica requer um certo esforço físico, pois a pessoa fica muito tempo na mesma posição e também é lento, pois a escavação de cada quadra é feita em camadas. Além disso, esta atividade não pode ser feita de forma brusca, sendo utilizado, para tanto, pequenas ferramentas e pincéis que não danifiquem os vestígios que forem aparecendo no decorrer do processo. Sobretudo, é uma atividade que requer paciência, pois muitas vezes não se encontra o resultado esperado na quadra em que se está e também necessita de atenção, para

não se descartar vestígios que aparecem no momento em que a terra retirada é peneirada.

De certa forma, pode-se pensar que ao se referir ao termo “esforço físico”, nem mesmo remotamente podemos comparar esta atividade ao extenuante processo de retirada e carregamento de toras de árvores de grande porte, trabalho de desmatamento que estava sendo realizado pelos peões neste mesmo período.

No primeiro dia, perguntas diversas eram feitas pelos peões que estavam colaborando com o trabalho de arqueologia, sobretudo quanto ao que estava sendo procurado era algum “tesouro” ou algo similar, pontuada pelas reações de perplexidade quando era feita a descoberta de que o objetivo era a busca de artefatos considerados por eles como sendo “sem valor”. Com o passar do tempo, e então sabendo que muitas das peças que ficavam expostas em museus eram descobertas desta forma, alguns se mostravam interessados e contavam que seus filhos já haviam visitado o Museu Regional do Iguaçu em excursões escolares. Cabe portanto ressaltar, mais uma vez, que estes peões eram da própria região e em sua grande maioria viam o trabalho que lhes havia sido ofertado nas usinas como algo temporário, pois mantinham seu trabalho na lavoura.

Durante os dias que sucederam, alguns peões “pediram para trocar”, pois preferiam continuar no desmatamento. Neste momento a perplexidade foi a dos integrantes da equipe de arqueologia. Logo, um dos peões se prontificou a responder que o colega “não gostava daquilo” e que “preferia carregar toras”.

Podemos levantar alguns pontos a partir desta seqüência de episódios, dentre as quais as representações e o imaginário popular dos peões sobre os materiais arqueológicos e as suas relações com o Museu Regional do Iguaçu. Entretanto, não cabe abordá-los neste momento, apesar de reconhecer que estes dados são capazes de fornecer uma nova discussão. Aqui priorizarei a escolha feita por alguns peões em “carregar toras” ao invés das atividades de escavação.

A interpretação é a de que a escavação em si não era considerada um trabalho por eles, ao contrário do desmatamento. Podemos pensar em alguns elementos que permeiam esta escolha, sendo o primeiro deles o emprego da “força”.

Por si só, esta palavra aparece de forma simplista, pois é reconhecido que um trabalho requer menos “força” que a outra. Mas este termo, neste caso, parece indicar uma série de valores.

Neste contexto, o esforço físico que uma determinada tarefa requer indica o quanto um indivíduo é potencialmente “forte”. Desta forma, podemos pensar que um trabalho que requer menos “força”, apesar de necessitar de uma maior paciência e atenção para os detalhes, como a escavação, indica que a pessoa é “fraca” para o “carregar toras” ou então que ela é “fraca” para o “trabalho pesado”. Sobretudo, o peão se coloca como “fraco” perante os outros peões que desempenham um trabalho que requer uma maior “força”, como o desmatamento. Pensa-se então que esta relação possa estar conectada aos atributos de virilidade e honra passíveis de serem demonstrados neste meio.

Por outro lado, como procurei apontar em outras partes deste trabalho, são poucas as mulheres que percorrem o interior da obra e, neste momento específico, o de desmatamento, quando estas transitam pelo terreno, se restringem unicamente às atividades relacionadas à pesquisa ambiental de várias áreas. Desta forma, pode-se interpretar que, ao participar de uma atividade juntamente com mulheres, indica, nas representações dos peões, que ele é “fraco” para realizar o desmatamento, onde estão os outros, considerados mais “fortes”. Esta dicotomia fraco / forte relacionada às percepções que os peões fazem em torno do que é considerado “trabalho”, abre um leque de atributos relacionados ao que estamos observando em ambientes rurais. Como visto, o mais evidente é a constatação de que, neste caso, quanto mais força é empregada para a realização de uma determinada atividade, maior é a sua associação ao trabalho.

Se dispormos estas colocações ao lado de outros estudos, realizados em meios rurais, perceberemos que esta dicotomia fraco / forte também aparece, mas ao invés de estar disposta no interior de uma obra, é colocada nas atividades relacionadas à lavoura. Neste caso, aparecendo nas relações de trabalho no interior do grupo doméstico, na oposição casa / roçado e em seu exterior, no relacionamento entre os agricultores fracos e agricultores fortes. Apesar de não me ater, neste momento, sobre esta relação entre agricultores fracos e fortes, podemos, entretanto, associá-la também neste caso, pensando que o trabalho temporário de

peão no interior de uma obra para a construção de uma usina abrigará o emprego da mão-de-obra dos agricultores fracos.

Cabe portanto, discorrer brevemente sobre como acontece a divisão do trabalho no interior do grupo doméstico em ambientes rurais e também sobre a relação de agricultores “fracos” e “fortes”.

#### **4.5. A divisão do trabalho no grupo doméstico**

Margarida Maria Moura, que estudou as relações de herança e parentesco em um grupo de uma área rural no sul de Minas Gerais, aponta para alguns elementos que permearam o tempo de sua pesquisa, dentre as quais as categorias de “sitiantes” e “lavradores” em oposição a de “fazendeiro”. Em ambos os casos, estas categorias indicavam que estes eram possuidores da “terra”, mas também apontavam para a “pouca terra” que os primeiros tinham e para a “muita terra” dos segundos. Não entraremos aqui na divisão da terra ou nas próprias relações de parentesco que a autora apresenta, mas na divisão do trabalho no interior do grupo doméstico, elemento este, destacado por Moura, como sendo capaz de organizar as relações de herança deste grupo.

Para esta autora, e no contexto que estudou, o acesso à terra se dá pela emancipação, que significa a volta do serviço militar para os homens e o casamento para as mulheres. Isto acaba por acarretar em uma propriedade jurídica capaz de comportar duas unidades de produção, dispostas, cada uma delas, pela casa e pelo roçado. Mas salienta-se que, no interior da terra, existe apenas um “pai”, ou “chefe de família”, que é o progenitor que cedeu um pedaço da terra para o estabelecimento do filho no mesmo terreno.

Pensemos então na divisão do trabalho, separado por sexo e também por idade, e que no interior do grupo doméstico estará condicionado à existência da casa e do roçado. No contexto de sua pesquisa, Margarida Moura constatou que as atividades tanto relacionadas na casa como no roçado serão considerados trabalhos e que são interdependentes, mas que também apontam para áreas exclusivas.

A casa comporta o trabalho doméstico, onde será realizado o consumo, sendo a mulher a responsável. Já o roçado comporta a produção agrícola e o responsável será o homem. O “trabalho pesado” será necessariamente realizado na roça e o trabalho doméstico será também visto como um trabalho, mas pensado sobretudo como sendo uma “ajuda” em relação ao trabalho da roça<sup>204</sup>. A autora exemplifica a situação ao discorrer sobre o arroz, elemento fundamental na dieta alimentar do grupo que estudou, indicando que a produção do arroz é uma atividade masculina e que este gênero alimentar, ao entrar na casa, já está pronto para o consumo, sendo o seu preparo uma atividade feminina. Desta forma, o homem, visto então como “provedor” e “chefe de família”, leva o produto e o preparo cabe a mulher.

Já Beatriz Heredia, em seu trabalho intitulado “A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil”, busca compreender como os pequenos agricultores pensam os processos produtivos. No contexto de sua pesquisa também aparece a dicotomia “trabalho” e “ajuda”, ressaltando que seus entrevistados geralmente indicavam que as mulheres e as crianças não trabalhavam, apesar das atribuições domésticas. Desta forma, a autora apresenta que a partir da oposição da casa e do roçado pode-se perceber a relação entre unidade de consumo e unidade de produção, pois é o roçado, como unidade de produção, que possibilita que a casa seja uma unidade de consumo. Além disso, esta autora mostra que é por esta mesma oposição que são feitas as mediações,

---

<sup>204</sup> “Separa-se o trabalho feminino do trabalho masculino de maneira radical. Ambos são denominados “trabalho” – existe, portanto, um “trabalho da casa” e um “trabalho da roça”. Um “serviço” sempre se refere ao desempenho de uma tarefa e esta pode ser “leve” ou “pesada”; refere-se, portanto, a uma tarefa específica e que faz parte de um tipo mais geral de trabalho. As lides domésticas são sempre “trabalho”, podendo ser especificadas como “uma ajuda” em relação ao trabalho na roça (MOURA, 1978: 19).

classificações, hierarquizações e também a divisão do trabalho, em masculino e feminino<sup>205</sup>. Para Beatriz Heredia:

“A concepção do que se define como *trabalho* permitiu-nos compreender e dar sentido à divisão das tarefas por sexo e, em resumo, levou-nos a compreender a oposição masculino-feminino. Esta oposição vai além de uma simples divisão de tarefas, expressando-se em outra oposição que é *casa-roçado*. Esta última é que define efetivamente as esferas do que é *trabalho* e do que não é *trabalho*. A partir dessa oposição, articulam-se e se reforçam os papéis que cabem aos membros do grupo, expressando, em essência, as esferas de autoridade” (HEREDIA, 1979: 26).

Percebe-se então, por esta relação entre casa e roçado, que há uma hierarquia entre gêneros. O roçado aparece como um local de produção, de responsabilidade masculina, caracterizado pelo “trabalho”. Já a casa, vista como uma unidade de consumo, é de responsabilidade feminina e, por sua vez, as suas atribuições não são vistas como trabalho<sup>206</sup>. Para esta autora:

“A casa é concebida como o lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, pai de família, quem através do *roçado*, providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na casa, é ele o responsável, em última instância, pela casa e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se desta

---

<sup>205</sup> Beatriz Heredia também aponta para a relação roçado / roçadinho, indicando que o último é visto como uma ferramenta para a socialização dos integrantes do grupo doméstico. Para esta autora: “além do *roçado* familiar, existem outros *roçados* chamados *roçadinhos*, que são de usufruto individual. A existência dos *roçadinhos* é um dos mecanismos, através dos quais os membros do grupo doméstico são socializados e, ao mesmo tempo, são elementos que acentuam o caráter de individualidade desses membros” (HEREDIA, 1979: 27).

<sup>206</sup> Para Beatriz Heredia “a oposição *casa-roçado* delimita a área do *trabalho* e do *não-trabalho*, assinalando os lugares femininos-masculinos relativos a essa divisão” (HEREDIA, 1979: 79).



forma o esquema de autoridade doméstica” (HEREDIA, 1979: 79).

Apresenta-se então um novo elemento que será disposto na seqüência deste texto: o “pai de família” em um modelo camponês. Procurarei então discorrer sobre agricultores fortes e fracos para posteriormente retomar estes elementos, agora relacionados com a relação de trabalho entre os peões-agricultores que procuro apresentar diante do contexto desta pesquisa.

#### **4.6. Agricultores fracos e o trabalho temporário de peão**

Afrânio Garcia Júnior<sup>207</sup> faz uma importante distinção entre agricultores fortes e agricultores fracos. Para ele, os primeiros conseguem concatenar a “agricultura” com o “negócio”, o que se refere a comercialização da produção. Estes também utilizam o “trabalho alugado” de terceiros em suas roças e sítios. Já os chamados agricultores fracos subsistem de seu próprio trabalho em suas roças e da força de trabalho que alugam para os agricultores fortes. Os agricultores fracos têm pouca terra, ou nenhuma, o que os obriga a trabalhar para terceiros ou então a procurar por trabalhos temporários, no caso desta pesquisa, o trabalho como peão de obras nas usinas.

Por outro lado, destaca-se também que não basta possuir a terra se não houver quem a cultive. Desta forma, a produção depende do emprego da mão-de-

---

<sup>207</sup> (GARCIA JÚNIOR, 1989: 56).

obra do grupo doméstico, fazendo-se necessária a participação dos filhos homens em idade produtiva nas atividades da lavoura.

Klaas Woortmaan também busca compreender esta relação, inclusive refletindo sobre as suas implicações migratórias, destacando que este movimento é uma das condições essenciais para a perpetuação do modo de vida camponês.

“Os próprios sitiantes distinguem três modalidades de migração: a migração pré-matrimonial do filho; aquela do chefe da família, de tipo circular, e a emigração definitiva. As duas primeiras são referidas como ‘viagem’, e a última como ‘saída’. Cada uma possui um significado específico, mas elas se articulam entre si, e com outras práticas de reprodução social, face à hierarquia da família, à composição do grupo doméstico e à transmissão da terra” (WOORTMAAN, 1990b: 35).

Como procuro apontar no decorrer desta argumentação, não é propriamente sobre migrações que o exemplo que postulei inicialmente se refere, apesar de ter escutado em entrevistas realizadas com candoianos, em diversas situações, que muitos de seus familiares haviam migrado, em caráter temporário ou permanente, para trabalhos em indústrias têxteis em Santa Catarina.

Neste caso, parece-me apropriado pensar na manutenção dos valores camponeses a partir do deslocamento de agricultores fracos para trabalhos temporários, como o de peão, sendo que estas diferentes atividades não são exclusivas, mas se complementam, pois é com a possibilidade do trabalho temporário que o agricultor-peão pode manter ou então concretizar a sua condição camponesa. Por outro lado, não me parece completamente excludente se pensarmos também que este trabalho temporário, por mais que seja realizado no mesmo município ou então em um município próximo, implica na obtenção de

atributos fundamentais para a manutenção dos valores camponeses, tais como os apresentados por Klaas Woortmaan ao pensar sobre as migrações.

Desta forma, neste contexto, pensemos sobre a escolha de um trabalho por um tempo determinado, visando a retomada, ou acontecendo simultaneamente, a condição camponesa, que é o trabalho na lavoura. Como visto, este trabalho “secundário” de peão, não inviabiliza o de agricultor e, sobretudo, a atividade temporária o incentiva a conquistar ou a reforçar o seu modo de vida camponês.

Reflete-se então sobre como os conceitos sobre a migração apresentados por Klaas Woortmaan se aplicam também neste contexto de pesquisa, apesar de constituírem uma situação distinta. Este autor aponta para o sentido prático da migração para agricultores fracos, dentre as quais como tática pré-matrimonial, a fim de garantir a aquisição de recursos quando estes são insuficientes para garantir o “chão de morada” do filho que virá a se casar.

“Isto poderá ser feito pela compra de terras fora do **sítio** paterno, de forma a evitar ou limitar o fracionamento deste. Quando a terra é suficiente, destina-se ao filho em vias de casar um **chão de morada** no interior do próprio **sítio** paterno, espaço esse em que será erguida a nova casa, assim como um **chão de roça** para seu uso específico, onde o jovem irá produzir para si mesmo, em vista de sua futura condição de **chefe de família**” (WOORTMAAN, 1990b: 36).

Ainda para este autor, isto seria adquirir a condição de liberto, passando por um ritual, ir para o “mundo” e vencer, sendo a comprovação da vitória o retorno com o dinheiro acumulado. Neste processo simbólico, não se passa apenas de sujeito para liberto, mas também de rapaz para homem e de filho para pai<sup>208</sup>.

---

<sup>208</sup> (WOORTMAAN, 1990b: 36).

Afrânio Garcia Júnior explica o que permeia esta oposição entre sujeito e liberto. Em seu estudo “Sul: o caminho do Roçado”, tendo sua pesquisa de campo realizada no estado da Paraíba, este autor trabalhou com as alterações dos espaços físico e social através da mobilidade dos agentes sociais que partiam das plantações açucareiras do Nordeste, onde trabalhavam como assalariados agrícolas, rumo ao sul do país. Estas partidas dos agricultores visavam a acumulação de dinheiro e também a possibilidade de voltar, para alternar a sua posição social de sujeito para liberto. No contexto de sua pesquisa, aponta para os discursos que eram formulados pelos agricultores giravam em torno da oposição sujeito / liberto<sup>209</sup> e que esta não era apenas uma condição de trabalho, mas uma condição social, que se referia às práticas e englobava tanto questões materiais como também simbólicas.

Já nesta pesquisa, o termo “sujeito” não foi escutado. Entretanto, foi identificada esta mesma associação de significados sobre o “ter a terra” e o “trabalho” a fim de garantir a autonomia e para não precisar executar trabalhos assalariados, assim como a possibilidade da migração, temporária ou definitiva, buscando garantir ou perpetuar o núcleo doméstico, através da aquisição da “terra”.

---

<sup>209</sup> Sobre “sujeitos” e “libertos” Afrânio Garcia Júnior aponta que “o uso mais freqüente, mas não o único, associa *sujeitos* aos trabalhadores residentes nas grandes plantações, e *libertos*, aos demais” (GARCIA JÚNIOR, 1989: 14).

#### 4.7. As representações da autonomia

Para compreendermos a importância do “pai de família” ou “chefe de família” no modelo camponês é necessário refletir sobre como se dá a formação da autonomia pelos agricultores e também pelos barrageiros que compõem o universo desta pesquisa.

A autonomia, na categoria dos “barrageiros”, foi identificada diante da possibilidade destes indivíduos percorrerem diferentes espaços mediante o trabalho da construção de barragens. Isto significa que quanto maior for a mobilidade de “ir e vir” do “barrageiro” em busca de atividades no interior de usinas e um maior poder de decisão acerca dos lugares que virá a oferecer a sua mão-de-obra, maior será a sua identificação com a categoria. Sobretudo, isto acarreta em um maior controle de seu próprio tempo, pois possibilita aos “barrageiros” escolher quando, e por quanto tempo, ficarão em cada obra.

Por outro lado, para se adequar ao modelo camponês, o pequeno agricultor precisa de “terra” para poder trabalhar. Isto significa que, em vários casos, ele precisará realizar migrações temporárias ou permanentes, ou então trabalhar provisoriamente em outros setores diferentes da agricultura. É esta mobilidade que lhes permitirá a obtenção ou manutenção da “terra” e uma fixação posterior, de forma a garantir ou perpetuar o modo de vida camponês, assegurando a sua autonomia. Desta forma, o agricultor pode vir a criar ou fortalecer o seu próprio núcleo familiar, tornando-se o “pai de família” ou o “chefe de família” no mundo camponês, responsável por “prover” e “proteger” a casa nos momentos de adversidade. Mas é também o “pai de família” que será responsável pelas tomadas de decisão, tanto no domínio do privado, como o interior do grupo doméstico, como também no espaço público, sendo que neste último caso podemos citar como exemplo as negociações dos produtos agrícolas na esfera pública.

Além disso, identifica-se que em ambas categorias, pequenos agricultores ou agricultores fracos e “barrageiros”, há uma tentativa em passar de “sujeito” para “liberto”. Por um lado, ser “liberto” para o “barrageiro” significa esta mobilidade em

percorrer barragens. Já para o camponês, ser “liberto” significa a possibilidade de se fixar, ter sua próprio “chão de morada” e seu “chão de roça”, tornar-se o “pai” ou “chefe de família” no modelo camponês e, paralelamente, livrar-se da relação empregado / empregador.

O agricultor fraco, em Candói, necessita incrementar os proventos oriundos da lavoura com outros trabalhos em períodos de entressafra, pouca produção ou de problemas decorrentes da estiagem. Neste caso, muitos pequenos agricultores, em idade de força de trabalho, foram trabalhar como peões nas construções das barragens. Este é, como visto, um emprego temporário, pois a obra tem início e fim. Desta forma, este pequeno agricultor-peão retorna para as suas atividades na lavoura com a finalização de suas atividades, ou então, em certos casos, continua a desenvolver suas atividades relacionadas à terra enquanto trabalha na obra. Este retorno financeiro pode ser revertido em diversos fins, tais como: compra de terras, sementes, dispor como reserva em momentos adversos, migrar para Santa Catarina, dentre inúmeros outros.

Mas visa, sobretudo, garantir e perpetuar o modelo camponês pois, comprando a terra, o pequeno agricultor-peão pode se tornar livre e adquirir o controle de seu próprio tempo. Por outro lado, com a sua incorporação neste modelo, ele pode também dispor e delimitar as posições hierárquicas dentro de seu próprio grupo doméstico ou então, pode formar uma família e garantir aquilo que Klaas Woortmaan chama de “chão de morada” e “chão de roça”, transformando-se ou então reforçando seu papel de “pai de família” nos moldes camponeses.

Desta forma, refletindo mais uma vez sobre os episódios que discorri no início desta argumentação, sobre a preferência dos peões pelo trabalho de desmatamento, não cabe apenas fazer referência a maior ou menor “força física” empregada, mas o de compreender como esta escolha estava relacionada a todos os outros valores que permeiam o significado do que vem a ser “trabalho” em uma concepção do universo camponês.

Sobretudo, neste contexto, a relação do trabalho de peão com a de força produtiva e a sobreposição de elementos como a valorização da virilidade e força física, capazes de dar sustentáculo ao senso de honra, hierarquia e também às

relações de gênero do futuro ou já consolidado “pai de família” no modo de vida camponês, perante os outros e assim como no interior de seu próprio grupo doméstico.

## CAPÍTULO V

### TRÂNSITOS E DINÂMICAS IDENTITÁRIAS

#### 5.1. A obra: quem participa e em qual momento?

Destaca-se que a UHE Santa Clara empregou cerca de dois mil indivíduos da região para trabalhar de mão-de-obra braçal<sup>210</sup>. Conforme informações coletadas com um dos engenheiros responsáveis pelo processo de construção das usinas de Santa Clara e Fundão, as barragens envolvem um trânsito variável de trabalhadores mediante a etapa da obra que está sendo executada.

A primeira etapa abrange atividades como instalação de equipamentos, abertura de acessos, desmatamento das áreas utilizadas e limpeza do reservatório. Para tanto, foi aproveitada a mão-de-obra local, que em sua maioria executou trabalhos braçais, como operários na construção, serventes, pedreiros, mestres-de-obras e outros, com uma maior capacitação, foram empregados como motoristas, operadores de máquinas e em atividades similares.

Entretanto, como foi visto no capítulo anterior, o trabalho na obra não exclui o contínuo do trabalho com a lavoura e o pequeno agricultor, que desenvolve a agricultura familiar, pode ser um trabalhador na construção em determinados períodos de sua existência pois o trabalho externo garante a subsistência e permanência do núcleo familiar em momentos críticos, como os desfavoráveis para o plantio e colheita<sup>211</sup>.

Percebe-se então que a fase inicial da obra envolve um número maior de trabalhadores operacionais, sendo que esta mão-de-obra é composta pela própria população local ou pelos “barrageiros”, termo construído e utilizado por outros

---

<sup>210</sup> Informações obtidas no folder da UHE Santa Clara: “Durante a construção da Usina de Santa Clara foram gerados cerca de 2000 empregos diretos. Aproximadamente 90% da mão-de-obra é da região”.

<sup>211</sup> (MENDRAS, 1978).



indivíduos envolvidos na construção das usinas e pelos candoianos. Esta mão-de-obra operacional se desloca ao trabalho, em sua grande maioria, em ônibus disponibilizados pela empresa contratante e o trabalho está sujeito às condições climáticas, como a ocorrência de chuva ou suas conseqüências.

Estes trabalhadores são comumente chamados de “peões”, pois realizam trabalhos braçais. Este termo é de uma utilização bastante delicada e de uma carga pejorativa, pois sugere que o trabalho realizado é operacional e o executor não necessita de muitas qualificações. Todavia, é um termo utilizado por todos os trabalhadores, quando querem indicar o tipo de atividade que é realizada. Dentre eles estão os “fichados”, ou seja, aqueles que possuem a “ficha”, o que significa ter a carteira de trabalho assinada<sup>212</sup>. Estes recebem os benefícios legais, usam um uniforme e tem uma estabilidade no emprego maior do que aqueles que são contratados pelos empreiteiros das obras. Os empreiteiros podem ser pessoas de fora ou da própria região<sup>213</sup> que contratam interessados dentre a população onde a obra está sendo executada para o trabalho das fases iniciais, que é principalmente o de desmatamento.

Aqueles que são contratados pelos empreiteiros, segundo relatos, recebem semanalmente, exceto pelos dias de chuva e não possuem garantias legais. Desta forma, dentre os chamados “peões”, ser “fichado” é melhor do que trabalhar por intermédio do empreiteiro de obras.

Vainer aponta para esta delicada questão do emprego regional. Este autor diz que mesmo quando não são relocados vastos contingentes populacionais<sup>214</sup>, que acabam por aumentar as estatísticas no que concerne ao desemprego, o impacto das obras continua desfavorável e destaca “por um lado, e num primeiro momento, a geração de postos de trabalho que acompanha a etapa das obras civis é sempre inferior à oferta gerada pelo afluxo migratório que a expectativa de emprego induz”<sup>215</sup>.

---

<sup>212</sup> O termo “fichado” também aparece no estudo realizado por Regina Novaes, quando a autora discorre sobre as formas de trabalho no agreste pernambucano (NOVAES, 1985: 130).

<sup>213</sup> Neste caso um dos empreiteiros era de fora e se identificava e era identificado pelos outros, tanto a população local como pelos trabalhadores das usinas, como sendo “barrageiro”.

<sup>214</sup> Em Itaipu, foram relocados 42 mil indivíduos e em Sobradinho, 70 mil. (VAINER, 1996: 184).

<sup>215</sup> (VAINER, 1996: 184).

Se os empregadores utilizam a mão-de-obra local no período inicial da obra, pensa-se então que dentre estes trabalhadores estão aqueles que se identificam com o “gauchismo”. E também estão presentes outros trabalhadores, de outras regiões, que são pessoas “de fora”, sendo alguns chamados de “barrageiros”, que também se identificam com a cultura gaúcha.

Isso acontece porque a figura representativa do gaúcho não está concentrada apenas na região onde Candói se encontra, mas em uma área abrangente do território paranaense, principalmente no centro-sul, sudeste e oeste do estado. A identidade gaúcha é portanto regional e pode ser evocada tanto pelos “daqui mesmo da região” quanto pelos “barrageiros” que pertencem a outras localidades influenciadas por este elemento.

A partir de depoimentos, é na metade da obra para o final, que um maior número de trabalhadores especializados entram em cena. O trânsito maior de “gente de fora” é importante porque é nesta etapa que a obra é de fato iniciada, ou seja, são feitos os lançamentos e as armações de concreto, a alvenaria civil, entre outros serviços. Para tanto, chegam equipamentos mais complexos, sendo necessário o emprego da mão-de-obra técnica com maior grau de especialização. As pessoas que chegam são portanto vinculadas a empresas e podem ser tanto de vários lugares do Brasil como de outros países, como Paraguai e Argentina.

Neste ponto constata-se que, independentemente da natureza da empresa do trabalhador, estatal ou da iniciativa privada, e que, pela especialização de seu trabalho já tenha participado da construção de inúmeras barragens e entendam do processo da obra, estes indivíduos geralmente não se consideram, e não são vistos por seus pares, como “barrageiros”. Acima de tudo são engenheiros e técnicos das empresas para as quais trabalham, e se apresentam assim para os demais. Em uma certa ocasião, um dos hóspedes do hotel, que era identificado pela população local como sendo “barrageiro”, mas que não se reconhecia nesta categoria, contava-me sobre a sua vida. O engenheiro paulista, funcionário de uma das empresas envolvidas no processo, com cerca de 50 anos, ficaria até julho de 2006, data prevista para a inauguração da UHE Fundão, desenvolvendo trabalhos relacionados à sua área de atuação e em seguida estaria de partida para outra barragem, a 15ª de sua vida.

Outro ponto a se destacar é que, nestas barragens, a forma pela qual os trabalhadores mais especializados se distinguiram da população local era pelo uso de veículos identificados. Estes eram em sua maioria alugados ou das próprias empresas envolvidas na construção dos empreendimentos. Geralmente eram colocadas placas de identificação provisórias, que funcionavam como um imã nas laterais do carro ou, se os veículos eram das próprias empresas, a identificação era permanente, através de adesivos ou pinturas. A preferência dos trabalhadores das usinas que utilizavam carros identificados era por veículos altos, ou com o eixo alto, principalmente nas etapas iniciais da obra, para evitar problemas decorrentes da chuva, como atolamentos ou danos pela ocorrência de pedras nas estradas de acesso.

Mais do que um sinal distintivo, a identificação dos veículos fazia com que a desconfiança da população local diminuísse, pois era oferecida então uma procedência aos forasteiros e estes podiam ser identificados e também situados em relação à obra e aos demais. Durante uma entrevista, o entrevistado explicou porque ele era bem recebido por segmentos da população local, como pelos donos de cooperativas, de madeireiras, de postos de combustível, de comércio e restaurantes.

*“E – O resultado dessa convivência é sempre positivo, eu sempre utilizo veículo identificado, com o nome da empresa...”.*

Percebe-se então que se por um lado são as placas de identificação que fazem com que os trabalhadores das usinas se diferenciem dos demais, assim como pela escolha da hospedagem pelos lugares que estes escolhem realizar as suas refeições, é pelo “gauchismo” que os candoianos exibem os seus sinais distintivos perante os “de fora”.

Também para este entrevistado, engenheiro com cerca de 45 anos e que freqüenta Candói para o trabalho nas usinas há aproximadamente quatro anos, o principal elemento destacado em suas viagens para a região foi:

*“E – O que a gente percebe lá, é que eles têm uma... como eu poderia dizer, uma influência muito forte da cultura gaúcha. Eles são muito ligados na questão agrária no sentido de utilizar animais, o laço, o rodeio, o chimarrão. Em várias situações que você identifica a cultura gaúcha ali, então eles são muito influenciados nessa parte”.*

E logo, destaca-se que os considerados “gaúchos” aparecem na obra principalmente na etapa inicial, porque engloba um maior número de mão-de-obra local<sup>216</sup>. Entretanto, é preciso destacar que isto não restringe a participação de “gaúchos” em outras etapas da construção, somente torna-a mais escassa, principalmente devido à procedência diversa dos trabalhadores em etapas posteriores.

Desta forma, o “gaúcho” pode estar em qualquer uma das funções no interior de uma barragem, sendo todavia, mais recorrente entre a população local que desempenha atividades braçais. Sendo a identificação com a figura do gaúcho encontrada não apenas em Candói, mas em outras localidades de diversas regiões do Paraná, principalmente no sudoeste, centro-sul e oeste, isso não exclui que existam “gaúchos” dentre os trabalhadores que desempenham outras funções.

Volta-se neste ponto porque para quem é “da região”, a utilização de referenciais “gaúchos” é feito em larga escala. Mas aponta-se que este elemento também aparece dentre os “de fora”, até porque durante o processo de construção das usinas trabalharam diversos indivíduos oriundos de várias localidades paranaenses que ostentavam símbolos do gauchismo.

---

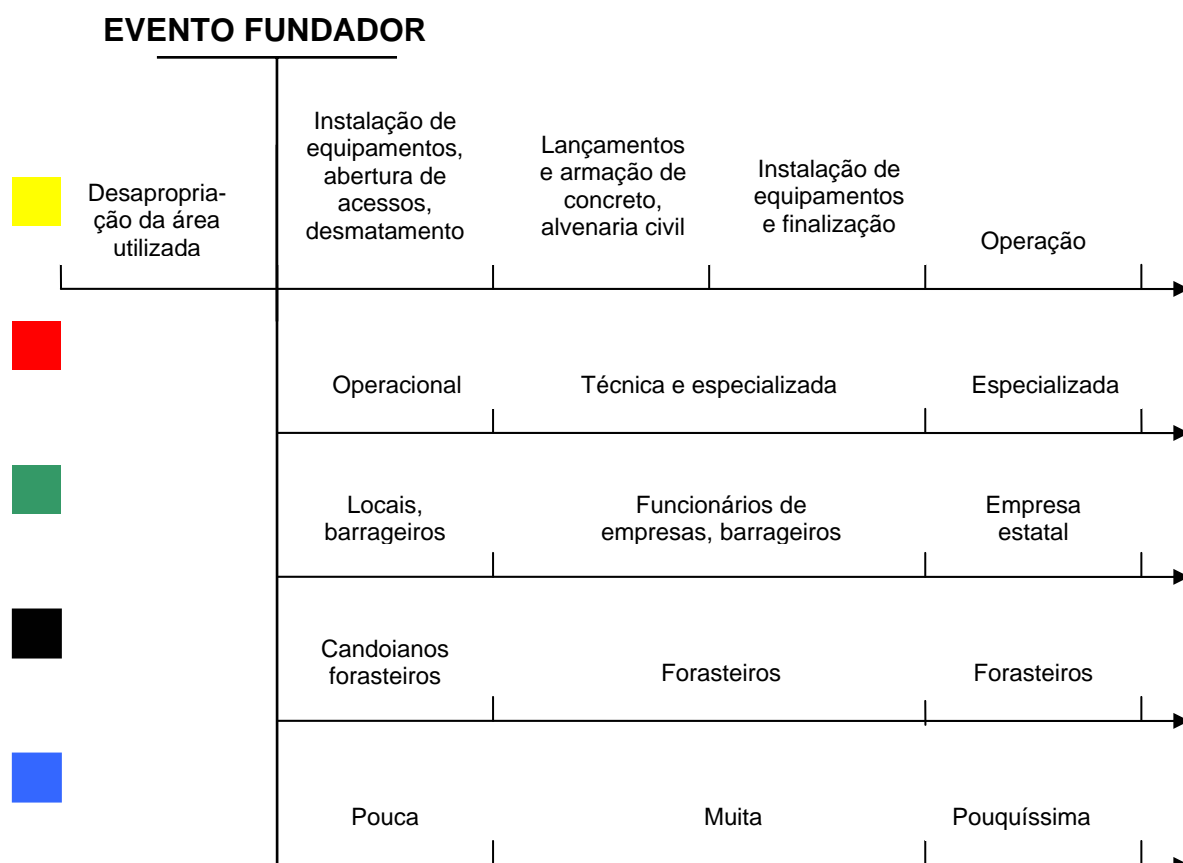
<sup>216</sup> O engenheiro entrevistado aponta para as suas impressões quanto a este tópico: “Na época da construção, em um determinado segmento em que existia essa mão-de-obra, sim. Mas hoje, na questão da operação da usina não. Porque inclusive as pessoas vieram de outros pontos e acabaram sendo transferidos para poder realizar esse trabalho e não são de origem dali de Candói. Foram transferidos de outras usinas que já estavam em operação e acabaram sendo trazidos para lá, para aquela região e estão lá na usina. Isso se dá na parte da construção, aí sim”.

## **5.2. O “barrageiro” será sempre o “outro”?**

Ao dividirmos e pensarmos a obra em etapas, que não procuram ser apenas referenciais de tipo cronológicos, senão indicativas de trânsito de pessoas e da divisão do trabalho, nos deparamos com a pergunta: “se em cada uma destas etapas serão diferentes grupos de pessoas e de atividades que estarão acontecendo no cenário desta pesquisa, como é construída a categoria do “outro”?

Tabela 1:

Ilustração do processo de construção de uma usina hidrelétrica de acordo com o trânsito de pessoas.



**LEGENDA:**

- ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DA USINA
- MÃO-DE-OBRA
- VÍNCULO
- PROCEDÊNCIA
- PRESENÇA DE FORASTEIROS

É certo que cada um destes momentos, conforme apontados na Tabela 1, implica em um maior ou menor trânsito de pessoas “de fora” e nas percepções e representações acerca do “outro”.

Para os efeitos deste trabalho, considerando que enquanto uma das usinas estava no processo de desmatamento e construção de acessos a outra já estava finalizando os detalhes para a operação das turbinas, pensa-se que houve uma mescla tanto de períodos que cada uma das barragens passava, como também de pessoas. Desta forma, no início de 2004<sup>217</sup>, de um lado existia um vasto contingente operacional, ou seja, mão-de-obra braçal atuando na UHE Fundão, que era composto em grande parte pela população local e que residia geralmente na localidade de Paz ou no município de Foz do Jordão e de outro, ou melhor, na outra usina, estavam os técnicos e especialistas das mais variadas empresas, além de um grande número de tratoristas, motoristas e maquinaristas, que poderiam ser tanto de fora como da própria região.

Então, se por um lado reconhece-se que as dinâmicas de produção de categorias do “outro” dependem dos tipos de momentos que serão gerados entre os grupos, em cada uma das etapas de construção possíveis, por outro coloca-se que neste caso alguns momentos mesclaram-se com as etapas diferentes que cada uma das usinas passava. Portanto, mais uma vez é preciso destacar quais foram os espaços privilegiados desta análise: o hotel localizado na zona urbana de Candói, sendo que as pessoas que também compartilhavam este espaço eram necessariamente “de fora” e em sua grande maioria trabalhavam em alguma atividade referente às usinas, principalmente na UHE Santa Clara. Por outro lado, em Fundão, onde na época era realizado o desmatamento, a maioria das pessoas era da própria região.

A partir desta colocação, cabe fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, se a grande parte da mão-de-obra braçal, ou seja, os chamados “peões”, eram da própria região e estava fazendo o desmatamento, os contatos deste grupo estavam ligados ao empreiteiro – sendo que este era um “barrageiro”, pois se reconhecia desta forma e era visto assim por todos – ou pela empresa contratante

---

<sup>217</sup> Época em que eu conheci o terreno.

que recebeu a concessão para executar este tipo de serviço, dentre outros. Os “peões”, por sua vez, eram favoráveis às obras, pois tinham conseguido um trabalho temporário e não tiveram suas terras ou moradias desapropriadas, podendo manter assim as suas redes de solidariedade, pois como visto anteriormente, a forma de desapropriação abrangeu em sua quase totalidade os fundos de fazenda.

Já quanto àqueles que estavam realizando trabalhos na outra usina, eram fundamentalmente “de fora” e dividiam-se tanto em empresas como em ocupações. Desta forma, já havia os escritórios e as suas divisões hierárquicas, as empresas que os ocupavam e, dentre os grupos estavam os engenheiros e os técnicos vinculados às empresas, que se identificavam pela função e pela empresa; os integrantes do trabalho de fiscalização ambiental, sendo que dois deles se consideravam “barrageiros” e outros como maquinaristas e tratoristas, alguns deles “barrageiros” e outros locais e alguns “peões” que, conforme dito anteriormente, são da própria região.

O “barrageiro” é uma categoria bastante relativa. À primeira vista, quem trabalha em uma barragem recebe a denominação de “barrageiro”. Na verdade, não é bem assim pois, conforme visto anteriormente, o “barrageiro”, ao receber diferentes significados por cada um dos grupos, acaba por estar disperso em um espaço social que necessariamente se refere ao “outro”, apesar de ser um termo bastante recorrente em que alguns indivíduos gostam de receber esta identificação e de se identificar assim.

Gustavo Lins Ribeiro não trabalha com a categoria de “barrageiros”, mas com a de “bichos-de-obra”<sup>218</sup> para refletir como os trabalhadores especializados que acompanham os circuitos do sistema mundial de obras de engenharia de grande porte são influenciados por estes processos da contemporaneidade em suas formações identitárias. Para tanto, a análise deste autor recai no estudo que realizou a partir do trânsito de diferentes trabalhadores, das mais diversas procedências, na construção da Usina Hidrelétrica de Yacyretá, posta em operação a partir de 1994 e

---

<sup>218</sup> “Bichos-de-obra é a expressão usada em espanhol para classificar esses nômades industriais no território da obra da hidrelétrica de Yacyretá, sobre o rio Paraná (Argentina / Paraguai). *Bichos*, em espanhol, significa insetos. Ao perderem – ou no mínimo afastarem-se radicalmente – de suas identidades de origem, esses indivíduos entram em um processo de reconstrução, assumindo a identidade de habitantes permanentes do circuito migratório dos grandes projetos, a identidade de bichos-de-obra. Essas pessoas configuram uma população tipicamente transnacional, gerada pelo capitalismo transnacional” (RIBEIRO, 1992b).



localizada no rio Paraná. Esta obra binacional, disposta na fronteira do Paraguai e da Argentina, levou mais de vinte anos para ser construída, sendo considerada atualmente uma das maiores barragens da América Latina. Na época, estes “bichos-de-obra” moravam nos arredores da obra por determinados períodos, nos chamados acampamentos e alojamentos ou nas vilas<sup>219</sup>.

Desta forma, quando este autor se refere a esta categoria ele reflete sobre as identidades coletivas estruturadas pelos grandes projetos, ou seja, formadas a partir de um mercado de trabalho bastante específico e que consiste naquilo que Lins Ribeiro chama de “circuito migratório dos grandes projetos”<sup>220</sup>. Assim, a identidade coletiva de “bicho-de-obra”, ou seja, daqueles que fazem parte deste circuito migratório e ali permanecem em sua vida economicamente ativa, está indissolúvel de seu trabalho e é definidora de sua própria identidade.

“Se a pessoa entra no circuito como ‘adulto italiano’, como habitante de uma sociedade de massas, gradualmente vai se transformando em bicho-de-obra, isto é, em habitante de pequenas aldeias do sistema mundial, através de uma série de momentos articulados em que ocorrem mudanças na percepção mútua sua e de sua rede social. Muitas vezes o futuro bicho-de-obra dá seus primeiros passos no circuito migratório dos grandes projetos pensando em sair após a primeira ou segunda experiência, quando terá alcançado o objetivo econômico que o motivou a migrar. Em realidade, começa a passar por um período em que estará dividido entre uma imagem passada, vinculada à sua rede social de origem, e novas facetas vinculadas às recentes redes sociais definidoras de seu cotidiano

---

<sup>219</sup> Segundo Lins Ribeiro, a “obra” exerce controle sobre todos os trabalhadores, pois os cotidianos dos agentes sociais envolvidos em sua construção estará sempre condicionado aos interesses e necessidades da “obra”. Este controle será maior para os trabalhadores menos especializados, pois estes permaneciam sem as suas famílias e residiam em alojamentos coletivos. Já para os mais especializados o controle é menor e, como são profissionais valorizados no mercado de trabalho da construção civil, a “obra” procura reter esta mão-de-obra. Desta forma, para estes era permitido residir com suas famílias e também eram oferecidos clubes, escolas para os seus filhos e outros serviços, que visavam facilitar a vida destes trabalhadores e de seus familiares no interior deste espaço, oferecendo a eles condições de reprodução social. Sobretudo, buscavam indicar que a vida na vila era mais fácil do que fora dela, objetivando assim manter estas pessoas vinculadas aos processos de construção da usina (RIBEIRO, 1992b).

<sup>220</sup> Para este autor “a transferência de pessoal especializado entre um projeto e outro, um tipo de migração ocupacional, é por mim denominada ‘circuito migratório dos grandes projetos’, uma forma de nomadismo industrial” (RIBEIRO, 1992b).

nos territórios de grandes projetos” (RIBEIRO, 1992b).

Entretanto, isto implica em uma permanente ambigüidade, de certa forma condenando o “bicho-de-obra” a ser sempre o “outro”, pertencendo aos territórios dos grandes projetos<sup>221</sup>, em um processo de territorialização que será definido pela esfera do trabalho e percebida através da rotulação de “bicho-de-obra”.

A partir das colocações de Gustavo Lins Ribeiro é necessário refletir sobre o contexto desta pesquisa. Pondera-se então que se tratam de diferentes momentos. Agora, percebe-se uma grande tentativa de minimização de impactos e diminuição dos espaços necessários para as obras e o tempo de construção, inclusive levando-se em consideração a esfera social, de certa forma restringindo a vinda em larga escala de contingentes populacionais externos, dentre vários outros aspectos. Desta forma, no caso desta pesquisa, não foram formadas vilas para os trabalhadores, nem grandes acampamentos. Além disso, os “barrageiros” permaneceram em Candói por um tempo bastante limitado e, independentemente de seus cargos ou funções no interior da obra, estes chegavam e permaneciam no terreno sem as suas famílias.

Entretanto, “barrageiro” desta pesquisa também está disposto em um espaço de permanente ambigüidade, visto com desconfiança pela população local e colocado sempre como o “outro”, ou melhor, aquele que não possui uma “raiz”. Sobretudo, percebe-se que a identidade coletiva de “barrageiro” pode ser vastamente manipulada e que, muitas vezes, a utilização desta categoria procura justamente indicar que não são todos “barrageiros” no interior de uma obra, apesar da percepção contrária pela população local.

---

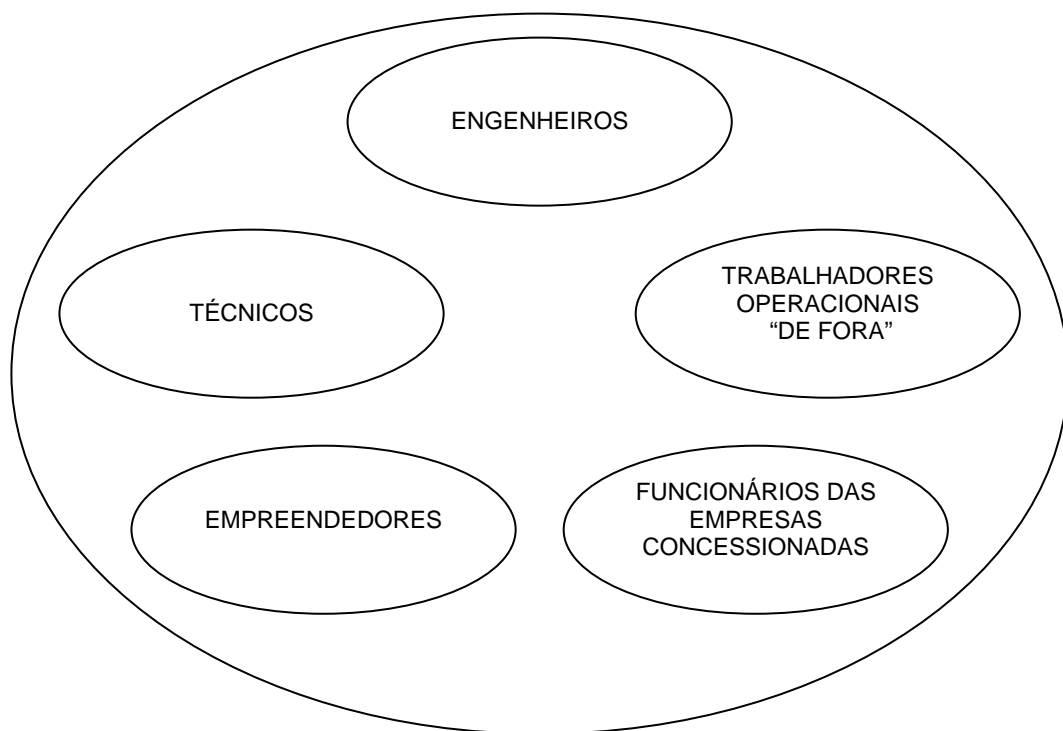
<sup>221</sup> Segundo Gustavo Lins Ribeiro “o grande projeto tem qualidades de um espaço sem uma identidade ‘cultural’, planejado e administrado por uma burocracia central, organizado por constrangimentos claramente definidos pelos interesses de agências vinculadas às necessidades da acumulação flexível. Neste sentido, as qualidades da organização espacial dos projetos são as ‘mesmas’, definidas pelas necessidades dos processos produtivos, de maneira tal que sua estrutura se repete em qualquer parte do mundo. De fato, nesse nível, é praticamente como se fosse o mesmo estar na Argentina, no Paquistão ou na Nigéria” (RIBEIRO, 1992b).

Conforme foi apresentado no segundo capítulo, para os candoianos os “barrageiros” são todos os homens “de fora” que trabalham nas barragens. Já para os funcionários de companhias consorciadas envolvidas na construção, principalmente em conversas com engenheiros, o “barrageiro” é aquele que acompanha as barragens, conhece o processo e tem uma instrução que pode ser tanto prática, pela experiência de vida, como formal, pelo estudo. Percebe-se então que o “barrageiro” pode transitar por diferentes funções e é uma categoria que supõe uma auto-identificação, autonomia e também mobilidade e que possa abarcar todos aqueles que se mudam em função das construções das barragens, independentemente do grau de instrução ou da condição social.

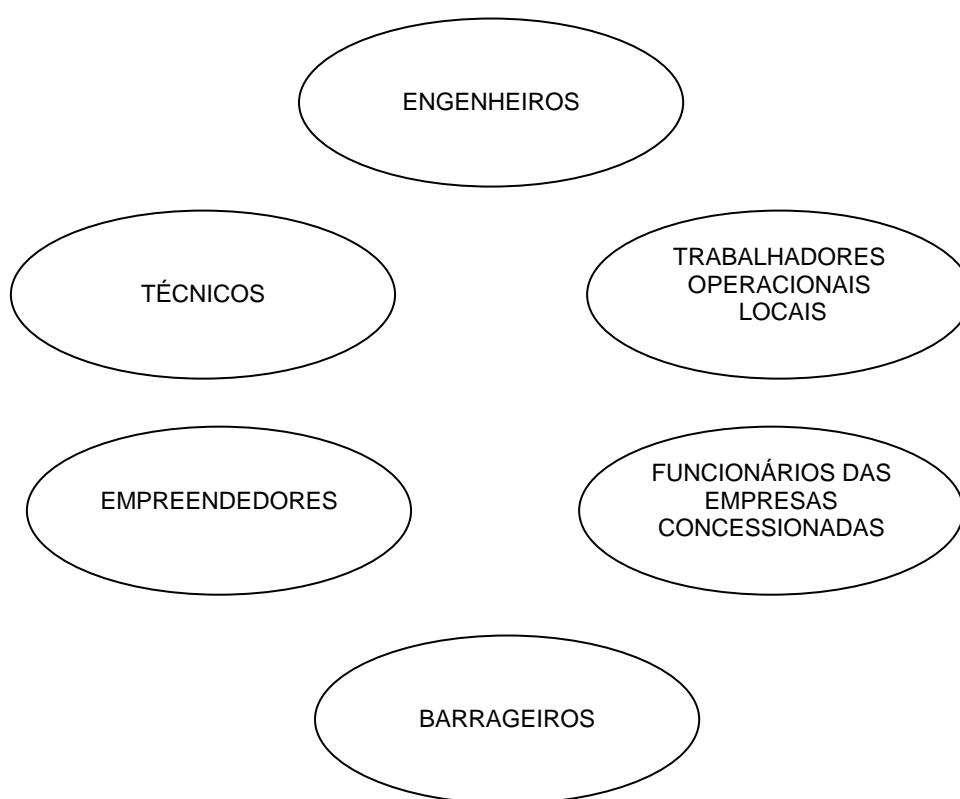
Portanto, neste caso, entra-se em uma hierarquização de posições no interior do processo, a saber em ordem decrescente: empreendedores, engenheiros e técnicos de empresas, salientando que estes aparecem nas posições mais favoráveis tanto pela função, ou cargo no interior da organização, como pela própria vinculação às empresas empreendedoras. Estes são os mais especializados e serão, necessariamente, “de fora”. Em seguida estão aqueles que possuem uma certa instrução e percepção do que está sendo feito e desempenham as mais variadas tarefas.

Salienta-se que, conforme se busca apresentar, os “barrageiros” estão permeando as mais diversas funções, levando-se em consideração os diferentes atributos indispensáveis que esta categoria envolve, tais como: possibilidades de percorrer o país em busca de trabalhos em barragens, autonomia de “escolher” aonde se quer ir, a mobilidade para percorrer este percurso, conhecimento acerca do processo de construção da obra, ser necessariamente “de fora”. Além disso, estes podem ser: empreiteiros de obras, mestres-de-obras, maquinaristas e até mesmo técnicos em algum equipamento ou situação, como a ambiental e – bem raramente – alguns poucos engenheiros de barragens que possam se reconhecer assim. Por fim, está a mão-de-obra recolhida entre a população local, para trabalhos operacionais, ou seja, serviços braçais e são chamados de “peões” por todos os outros que transitam neste espaço.

Percebe-se então que, para a população local, “barrageiro” é um termo englobador:



Já para aqueles que são chamados de “barrageiros” pela população local, percebe-se que o próprio termo é limitante e que abarca, dentre outros:



Todavia, apesar da necessidade destas separações para efeitos de uma ordem hierárquica, de forma alguma estas categorias são fixas. Elas não só podem se modificar como também serem integradas em outras, que não as citadas nesta pesquisa, em forma de sub-categorias.

Até porque, em uma certa ocasião, um funcionário de uma grande empresa envolvida no processo, com cerca de 50 anos, destacou que o engenheiro poderia

até, em um certo momento, se transformar em “barrageiro”, mas isto seria aos olhos dos outros que não os seus pares e somente quando efetuasse trabalhos em um estado que não fosse o seu. Mesmo assim, ele continuaria se identificando como engenheiro, pois o “barrageiro” será primeiramente o “outro”. Entretanto, apesar de se referir necessariamente ao “outro”, talvez pelos atributos desacreditadores, como falta de família e de “raiz”, é um termo extremamente recorrente em ambientes de obras deste tipo.

Poderia se pensar então que este termo, “barrageiro”, é recorrente mas apenas utilizado pela população local? Também não seria o caso, pois “barrageiro” é uma categoria evocada constantemente pelos trabalhadores das obras, nos mais variados níveis de especialização. É tão recorrente que em certos casos escuta-se até mesmo que exista uma “cultura de barrageiro”, possibilitando que os atributos valorativos e desacreditadores sejam evocados e manipulados constantemente por estes indivíduos.

Volta-se agora à questão inicial deste tópico. Note-se que o “barrageiro” na maior parte das vezes será o “outro” e sempre estará em oposição aos “de dentro”, pois para que esta categoria possa existir ela necessariamente terá que englobar quem é “de fora”. Por outro lado, dentro das obras, “barrageiro” é, na grande maioria das vezes o “outro” também, levando-se em consideração que esta identificação acarreta também em uma posição na escala hierárquica e na reunião dos atributos positivos e negativos.

Já para a população local, “barrageiros” são todos os homens de fora que realizam trabalhos nas usinas, inclusive os próprios engenheiros que a todo instante exibem sinais, como carros identificados, uma determinada forma de agir e de se vestir, para se diferenciar dos outros “barrageiros”, ou melhor, das suas próprias definições do que venha a ser um “barrageiro”, a partir das suas concepções formuladas acerca desta categoria. Entretanto, mais do que uma tentativa de demarcação, pois, como visto, ser um “barrageiro” e ser um “engenheiro” são englobados pela mesma categoria pela população local, a dos “barrageiros”, sendo esta separação decisiva somente feita pelos próprios engenheiros que trabalham com este tipo de obra, esta distinção é feita para indicar não só uma posição dentro da estrutura, como também para delimitar uma posição hierárquica.

Apresenta-se resumidamente alguns atributos valorativos dos “barrageiros”, apontados pela própria população local, e urbana, e pelos engenheiros:

**PARA O ENGENHEIRO, O  
BARRAGEIRO É:**

HOMEM “DE FORA”

TRABALHA PARA A  
CONSTRUÇÃO DE USINAS

ITINERANTE

SEGUEM A CONSTRUÇÃO DE  
BARRAGENS PELO PAÍS

O APRENDIZADO É FEITO  
PELA EXPERIÊNCIA DE VIDA  
E NÃO PELO ESTUDO  
FORMAL

CONHECEM AS ETAPAS DA  
OBRA

**PARA O CANDOIANO, O  
BARRAGEIRO É:**

HOMEM “DE FORA”

TRABALHA PARA A  
CONSTRUÇÃO DE USINAS

ITINERANTE

SEGUEM A CONSTRUÇÃO DE  
BARRAGENS PELO PAÍS

PODE SER QUALQUER UM  
QUE TRABALHE NAS  
BARRAGENS, EXCETO  
POPULAÇÃO LOCAL

Talvez o maior reflexo desta hierarquização pela divisão do trabalho esteja na estruturação dos espaços no interior da barragem. Nota-se que depois da área desmatada e montados alguns acessos e estruturas, são construídos os escritórios de engenharia. Nas Usinas de Santa Clara e Fundão eles seguem uma certa padronização de seus espaços, sendo estruturas simples em madeira, com as paredes pintadas de branco e as portas e janelas de azul e com uma estreita área externa coberta. Estas estruturas, olhadas de cima, parecem uma única construção alongada, mas são divididas em um número determinado de escritórios, que são separados entre as empresas envolvidas no processo.

Cada uma destas empresas coloca na sua respectiva porta de entrada, que abre para a área externa, uma placa de identificação e recebe, de acordo com as suas atividades no interior da obra, um trânsito variado de pessoas. Ao lado dos escritórios de engenharia da UHE Santa Clara , estava localizado o refeitório, que por sua vez é dividido em dois salões. O maior dos salões era destinado aos trabalhadores operacionais, onde as refeições eram mais simples. Ao lado, estava um pequeno salão destinado aos engenheiros e demais funcionários dos escritórios, onde as refeições eram mais elaboradas se fossem comparadas com as dispostas no outro espaço.



### 5.3. Estar no Candói e estar em Candói

Em Candói, é comum escutar das pessoas, principalmente da população local, frases como: “eu sou daqui do Candói”, “eu vou para o Candói” ou “estou no Candói”. Em contrapartida, os “de fora” costumam empregar uma forma indeterminada ao se referir à cidade, como por exemplo: “ele vai para Candói” ou “está em Candói”, excetuando-se aqueles que são de regiões próximas ou que a conhecem há bastante tempo.

Essa observação foi feita no início do trabalho de campo, mas demorou a ser considerada como um dos sinais ostentados por um grupo perante o outro como forma de diferenciação, pois sempre era dada como sendo natural por parte de quem a empregava. Entretanto, não eram todas as pessoas que faziam uso desta forma de se referir ao lugar e, da mesma forma que eu não a utilizava, reparou-se que muitos dos “de fora”, dentre os quais os chamados “barrageiros”, faziam uso da segunda alternativa. Quando indagados sobre o porque de chamar “o Candói” vários candoianos me informaram que “Candói era o distrito de Guarapuava”, sendo considerada a cidade de referência<sup>222</sup>.

Este município foi emancipado de Guarapuava em 1993<sup>223</sup> e pode ser considerado como sendo recente. Muitos dos seus habitantes nasceram “no distrito de Candói” ou cresceram escutando que seus pais vendiam sua produção “no Candói” e desta forma, se referem ao município ainda pelos resquícios de um passado ainda atuante. Atualmente, com as barragens, que além de se constituírem em instalações de grande porte ao englobarem áreas da cidade, surgem os “barrageiros” ou “gente das usinas” que recém conheceu Candói. Para estes, Candói não é um distrito, mas se constitui em sua municipalidade. O passado, e aqueles que fizeram parte dele, evocam em seus discursos, sem perceber, todas as suas referências em uma forma de se expressar embutida de um valor e uma

---

<sup>222</sup> Sobre Candói, Ermelino de Leão já o apresentava como sendo um distrito judiciário do município de Guarapuava: “O bairro de Candoy foi elevado a districto policial pelo acto n.º 185 de 25 de Abril de 1898 e finalmente a districto judiciario pela Lei n. 1316 de 5 de Abril de 1913” (LEÃO, 1926: 296).

<sup>223</sup> Informações obtidas no site do Governo do Estado do Paraná: [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br). Acesso realizado em 09/02/2006.

significação<sup>224</sup>, de um distrito que era considerada por muitos como sendo “de passagem”. Já no presente, Candói pode ser “ponto de parada” porque possui hotel, ou servir de hospedagem para os “barrageiros” que vieram trabalhar na área das usinas. Candói passa a ser vista como uma cidade e a ser chamada assim. Surgem portanto novas significações com a passagem do tempo e aparecem “eventos fundadores” repletos de discursos e pessoas.

Já por alguns, Candói é ainda considerada uma “cidade de passagem”, sendo que essa afirmativa aparece com mais freqüência nos discursos dos que são “de fora”. Segundo o discurso de um engenheiro entrevistado relacionado à usina:

*“Candói está se estruturando cada vez mais, e com mais condições de oferecer às pessoas, para que elas fiquem lá, porque já tem determinados recursos. Porque ela é uma cidade de passagem, simplesmente as pessoas sabiam que tinham passagem lá e iam embora, a procurar um recurso em outro lugar”*

Em seu estudo em Jericoacoara, Agnès Clerc-Renaud<sup>225</sup> aponta para a forma com que a população local emprega a designação do espaço. Para os moradores mais antigos, a designação do lugar se dá pelo termo “Serrote”, fazendo referência a um morro. O termo novo, Jericoacoara, surgiu na medida em que novas instalações turísticas adentravam a área. Guardadas as devidas proporções, pois neste caso nenhum nome foi modificado em função das usinas, salienta-se este exemplo para se pensar a terminologia empregada nesta pesquisa. O nome, de fato, continua o mesmo, entretanto, agora repleto de novas significações que fazem com que um

---

<sup>224</sup> Tomando Saussure por referência, os objetos são criados por pontos de vista distintos e “seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de significação como também, e sobretudo, de um valor” (SAUSSURE, 1971: 134).

<sup>225</sup> “Or, à ma grande surprise, le nom même de Jericoacara s’est avéré au fil de l’enquête être apparu au village en même temps que le touristes. Serrote était le nom donné par ses habitants à la localité jusqu’au début des années quatre-vingts et continue à l’être pour bon nombre d’entre eux” (CLERC-RENAUD, 2005: 13).

grupo empregue de forma diferente do outro. Para um, a lembrança do passado, para outro, o local da operação das usinas.

Largamente usados durante as entrevistas, constatei que “de Candói” e “para Candói” são geralmente atribuições feitas pelos “de fora”. Um engenheiro das usinas, com cerca de 45 anos, me conta que “sempre se deu bem com o pessoal de Candói” e que, dentre os trabalhadores da obra, muitos “tinham a origem dali de Candói”. Por outro lado, em outras entrevistas, com a população local, como a realizada com um representante do poder local, com 35 anos, aparece: “eu sou nascido em Chopinzinho, mas vim morar com três anos aqui no Candói”, e em outro trecho “nós éramos em dez irmãos, morávamos no interior do Candói, na Cachoeira”. Em outro caso, com uma agricultora de cerca de 60 anos: “a gente vendia para o Candói”. Uma das entrevistadas, agente comunitária de 22 anos, moradora da zona rural, contou-me que “estuda no Candói”. Em outra ocasião, um comerciante da zona rural de 45 anos disse que “CTG (...) só no Candói, na cidade”. Os exemplos não param por aí. A intenção não é enumerá-los, mas apontar para uma forma de se pensar a territorialidade que é evocada de forma diversa por cada um dos grupos.

#### **5.4. Dinâmicas identitárias**

No decorrer deste trabalho procurei mostrar que os “barrageiros” constroem as suas teias de relacionamento entre si e o seu trânsito no interior da barragem e, conseqüentemente, na sede municipal, depende da etapa da obra que está sendo realizada. Por sua vez, a categoria dos “barrageiros” é relacional e possui diferentes significações formuladas tanto pela população local como pelos próprios “barrageiros”. Para a população local o “barrageiro” é o homem “de fora” que trabalha na construção de usinas hidrelétricas, é itinerante, segue a construção de

barragens pelo país e pode ser qualquer um que trabalhe nas barragens, excetuando-se aqueles indivíduos que fazem parte da população local.

Por outro lado, para os engenheiros de barragem, o “barrageiro” é um termo bastante específico. Para estes, esta categoria também englobará os homens “de fora” que trabalham na construção de usinas hidrelétricas, sendo estes, por sua vez, caracterizados pela mobilidade que os possibilita acompanhar a construção de barragens pelo Brasil. Entretanto, o aprendizado é feito mais pela experiência de vida do que pelo estudo formalizado e dependerá do conhecimento das etapas da obra, o processo em sua totalidade e o objetivo final. Salienta-se, todavia, que foram apresentadas outras visões sobre o que seria a categoria “barrageiro”, sendo apontado por alguns entrevistados que este termo seria empregado para aqueles que acompanham a construção das barragens para além de seus Estados de origem, independentemente do cargo ou da função que ocupam na estrutura hierárquica no interior da obra. Desta forma, conservam-se os atributos de mobilidade, porém os de autonomia passam a ser relativizados, porque estas pessoas podem estar vinculadas tanto a empresas públicas como privadas.

Desta forma, vimos que a identidade social de “barrageiro” é relacional e portadora de diferentes significados perante os grupos. O “barrageiro” se torna assim pelo trabalho itinerante e pela autonomia, que são mesclados com a sua própria experiência de vida. Entretanto, isso acarreta um distanciamento da família, ou em uma imaginada falta de origem, que contrasta diretamente com os valores camponeses apresentados aqui. Se, pela categorização nativa, pode-se considerar “barrageiro” qualquer trabalhador que acompanha a construção de usinas pelo país, sem importar o grau de instrução, por outro percebe-se que para os outros participantes do processo, “barrageiro” é um termo bastante específico e limitante. São por placas de identificação em veículos que os segmentos com maior grau de especialização se distinguem dos demais. Estes também freqüentam lugares específicos, como o hotel e certos restaurantes, sendo estes últimos freqüentados pelos candoianos geralmente nos finais de semana. Entretanto, a utilização das placas, mais do que apenas um sinal apontado para diminuir a desconfiança da população local, é uma possibilidade de indicar o seu pertencimento, ou seja, que eles possuem uma origem e uma procedência.

Nesta pesquisa, as construções das usinas hidrelétricas foram pensadas como “eventos fundadores”<sup>226</sup>, em que este possibilita que sejam feitas novas interpretações e que surjam novos discursos formulados pelos diferentes atores sociais que fazem parte deste universo de pesquisa, inclusive formulando diferentes significados para o evento mesmo após o seu período de clímax inicial, possibilitando que este possa ser constantemente evocado e também atualizado pela população local.

Sendo assim, mostrou-se que as categorias que fazem parte do universo desta pesquisa foram construídas a partir da inserção do “evento fundador” em Candói. Desta forma salientou-se que os grupos de “gente daqui”, “gente das usinas” ou “barrageiros” ostentam diferentes sinais diacríticos que são vistos como uma forma de diferenciação de um grupo perante outro e que constroem categorias de oposição, de forma que o processo de dicotomização observado visa formular as narrativas de identidades coletivas acionadas na área desta pesquisa. E estas só se tornam válidas porque são acionadas em situações determinadas, neste caso, pela construção de duas barragens que visam a produção de energia elétrica. Sendo assim, “gente das usinas” e “barrageiros” deixarão de sê-los na ausência de uma barragem e “gente daqui” só encontrará sentido ao estar posicionada em oposição aos “de fora”, sendo exibido seu mais forte sinal diacrítico, o “gauchismo”.

Se for observado o traço distintivo mais marcante que os “barrageiros” apontaram sobre os candoianos, o “gauchismo”, percebe-se que nele estão contidos os valores que se sobressaem no meio rural e que foram citados acima, como a valorização da terra e do meio rural, o trabalho como criador e fortalecedor do senso de honra e a importância da família. Entretanto procurou-se mostrar também que os “barrageiros” podem, mas não precisam ser necessariamente “gaúchos”, que é uma categoria bastante abrangente. Se o “barrageiro” é “gaúcho” ele será percebido pela população local como sendo um “barrageiro” antes de qualquer outra identificação.

Trabalhou-se também com alguns pontos que envolvem as diversas categorias que compõem este cenário. O primeiro deles foi o contexto que fez com que empreendimentos, como os mostrados aqui, se apresentassem desta forma.

---

<sup>226</sup> Reis (2001b) utiliza a noção de “evento fundador” para pensar sobre a construção de usinas hidrelétricas a partir da proposta oferecida por Ricoeur (1990).

Percebeu-se então que estas novas usinas operam por determinações recentes de cunho legal, cuja orientação surgiu a partir da década de noventa, com as parcerias entre o público e o privado, com a Constituição Brasileira de 1988, que dedicou diversos capítulos para a discussão ambiental e de sociedades envolventes e por uma Legislação Ambiental atuante, que inviabiliza obras que não cumprem os requisitos legais estabelecidos. Desta forma, verifica-se que as usinas construídas na atualidade procuram reduzir ao máximo os efeitos nocivos do empreendimento, seja por redução de tamanho de área utilizada, por medidas mitigadoras de impactos quanto ao meio-ambiente e também por um cuidado especial ao escolher áreas a serem desapropriadas para evitar relocações desnecessárias, pelo emprego de mão-de-obra local e convênios com as prefeituras. E o relacionamento amistoso entre governo local e empreendedores e, conseqüentemente, entre candoianos e “barrageiros” deu-se principalmente por estes fatores.

Diante do contexto específico de implantação destas usinas hidrelétricas, que requereram para a desapropriação territorial necessária em sua quase totalidade, fundos de grandes propriedades rurais, não foram percebidas manifestações contrárias por parte de organizações não-governamentais e de movimentos sociais.

Nesta situação, as usinas representavam, tanto para os “daqui da região” como para os “barrageiros”, uma forma de progresso e de desenvolvimento. Os “barrageiros”, envoltos por discursos como o de que “ninguém pode ficar sem luz” e realçando o gigantismo de obras como estas, salientavam o desenvolvimento que estava sendo levado para a localidade onde esta pesquisa foi realizada. Paralelamente, a população local comentava o quanto “a cidade cresceu”, “agora pega celular”, o novo hotel e a possibilidade de geração de empregos, declarações também permeadas por noções de progresso e de desenvolvimento.

Como foi salientado no decorrer deste texto, a significação acerca do termo desenvolvimento também pode variar, dependendo de quem a emprega. Para os representantes do setor elétrico, este termo está fundamentalmente relacionado ao “desenvolvimento” da respectiva localidade em que um empreendimento hidrelétrico estiver instalado ou então pelos fluxos de investimentos de capital estrangeiro ou nacional que possam surgir a partir da efetivação de projetos de engenharia de

grande porte, como a construção de barragens, em território brasileiro<sup>227</sup>. Por outro lado, para a população local de áreas afetadas pela construção de barragens, existe a crença de que o desenvolvimento esteja associado a implantação de novos tipos de serviço no município e geração de empregos.

Entretanto, como procurou-se apontar através da divisão da obra em etapas a partir do trânsito de pessoas e da divisão do trabalho no interior do empreendimento, os segmentos da população local, quando empregados, participam da fase inicial da obra e, de uma forma geral, ocupam posições que requerem menos qualificações, estando dispostos na base da pirâmide hierárquica. Sendo assim, as etapas seguintes abrigarão cada vez mais aqueles que são vistos como sendo “barrageiros”, sendo seu ápice aproximadamente a metade da obra. Estes, por sua vez, executarão atividades diversas que necessitarão de um conhecimento maior do processo de construção. A partir daí, os “barrageiros” já passam a se interessar por novos canteiros de obras em outras barragens, caracterizando então a sua mobilidade.

---

<sup>227</sup> (ANTONAZ, 2005)

## CONCLUSÃO

Neste trabalho foi feita uma abordagem relacional, pois procurou-se abranger a relação tecida entre os “de dentro” e os “de fora”, mais precisamente entre aqueles que se identificam como sendo “daqui da região” e os chamados “barrageiros”, sendo que estes últimos povoam e transitam por uma cidade que sofre a instalação de empreendimentos hidrelétricos. Desta forma, problematizou-se a visão de mundo, os valores ostentados e as percepções que estes diferentes grupos formulam sobre as barragens que foram construídas na localidade e também sobre o “outro”.

Seguiu-se então a abordagem proposta por Fredrik Barth, de que as identidades estão presentes em todos os elementos da vida social e são formadas por oposição e contraste, delimitando as fronteiras simbólicas entre os grupos, em uma construção relacional entre o “nós” e os “outros”.

Para empreender a trajetória desta dissertação, foi necessária a análise de diferentes elementos que compõe este universo de pesquisa, como observações sobre a historiografia oficial da região onde Candói se encontra, compreensão das redes de relacionamento de candoianos e “barrageiros” no interior de seus próprios grupos e também em suas relações entre si, percepção dos trânsitos de pessoas no interior das obras e o que estas barragens significavam tanto para a população local como para os “de fora”, as visões de mundo que estes grupos formulavam e também os valores significativos e os sinais de diferenciação que eram ostentados por eles.

Desta forma, ao pesquisar e re-visitar dados históricos, percebeu-se que estas informações são também construídas pelas práticas cotidianas dos próprios candoianos, não ficando restritos apenas a colocações lineares e diacrônicas de um “passado selvagem” em uma área “inóspita e desabitada”. Estas representações, vastamente disseminadas em certas fontes históricas, colocavam o sudoeste e o centro-sul paranaense como áreas de grandes vazios demográficos, reduzindo drasticamente a presença indígena e valorizando as empreitadas colonizadoras que tiveram início no final do século XIX.



Considerando a instalação das Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão como “eventos fundadores”<sup>228</sup>, em que diferentes discursos e sentidos são formulados pelos agentes sociais a partir da instauração deste ato em um espaço temporal, procurou-se compreender quem eram os personagens que compunham este universo e com estes interpretavam e faziam as representações sobre as novas barragens construídas na área.

A partir deste “evento fundador” de implantações das usinas, que possibilitou com que os grupos dos “barrageiros” e “candoianos” dividissem uma mesma área por um período determinado e convivessem por espaços que antes eram percorridos quase unicamente pela população local, foram formuladas diferentes visões de mundo pelos grupos e também significações diversas sobre os próprios empreendimentos. Sobretudo, cada um destes grupos procurava delimitar as próprias fronteiras simbólicas de suas identidades coletivas, acionando, neste contexto específico, seus inúmeros sinais distintivos.

Neste sentido, para os “barrageiros”, a população local estava repleta de “gaúchos”, sendo que estes muitas vezes trajavam roupas típicas no cotidiano e ostentavam uma forma de falar e hábitos peculiares, exibindo assim seus sinais diacríticos perante o “outro”. Apesar disso, inúmeras vezes estes chamados “gaúchos” me explicaram que, apesar de suas presenças constantes nos bailes de música gauchesca e nativista, dos torneios de “tiro de laço” como local de lazer e de suas outras práticas, não se sentiam “gaúchos”. Percebeu-se então que estes símbolos valorativos para um determinado grupo, ao chegarem em novos contextos são reordenados e resignificados, possibilitando com que novos sentidos fossem atribuídos a estes elementos quando estes chegassem em novos lugares, fazendo com que estes sinais distintivos, que inicialmente eram pertencentes a um grupo, fossem emprestados por outros “gaúchos” que não apenas os nascidos no Estado do Rio Grande do Sul<sup>229</sup>.

Dentre aqueles que os que os “barrageiros” consideravam como “gaúchos” estavam os “colonos”, que são chamados desta forma e se identificam com esta

---

<sup>228</sup> Seguindo a aplicação formulada anteriormente por Maria José Reis (2001b) a partir da proposta de Paul Ricoeur (1990).

<sup>229</sup> Para esta reflexão foi seguido o apontamento de Ruben George Oliven (2006).

categoria porque esta parece indicar que estes trabalham a terra e que remete a uma ascendência europeia. Por outro lado, os “gaúchos” também comportam aqueles que se auto-denominam como “daqui mesmo da região”, muitas vezes procurando indicar, ou omitir, uma ancestralidade cabocla.

Para os candoianos, “a cidade cresceu” com a implantação das usinas. Animados, comentaram que durante o processo de construção das barragens a geração de empregos poderia aumentar e que o município seria um beneficiário com a instauração destes novos empreendimentos. Por outro lado, essas obras acarretaram no trânsito de muita “gente de fora”, “pessoal das usinas” ou “barrageiros”, com diferentes visões de mundo da população local. Aparentemente, o relacionamento entre os grupos foi amistoso. Um engenheiro, quando indagado sobre o motivo pelo qual estes “barrageiros” estavam sendo bem-recebidos pelos candoianos, foi claro: “nós usamos veículos identificados”. Placas de identificação que diminuem a desconfiança destas pessoas que são vistas como “sem raiz” pela população local de um ambiente predominantemente rural. E são pensados como “sem raiz” os identificados como “barrageiros” no interior de sua própria categoria, pois, se para os candoianos, os “barrageiros” são um todo uniforme, que engloba os homens de fora que vêm desempenhar trabalhos nas construções das usinas, para os chamados “barrageiros” este termo está repleto de novas significações.

“Barrageiro” é a personagem itinerante, que acompanha a construção de barragens pelo país, escolhe “em qual canteiro vai oferecer a sua mão-de-obra”, conhece o processo de construção de uma usina e de certa forma é visto como “sem raiz”, postulado na maior parte das vezes como o “outro”.

Entretanto, para ambos os grupos, as barragens significavam o “progresso” e o “desenvolvimento” da região<sup>230</sup>. Para os candoianos, o progresso se referia às novas instalações, à possibilidade de novos empregos para os habitantes do município e também aos *royalties* que estão subjacentes à construção de hidrelétricas e que são destinados para os municípios afetados. Para os “barrageiros” – neste momento evocando este termo para fazer referência tanto àqueles que estão no interior da própria categoria como também aos representantes

---

<sup>230</sup> Sobre esta reflexão acerca de “progresso e desenvolvimento” foram pesquisados: Diana Antonaz (2005) e Gustavo Lins Ribeiro (1992a).

de empresas estatais e privadas que acionam e utilizam esta categoria em momentos de tomada de decisão na esfera pública – as barragens também significam progresso. Neste caso, com a chegada de novos investimentos nacionais e estrangeiros para o território nacional, pela utilização de novas tecnologias, dentre vários outros motivos que procurou-se apontar ao longo deste trabalho. Mas esta aparente unanimidade positiva ostentada pelos grupos quanto à instalação destas usinas gerou, nesta pesquisa, uma certa inquietação.

Foram então consultadas as atas das audiências públicas, sendo que estas possibilitaram a contraposição de diferentes visões e leituras de uma mesma realidade. Formuladas por inúmeros agentes sociais em um momento bastante inicial da construção de uma usina, percebeu-se que os “atingidos” tiveram voz e espaço nas audiências e reuniões que foram realizadas. Entretanto, neste momento cabe a ressalva de que o conceito do que pode vir a ser “atingido” depende também de uma manipulação de estratégias e mecanismos empregados pelos agentes sociais. Pergunta-se então: seria considerado “atingido” um fazendeiro?<sup>231</sup>

Para a construção destas usinas, em sua maioria, foi necessária a desapropriação de fundos de fazendas. Em apenas um lote, que comportava poucas famílias, foi feito o reassentamento no próprio município. A presença de organizações não-governamentais e de representantes de movimentos sociais nas audiências foi escassa, assim como manifestações contrárias à instalação destas obras e, durante o tempo em que realizei o trabalho de campo, não foi observado o trânsito e comentários sobre qualquer uma destas entidades no terreno.

No início deste trabalho, procurou-se apontar que estas usinas que estão sendo construídas na atualidade seguem um modelo que difere em muito dos construídos em décadas passadas. Novos dispositivos legais surgiram para assegurar a responsabilidade dos gestores e empreendedores sobre a questão socio-ambiental e a participação da sociedade civil é presente e constante, seja por meio de organizações não-governamentais, movimentos sociais, assembleias e reuniões públicas. Também é preciso destacar que os organismos financeiros internacionais, que são em grande parte responsáveis pela viabilidade econômica

---

<sup>231</sup> Inspirando-me na fala de Leopoldo Bartolomé na Mesa Redonda “Hidrelétricas e suas conseqüências sociais”, na VII Reunião de Antropologia do Mercosul, em julho de 2007.

destas obras, inviabilizam recursos para aquelas que não estejam de acordo com estas novas diretrizes que dizem respeito ao meio social e ambiental.

É necessário destacar, mais uma vez, que de duas décadas para cá foram realizados avanços significativos quanto ao modelo de desenvolvimento ao qual o setor elétrico se interessa e se refere. Desde 1972, com a Conferência de Estocolmo, foi debatido que o crescimento ilimitado era incompatível com os recursos naturais do planeta. No Brasil, na década de 80, são criadas leis protetoras do meio-ambiente e também as de cunho social. Posteriormente, com a abertura da democracia no país, surgem movimentos sociais que, pouco a pouco, estão ganhando cada vez mais espaço no campo político e são capazes de influenciar a formação de novas diretrizes políticas. Decorrente disto tudo, as usinas construídas no modelo passado, ou seja, antes da legislação ambiental atuante e da participação democrática, mostram-se inviáveis na atualidade.

Uma atenção especial deve ser dada às dimensões contextuais e temporais, que como visto, estão intercaladas. O crescimento ilimitado foi substituído pelo crescimento focado também na evitação de agressões socio-ambientais. Dentre inúmeros elementos que podem ser apontados, desde os incrementos na parte tecnológica até a escolha dos locais onde estas obras seriam instaladas, destaca-se que a maioria das usinas construídas em décadas anteriores tinham os reservatórios muito maiores e também utilizavam um maior número de trabalhadores durante o período de execução das obras, possibilitando inclusive a formação e criação de vilas ou vilarejos que serviam para abrigar não só os próprios trabalhadores como as suas famílias.

Com o passar dos anos, e com a viabilização de um outro modelo de desenvolvimento que supostamente não agride com tanta intensidade as comunidades e as áreas atingidas por uma construção de uma hidrelétrica, foram feitas algumas modificações<sup>232</sup>. Desta forma, atualmente existe uma visível preocupação com a redução dos impactos, até porque este é um dispositivo legal que necessita ser atendido, e que repercute em áreas menores dispostas para

---

<sup>232</sup> Mesmo assim, apesar dos avanços da legislação quanto a questão social e ambiental, ainda resta a dúvida de como será efetivamente realizado o “controle” dos efeitos nocivos do empreendimento pelos empreendedores da obra em períodos posteriores.

reservatórios, parceria com prefeituras, formas de desapropriação que evitem ao máximo o confronto com determinados segmentos da população local, emprego de mão-de-obra local e uma redução de mão-de-obra externa, não se fazendo mais necessária a construção de vilas para acomodar os trabalhadores “de fora”.

Nestas usinas do rio Jordão não foram construídas vilas para os “barrageiros” e de uma forma geral pode observar que eles permaneciam na área sem os familiares. Na maioria das conversas no interior da barragem, os trabalhadores da obra que faziam parte da população local e que, naquele momento, desempenhavam trabalhos como “peões”, se identificavam pela ocupação anterior, geralmente a agricultura, e viam a construção das usinas como um trabalho que estava sendo desenvolvido ali por um determinado tempo, sem comprometer o anterior. Mas o processo de instauração de uma usina não é algo pontual e, mesmo depois de pronta e posta em operação ela continuará a gerar efeitos dos mais variados âmbitos.

A intenção deste trabalho não foi a de questionar a eficácia das audiências públicas nem da efetiva “participação democrática” a que ela se propõe, mas não poderia deixar de apresentar uma dúvida. É precisamente sobre a eficácia do EIA-RIMA, e da sua discussão com a população por intermédio das audiências, neste momento do processo – antes da construção propriamente dita – que procura-se pontuar.

Toma-se como exemplo as questões sociais que são apresentadas e as medidas mitigadoras dos impactos sociais. Serão estas eficazes? Como se pode prever a reação de pessoas mediante a implantação de projetos de desenvolvimento e não se levar em consideração que estes são processos contínuos? Processos estes que atingem os atores sociais em diferentes escalas e por diferentes perspectivas em um espaço temporal que não se restringe unicamente a confecção de Estudos de Impacto Ambiental em uma fase inicial do processo, em que vale a pena destacar mais uma vez, o empreendimento em si ainda sequer começou.

A participação popular no processo decisório é reconhecidamente uma ferramenta eficaz para o controle e para as reivindicações políticas em uma sociedade democrática e também se reconhece a importância da legislação

ambiental vigente, colaborando para que o modelo de desenvolvimento brasileiro leve também em consideração as esferas sociais e ambientais. Mas ainda resta a questão de como o aparato jurídico poderá encontrar possibilidades efetivas para que esta legislação possa trabalhar com os diferentes dimensões temporais que uma obra modificadora do meio ambiente acarreta. E o EIA-RIMA, por mais que se mostre uma ferramenta eficaz no que concerne a questão social e ambiental, ainda não pode “resolver” uma realidade através de medidas mitigadoras de impactos.

Entretanto, pode-se alegar que o não-cumprimento das medidas mitigadoras de impacto que constarem nos estudos inviabilizarão a obtenção das licenças seqüentes que são concedidas pelo órgão ambiental responsável, tornando-se necessária a efetivação das medidas que forem propostas a fim de evitar o atravancamento do empreendimento em fases posteriores, e isso sem dúvida, inclui a manutenção destas medidas durante o período de operação dos empreendimentos.

Desta forma, podemos pensar que há – pois isto está previsto na legislação ambiental – realmente um controle contínuo sobre as interferências do projetos na referida comunidade em que este possa vir a se instalar, sendo este controle efetuado pelo órgão público responsável pelas emissões das licenças ambientais. Mas destaca-se que o controle contínuo necessariamente precisa levar em consideração que a construção de usinas hidrelétricas também são processos contínuos, cujos diferentes efeitos e implicações não aparecem em sua totalidade nos EIA-RIMAs e nas medidas mitigadoras de impactos.

Paralelo a isso tudo estão a população local e os “barrageiros” em uma área de construção de usinas. Ambos os grupos transitam por uma área em modificação, interagem entre si e exibem e manipulam seus sinais diacríticos como forma de se situarem e também de se identificarem em relação ao “outro”. A identidade coletiva de “barrageiro” é vastamente acionada por diferentes agentes sociais, mas sempre mediante um contexto específico, que é o de implantação de barragens ou para posicionar a participação de agentes sociais envolvidos nesta temática perante um determinado interlocutor, que pode ser o próprio poder público, empresas privadas, dentre vários outros. Entretanto, da mesma forma em que esta identidade é

acionada para se posicionar em oposição ao outro grupo, esta também é silenciada em grande parte das vezes, para atenuar a desconfiança da população local.

Desta forma, partindo da concepção de “evento fundador” e aplicando-o em uma “situação social em transformação”<sup>233</sup>, como foi o caso da construção destas usinas, percebemos que os novos discursos e práticas que são dispostas pelos diferentes agentes sociais formulam novas significações não somente para as barragens, mas também para as próprias categorias identitárias que fazem parte deste cenário. E as pessoas que compõem estas categorias relacionais interagem e acionam mecanismos e estratégias identitárias, que delimitam suas próprias fronteiras simbólicas e também emprestam elementos valorativos dos outros grupos.

Por fim, a barragem posta em operação. E então estes “barrageiros” da atualidade também vão embora. Pois, de uma maneira geral, não permanecem mais na região de implantação das usinas com suas famílias, como era feito em décadas anteriores. Eles voltam para suas casas ou então se deslocam para novos canteiros de obras. A expectativa da geração de empregos para a população local se desfaz no momento em que se percebe que uma usina opera com um número bastante limitado de trabalhadores e que muito desta atividade pode ser realizada em grandes centros urbanos, notadamente longe de onde estas vieram a se instalar.

---

<sup>233</sup> Conforme a aplicação de Max Gluckman (1987).

## **QUADRO DE ANEXOS**



## ANEXO I

### O Museu Regional do Iguaçu: um espaço híbrido

É próximo ao cenário desta pesquisa que o Museu Regional do Iguaçu está localizado. Esta instituição conta com uma exposição permanente de arqueologia e etnologia indígena, com peças da própria região, e recebe diariamente a visita de particulares e de grupos de escolas. O Museu Regional do Iguaçu, inaugurado para visitação pública em 2000, surgiu de uma articulação entre o Estado e a sociedade. Anos depois da finalização da UHE Governador Ney Braga, também conhecida como Usina de Segredo, a instituição provedora da obra, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, viabilizou a construção e até hoje administra o museu, que já constava no Estudo de Impacto Ambiental da referida usina em 1987<sup>234</sup>.

Apesar de não fazer parte, diretamente, do recorte de área escolhido para ser trabalhado nesta pesquisa, o referido museu é citado durante entrevistas e conversas realizadas em Candói. Geralmente aparece nos discursos da seguinte maneira: para os habitantes do município, quando indagados sobre a ocorrência de artefatos arqueológicos na região, apontam este museu como ponto de referência; para os forasteiros, e neste caso os “barrageiros” que residem provisoriamente em Candói, a visita é vista como uma alternativa de lazer para ser feita nos dias de folga, somando-se a possibilidade de conhecer um pouco da história da região.

Desta forma, os candoianos utilizam vastamente os referenciais deste museu, apontando-o precisamente como um “marco” que existe nas redondezas, mas durante conversas é percebido que as crianças locais percorrem este espaço com uma maior frequência do que os adultos, pois estas geralmente visitam o Museu Regional do Iguaçu em excursões escolares. A representação do que possa significar o museu é formulada de maneira diferente por cada um dos grupos.

---

<sup>234</sup> Informações obtidas em visitas feitas ao museu e ao site da COPEL ([www.copel.com](http://www.copel.com)). Acesso realizado em 25/03/2007.

O referido museu aparece então em uma dimensão contextual, pois possibilita que os grupos da comunidade mantenham relações sociais entre si e para com os outros. Este espaço é percorrido tanto pelos candoianos como também pelos “barrageiros”, apesar desta instituição estar disposta no interior da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga, o que restringe de maneira bastante específica a facilidade de acesso dos “locais” a esta construção, mas por outro lado não impede o seu acesso.

Esta instituição é vista aqui como uma “instância de consagração, definição e distribuição de bens culturais”<sup>235</sup>, segundo a aplicação feita por Pierre Bourdieu, onde os signos são escolhidos pela própria sociedade para representar ela mesma, e se constituem em um esquema simbólico por relações diferenciais e arbitrárias. Apesar deste autor se referir a museus de arte na Europa e a mecanismos que envolvem a escolha das peças e a forma de apreciação por parte dos visitantes, acredita-se, de certa maneira, que possa ser feita uma ligação com este outro tipo de museu, que envolve uma relação entre o Estado e a sociedade.

James Clifford<sup>236</sup> e Sally Price<sup>237</sup>, em diferentes estudos sobre a apropriação de peças tidas como “tribais” pelo Ocidente e sua conseqüente transformação em “arte” ou “coleções etnográficas”, revestidas pela aura do anonimato, apontam para mecanismos de dominação por parte dos “centros de referência”, capazes de legitimar ou conferir importância a peças encontradas fora destes “centros”. Levando para um contexto mais específico, neste caso o centro-sul paranaense, onde o “tribal” pode ser substituído pelo “periférico” e o centro apontado são os valores vigentes do Estado, pois o museu em questão é administrado por uma empresa estatal, pode-se pensar que os atores sociais que definem, consagram e distribuem o capital simbólico são relacionados ao Estado, mas percebidos pela sociedade como sendo uma escolha feita por ela mesma.

Desta forma, a interferência de empreendimentos de grande porte, e um possível retorno que possa ser feito para a comunidade é, sobretudo, uma mobilização feita por um dos grupos que compõe o cenário e dinamizam a vida

---

<sup>235</sup> (BOURDIEU, 2004).

<sup>236</sup> (CLIFFORD, 1995).

<sup>237</sup> (PRICE, 2000).

social da região, sobre outro. Em outras palavras, a partir da relação concreta entre grupos, de um lado aquele que representa o Estado e do outro a população local, se percebe a definição e circulação dos bens simbólicos.

Pode-se também “pensar os patrimônios culturais como alegorias por meio das quais idéias e valores classificados como ‘nacionais’ vêm a ser visualmente ilustrados na forma de objetos, coleções, monumentos, cidades históricas e estruturas similares”<sup>238</sup>. Assim, o patrimônio arqueológico e histórico, e a estrutura que o comporta, o museu, pode dar uma existência real para os grupos que fazem parte deste cenário, pois estas classificações possuem uma eficácia simbólica capaz de produzir tanto as narrativas locais quanto o significado disto tudo para estas pessoas. Márcia Kersten, que pesquisou o tombamento patrimonial no Estado do Paraná, salienta a necessidade de compreender o patrimônio<sup>239</sup> enquanto prática e narrativa e também ressalta que, sem a ação intervencionista do Estado, não se poderia pensar em políticas de preservação de sítios arqueológicos, históricos ou artísticos.

Já Nuno Porto, em seu estudo sobre o Museu do Dundo, instituição montada pela Companhia de Diamantes de Angola, aponta para práticas impostas na relação Estado e sociedade. Montado como uma forma de aproximação entre a companhia instalada na área e a comunidade, o museu também representa uma imposição colonialista. Para Porto, o museu é visto como a afirmação do Estado na esfera pública, apresentando uma relação que comporta, de um lado, a institucionalização pública e, por outro, a subjetividade individual. Além disso, associação entre Estado e conhecimento resulta em uma concepção imaginada que comporta “a transferência do museu para a esfera pública e a emergência de processos de identidades dependentes, em primeira instância, do Estado”<sup>240</sup>.

A representação dos indivíduos pelo museu se dá pela seleção de elementos da comunidade, que compõe a identidade pessoal dos indivíduos, projetando a sua própria comunidade. A constituição do patrimônio cultural está ligada a idéia de

---

<sup>238</sup> (GONÇALVES, 1996: 25).

<sup>239</sup> A noção de patrimônio é vista como “dinâmicas dramatizações da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja situar como perene e eterno” (DAMATTA in KERSTEN, 2000: 16).

<sup>240</sup> (PORTO, 2002:121).

propriedade coletiva autêntica<sup>241</sup>. Desta forma, aquilo que é visto como autêntico está conectado a políticas nacionalistas e a leis restritivas.

O patrimônio cultural pode então “remeter à idéia de solidariedade entre o passado e o presente, o patrimônio permite que se veja a tradição como fios invisíveis que costuram um tempo-espaço”<sup>242</sup>. Para Bourdieu, o campo das instâncias de consagração e conservação e a sua relação com os agentes sociais pode estruturar o campo de circulação dos bens simbólicos. Da mesma forma que as instituições de ensino, o museu legitima alguns aspectos da cultura de forma arbitrária, delimitando a doutrina vigente e pontuando o passado. As relações de força simbólica que as instâncias de consagração e os agentes sociais constituem são capazes de legitimar este campo. Outro ponto é o de que o patrimônio, visto aqui como bens simbólicos, é escolhido de forma arbitrária e utilizado como marca distintiva entre os homens para individualização do grupo a qual pertencem.

Pode-se também, segundo Gonçalves, “pensar os patrimônios culturais como alegorias por meio das quais idéias e valores classificados como ‘nacionais’ vêm a ser visualmente ilustrados na forma de objetos, coleções, monumentos, cidades históricas e estruturas similares”<sup>243</sup>. Desta forma, o patrimônio arqueológico e histórico e a estrutura que o comporta, o museu, pode dar uma existência real para os grupos que fazem parte deste cenário, pois estas classificações possuem uma eficácia simbólica capaz de produzir tanto as narrativas locais quanto o significado disto tudo para estas pessoas. Este autor acredita que estas categorias possuem esta dimensão porque suas narrativas são capazes de expressar princípios abstratos em objetos concretos. Princípios estes que são embutidos de valores e idéias que podem formar a identidade nacional e serem articulados com as suas próprias realidades.

---

<sup>241</sup> Para Clifford “Su análisis sugiere que esta identidad, sea cultural o personal, presupone actos de recolección que reúnan posesiones en sistemas arbitrarios de valor y significado. Tales sistemas, siempre poderosos y gobernados por reglas, cambian historicamente” (CLIFFORD, 1995:259). Desta forma, aquilo que é visto como autêntico está conectado a políticas nacionalistas e a leis restritivas pois “Todas esas colecciones encarnan jerarquías de valor, exclusiones, territorios regulados del sujeto” (CLIFFORD, 1995:260), sendo que a autenticidade requisitada se relaciona tanto com um presente inventado como em relação a um passado em busca de objetivação e preservação.

<sup>242</sup> (KERSTEN, 2000:41). Ainda para esta autora, “os bens patrimoniais são apropriados desigualmente pelos segmentos sociais, em situações e momentos temporal e culturalmente distintos. Isso tudo reproduz diferenças sociais e reforça a hegemonia dos que tem acesso ao capital simbólico, à sua produção, definição e distribuição” (KERSTEN, 2000:19).

<sup>243</sup> (GONÇALVES, 1996: 25).

O patrimônio é aqui pensado como uma esfera de dominação e de autoridade. Para Bourdieu, este integra o “campo de produção erudita” e para decodificá-lo os agentes sociais necessitam possuir e articular códigos simbólicos específicos. O discurso do patrimônio é o próprio discurso da identidade nacional. É arbitrário, pois são escolhidos alguns símbolos em detrimento de outros, e também autoritário, pois não são todos os agentes que escolhem, mas os representantes de determinado poder. Kersten destaca que o patrimônio, visto como um “artefato cultural inventado”, é revestido de significados durante sua construção. Desta forma, é possível que possam ser feitas novas re-leituras sobre o patrimônio cultural, dependendo dos referenciais socio-culturais de cada época, pois “a memória individual está articulada à grupal que, por sua vez, liga-se à memória coletiva, que poderia ser chamada de tradição”<sup>244</sup>.

---

<sup>244</sup> (KERSTEN, 2000: 28). Ainda para Kersten, “o discurso do patrimônio, ao apontar para os elementos que transcendem a diversidade do cotidiano de pessoas, grupos, comunidades, estados e nações, reforça os elos comuns, fragiliza as diferenças e acaba por agregar conjuntos de pessoas, transformando-os numa comunidade imaginada” (KERSTEN, 2000: 57).

**ANEXO II**

**IMAGENS**

Foto 1:

Vista do rio Jordão, município de Candói, Paraná.



Foto 2:

Rio Jordão visto da Usina Hidrelétrica Santa Clara.



Foto 3:

Interior da UHE Santa Clara, 2005.



Foto 4:

Museu Regional do Iguazu, UHE Gov. Ney Braga, município de Reserva do Iguazu.





Foto 5:

Vista da UHE Gov. Ney Braga, município de Reserva do Iguaçu, Paraná.



Figura 6: Folder das Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão

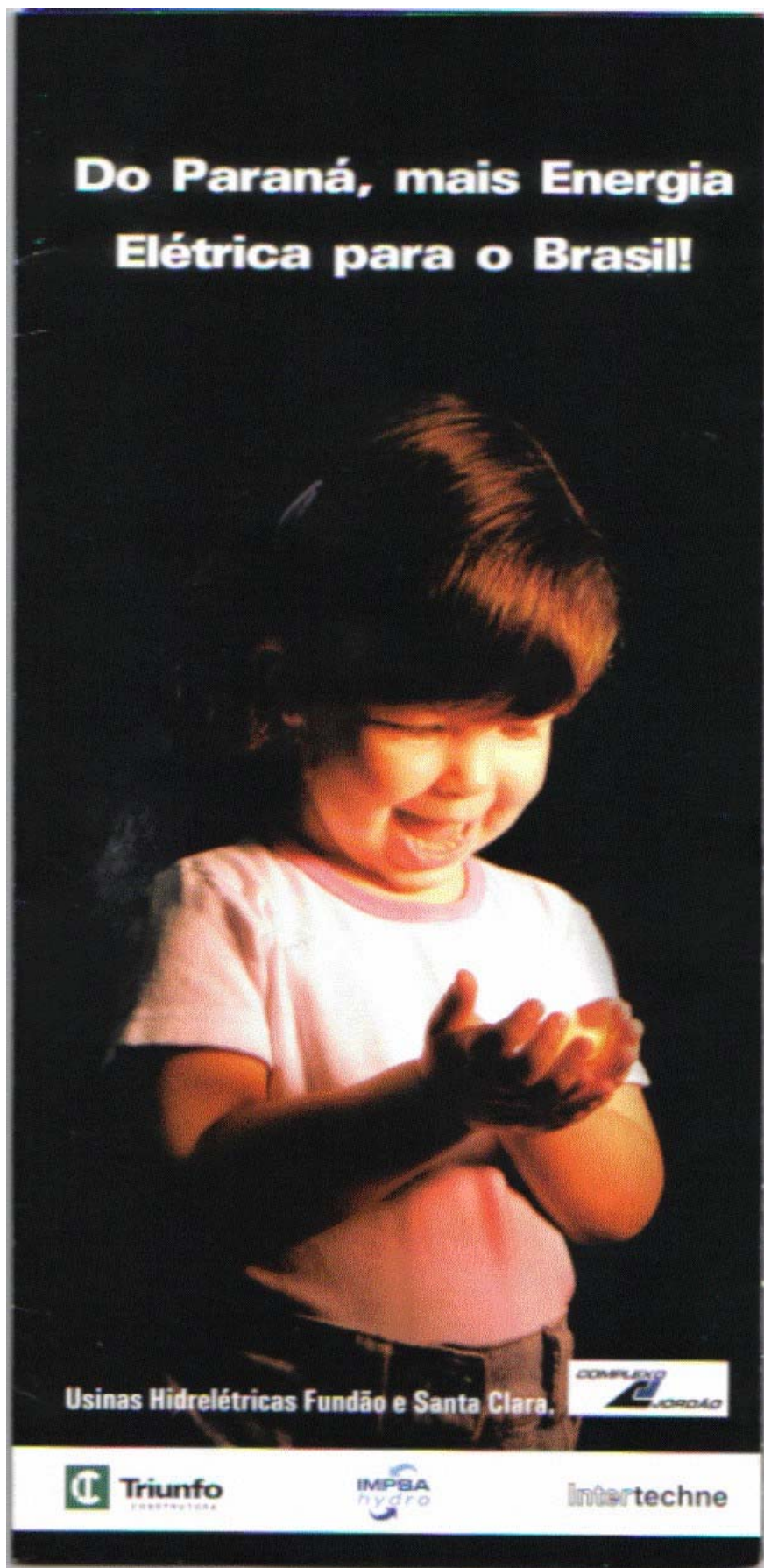


Figura 7: Folder do Complexo Energético Fundão / Santa Clara - CEFSC



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. 1989. **Nação e consciência nacional**. – São Paulo: Editora Ática.
- ANTONAZ, Diana. 2005. Especialistas e militantes: um estudo a respeito da gênese do pensamento energético no atual governo (2002 – 2005). In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (org.). **Tenotã-mo. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN.
- AZEVEDO MACEDO, F.R. 1951. **Conquista pacífica de Guarapuava**. – Curitiba: Grupo Editor Renascimento do Paraná.
- BARBOSA, Nair Palhano. 2001. **O setor elétrico e o meio ambiente: a institucionalização da “questão ambiental” nos anos 80 e 90**. – Rio de Janeiro: Tese de doutoramento apresentada Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ.
- BARTH, Fredrik. 1997. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: **Teorias da Etnicidade**. – São Paulo: UNESP.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo J. 1999. Combatiendo a Leviatán. La articulación y difusión de los movimientos de oposición a los proyectos de desarrollo hidroeléctrico en Brasil (1985 – 91). In: **Desarrollo Economico – Revista de Ciencias Sociales**, vol. 39, nº 153. Buenos Aires.
- BLOEMER, Neusa. 2001. A hidrelétrica de Campos Novos: camponeses, migração compulsória e atuação do setor elétrico. In: BLOEMER, Neusa; REIS, Maria José (org.) **Hidrelétricas e populações locais**. – Florianópolis: Cidade Futura; Ed. da UFSC; Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC.
- BOURDIEU, Pierre. 2002. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia cabila**. – Oeiras: Celta Editora.
- BOURDIEU, Pierre. 2003. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Ed. Zouk.
- BOURDIEU, Pierre. 2004. **A Economia das Trocas Simbólicas**. – São Paulo: Ed. Perspectiva.
- CANDIDO, Antonio. 1977. **Os Parceiros do rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. – São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- CARNEIRO, David. 1952. **Descobrimto dos campos de Guarapuava**. – São Paulo: Tip. do Departamento de Investigações.

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1997. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: **Antropologia do Brasil**. – São Paulo: Brasiliense.
- CLERC-RENAUD, Agnès. 2005. Le “natif”, le touriste et la protection de l’environnement. La rhétorique de la différence dans une localité du nord-Ceará. In: **Revue Lusotopie, Volume XII ½**. – Leiden / Boston: Brill Academic Publishers.
- CLIFFORD, James. 1995. **Dilemas de la Cultura: Antropología, literatura y arte em la perspectiva posmoderna**. – Barcelona: Ed. Gedisa.
- CHYMZ, Igor. 1981. **Relatório das Pesquisas Arqueológicas realizadas na Área da usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80)**. – Florianópolis: Eletrobrás.
- DA MATTA, Roberto. 1981. **Carnavais, Malandros e Heróis** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- DUMONT, Louis. 1992. **Homo Hierarchicus: O Sistema das Castas e Suas Implicações**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, Ricardo Cid. 2001. **Impactos da UHE Quebra-Queixo sobre a Terra Indígena Xapeco**. Laudo antropológico. – Florianópolis.
- FERNANDES, Ricardo Cid. 2003. **Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica**. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, Ricardo Cid. 2005. Produto e Processo: desafios para o antropólogo na elaboração de laudos de impacto ambiental. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Laudos Periciais Antropológicos em debate**. – Florianópolis.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio. 1989. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília; MCT - CNPq.
- GLUCKMAN, Max. 1987. Análise de uma situação social na Zululândia moderna in **Antropologia das sociedades contemporâneas** (org. FELDMAN-BIANCO, Bela). – Sao Paulo: Ed. Global Universitária.
- GOFFMAN, Erving. 1988. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. – Rio de Janeiro: LTC.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 1996. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural do Brasil**. – Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; IPHAN.
- HELM, Cecília Maria Vieira. 1982. A Terra, a Usina e os Índios do PI Mangueirinha. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (org.) **O índio perante o direito; ensaios**. – Florianópolis: Ed. da UFSC.

- HELM, Cecília Maria Vieira. 1998. **Laudo Antropológico: Povos Indígenas da Bacia do Rio Tibagi – Kaingang e Guarani – e os Projetos das Usinas Hidrelétricas Cebolão e São Gerônimo.** – Curitiba: CNIA / COPEL.
- HELM, Cecília Maria Vieira. 2001. Kaingang e Guarani da Terra Indígena Mangueirinha e a Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no rio Iguaçu (PR). In: BLOEMER, Neusa; REIS, Maria José (org.) **Hidrelétricas e populações locais.** – Florianópolis: Cidade Futura; Ed. da UFSC; Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC.
- HELM, Cecília Maria Vieira. 2001. Povos Indígenas e Projetos Hidrelétricos no rio Tibagi. In: BALAZOTE, Alejandro; CATULLO, Maria R., RADOVICH, Juan C. (org.) **Antropologia y Grandes Proyectos en el Mercosur.** – La Plata: Ed. Minerva.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. 1979. **A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- IANNI, Octavio. 1961. Estudo de comunidade e conhecimento científico. In: **Revista de Antropologia, vol. 9, n. 1.** – São Paulo: Universidade de São Paulo.
- KERSTEN, Márcia S. A. 2000. **Os Rituais de Tombamento e a Escrita da História: Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990.** – Curitiba: Editora da UFPR.
- LARAIA, Roque de Barros. 1996. Candangos e Pioneiros. In: **Série Antropologia, nº 203** – Brasília: Universidade de Brasília.
- LEÃO, Ermelino Agostinho. 1926. **Dicionário do Paraná.** – Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. 2005. Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (org.). **Tenotã-mo. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu.** São Paulo: IRN.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. 1984. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade** – São Paulo: Editora Brasiliense.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1978. **Argonautas do Pacífico Ocidental, Coleção Os Pensadores – Malinowski.** – São Paulo: Ed. Abril Cultural.
- MARTINS, Romário. 1941. **Quantos Somos e Quem Somos: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná** – Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense.
- MENDOZA, Edgar S. G. 2005. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). In: **Sociologias ano 7, n. 14.** – Porto Alegre.
- MENDRAS, Henri. 1978. **Sociedades Camponesas.** – Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- Ministério Público Federal/4ª Câmara de Coordenação e Revisão. 2004. **Deficiência em estudos de impacto ambiental: síntese de uma experiência.** – Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União.
- MIRRA, Álvaro Luiz Valery. 2006. **Impacto ambiental: aspectos da legislação brasileira.** São Paulo: Editora Juarez de Oliveira.
- MOURA, Margarida Maria. 1978. **Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural.** São Paulo: Editora Hucitec.
- NOGUEIRA, Oracy. 1955. Os estudos de comunidades no Brasil. In: **Revista de Antropologia, vol. 3, n. 2.** – São Paulo: Universidade de São Paulo.
- NOGUEIRA, Oracy. 1962. **Família e Comunidade (Um Estudo Sociológico de Itapetininga).** – São Paulo: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
- NOVAES, Regina. 1985. **Os Escolhidos de Deus: Pentecostais, trabalhadores e cidadania** – São Paulo: Editora Marco Zero.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 2001. **O Brasil dos Imigrantes** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- OLIVEN, Ruben George. 2003. Tradição e Modernidade na Identidade Brasileira. In SCOTT, Parry; ZARUR, George (orgs.) **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina** – Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- OLIVEN, Ruben George. 2006. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação** – Petrópolis: Ed. Vozes.
- PADIS, Pedro Calil. 1981. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná** – São Paulo - Curitiba: HUCITEC e Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná.
- PARANÁ, Sebastião. 1899. **Chorographia do Paraná** – Curitiba: Typ. da Livraria Economica.
- PARELLADA, Cláudia Inês. 2005. Arqueologia do Centro Sul do Paraná: o Resgate nas Usinas Hidrelétricas de Santa Clara e Fundão. In: **Anais. XIII Congresso da SAB: arqueologia, patrimônio e turismo.** – Campo Grande, MS: Ed. Oeste.
- PILOTTO, Osvaldo. 1953. Sinopse Histórica do Paraná. In Câmara de Expansão Econômica do Paraná (org.) **1º Centenário da Emancipação Política do Paraná (1853-1953)** – Curitiba: Edição do Governo do Estado.
- PORTO, Nuno. 2002. O museu e o arquivo do império (o terceiro império português visto do Museu do Dundo, Companhia de Diamantes de Angola). In: **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros.** – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. 1997. **Teorias da Etnicidade** – São Paulo: UNESP.

- PRICE, Sally. 2000. **Arte Primitiva em Centros Civilizados** – Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- REIS, Maria José. 2001a. O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconstrução e recriação dos espaços. In: BLOEMER, Neusa; REIS, Maria José (org.) **Hidrelétricas e populações locais**. – Florianópolis: Cidade Futura; Ed. da UFSC; Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC.
- REIS, Maria José. 2001b. Espaços, Vivências e Identidades. Os Camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá. In: BALAZOTE, Alejandro; CATULLO, Maria R., RADOVICH, Juan C. (org.) **Antropologia y Grandes Proyectos en el Mercosur**. – La Plata: Ed. Minerva.
- REIS, Maria José. 2001c. Memória, territorialidade e migração compulsória: a reação dos agricultores à instalação da hidrelétrica Itá. In: REIS, Maria José; RADOVICH, Juan C; BALAZOTE, Alejandro. (editores) **Disputas territoriales y conflictos interétnicos en Brasil y Argentina**. – Córdoba: Ferreyra Editor.
- RIBEIRO, Darcy. 1995. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. – São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 1992a. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia / utopia do desenvolvimento. In: **Série Antropologia n° 123**. Brasília: Universidade de Brasília.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 1992b. Bichos-de-Obras: Fragmentação e Reconstrução de Identidades. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais n° 18**. ANPOCS.
- RICOEUR, Paul. 1990. **Interpretação e ideologias**. – Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- RODRIGUES, Vera. 2006. De Gente da barragem a Quilombo da Anastácia: Uma etnografia dos processos étnicos e políticos do sul do país. In: Associação Brasileira de Antropologia (org.) **Prêmio ABA/MDA Territórios Quilombolas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.
- SAHLINS, Marshall. 2003. **Ilhas de História**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. 2003. A concepção da cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. In: **Revista Rio de Janeiro n. 9**. – Rio de Janeiro.
- SANTILLI, Juliana. 2005. **Socioambientalismo e novos direitos**. – São Paulo: Ed. Peirópolis.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos; HENRIQUES, Karyn N. R. 2001. Hidrelétricas e o Processo de Privatização no Cenário Brasileiro. In: BALAZOTE, Alejandro; CATULLO, Maria



- R., RADOVICH, Juan C. (org.) **Antropologia y Grandes Proyectos en el Mercosur**. – La Plata: Ed. Minerva.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Anelise. 2001. A implantação da UHE Machadinho num cenário privatizado: um caso para reflexão. In: BLOEMER, Neusa; REIS, Maria José (org.) **Hidrelétricas e populações locais**. – Florianópolis: Cidade Futura; Ed. Da UFSC; Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José (org.). 2002. **Memória do Setor Elétrico na Região Sul**. – Florianópolis: Editora da UFSC.
- SAUSSURE, Ferdinand. 1971. **Curso de Lingüística Geral** – São Paulo: Cultrix.
- SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. 1988. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai: unidade e diversidade. In: **Boletim de Ciências Sociais**, n. 48 – Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- SEYFERTH, Giralda. 1981. **Nacionalismo e identidade étnica** – Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura.
- SEYFERTH, Giralda. 1991. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. nº 20 – Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes.
- SEYFERTH, Giralda. 2002. A singularidade germânica e o nacionalismo brasileiro: ambiguidade e alotropia na idéia de nação. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.) **Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros** – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SOPELSA, Renata. 2003. Vários espaços, uma sociabilidade: o primeiro centro de tradições gaúchas do Paraná. In: **Revista de História Regional** 8(1): 139-161.
- VAINER, Carlos B. 1996. Grandes Projetos e Organização Territorial: Os Avatares do Planejamento Regional. In: **Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos** (Ed. MARGULIS, Sérgio) – Brasília: IPEA.
- WACHOWICZ, Ruy. 1987. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**. 2º ed. Curitiba: Ed. Vicentina.
- WACHOWICZ, Ruy. 2001. **História do Paraná**. 9º ed. Curitiba: Imprensa Oficial.
- WAGLEY, Charles, AZEVEDO; Thales de. 1951. Sôbre métodos de campo no estudo de comunidade. In: **Revista do Museu Paulista, nova série, volume V** – São Paulo.
- WILLEMS, Emílio. 1960. Mudanças estruturais-funcionais em comunidades campesinas de cinco países europeus. In: **Revista de Antropologia**, vol. 8, n. 14. – São Paulo: Universidade de São Paulo.

WILLEMS, Emílio; MUSSOLINI, Gioconda (colab.). 2003. **A Ilha de Búzios: uma comunidade caiçara no sul do Brasil.** – São Paulo: Ed. HUCITEC, NUPAUB, CEC.

WOLF, Eric R. 1961. **Sociedades Camponesas.** – Rio de Janeiro: Zahar Editores.

WOORTMANN, Klaas. 1990a. “Com Parente não se Neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico / 87.** – Brasília: Editora Universidade de Brasília; Tempo Brasileiro.

WOORTMAAN, Klaas. 1990b. Migração, família e campesinato. In: **Revista Brasileira de Estudos de População (jan / jun).** São Paulo.

## **OUTRAS FONTES:**

Ata da Audiência Pública 21.02.00 – Usina Santa Clara.

Ata da Audiência Pública 22.02.00 – Usinas Santa Clara e Fundão.

Ata da Audiência Pública 22.02.00 – Usina de Fundão.

BURIAN, Paulo Procópio; WUNDER, Roni. 21.03.00. **SENMAN/Copel – Relatório Técnico: Reuniões Públicas e Audiências Públicas sobre as Usinas Hidrelétricas Fundão e Santa Clara, rio Jordão – Paraná.** Curitiba: Copel Energia.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

EIA-RIMA da UHE Fundão. Consórcio Fundão; COPEL. Cópia em CD-ROM, gravada em 24.01.2007.

EIA-RIMA da UHE Santa Clara. Consórcio Santa Clara; COPEL. Cópia em CD-ROM, gravada em 24.01.2007.

Memória de Reunião Pública – Pinhão; 09.02.00 – Instituto Ambiental do Paraná.

Memória de Reunião Pública – Foz do Jordão; 10.02.00 – Instituto Ambiental do Paraná.

Memória de Reunião Pública – Candói; 15.02.00 – Instituto Ambiental do Paraná.

Ministério Público do Estado do Paraná – Tribunal de Justiça da Comarca de Guarapuava; 21.02.00 – Requerimento de implantação de medidas mitigadoras e compensatórias referente as UHEs Santa Clara e Fundão.

Ministério Público do Estado do Paraná – Tribunal de Justiça da Comarca de Guarapuava; 22.02.00 – Requerimento de implantação de medidas mitigadoras e compensatórias referente as UHEs Santa Clara e Fundão.

Ministério Público do Estado do Paraná – Tribunal de Justiça da Comarca de Pinhão; 22.09.00 – Requerimento de implantação de medidas mitigadoras e compensatórias referente as UHEs Santa Clara e Fundão.

Site da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, [www.copel.com](http://www.copel.com). Acesso realizado em 25/03/2007.

Site do Instituto Brasileiro e Geográfico de Estatística. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso realizado em 09/02/2007.

Site do Governo do Estado do Paraná. [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br). Acesso realizado em 09/02/2007.

Site do Instituto Socio Ambiental. [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org). Acesso realizado em 09/02/2007.

Site do Conselho Indígena Missionário. [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br). Acesso realizado em 03/02/2007.

Site do Ministério de Desenvolvimento Social, do Governo Federal. [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso realizado em 15/01/2007.

Site da Entidade Binacional Yacyretá – Paraguai: [www.eby.gov.py](http://www.eby.gov.py). Acesso realizado em 14/08/2007.

Site da Entidade Binacional Yacyretá – Argentina: [www.eby.gov.ar](http://www.eby.gov.ar). Acesso realizado em 14/08/2007.